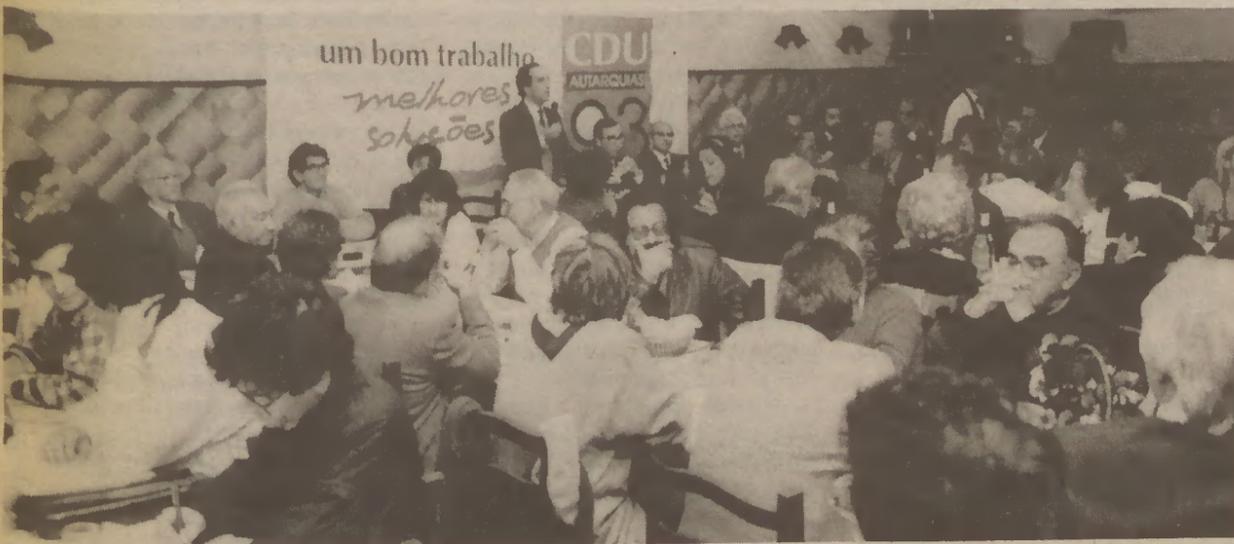


Acções a 10, 11 e 18 de Novembro

# Só a luta dará resposta aos problemas dos trabalhadores

Pág. 3  
e  
Editorial

CGTP marca jornadas de acção e responsabiliza o Governo pela não existência de um verdadeiro acordo social

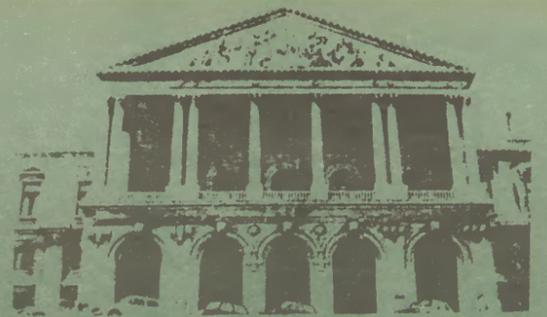


Carlos Carvalhas no jantar em que foi divulgado o Apelo da CDU para as Eleições Autárquicas

# Apelo da CDU

«No plano local ou no plano nacional, o voto na CDU é o voto indispensável para abrir o caminho a uma alternativa democrática»

Págs. centrais e págs. 8, 9, 10 e 11



## Interpelação do PCP ao Governo na Assembleia da República

Págs. 6 e 7



## As propostas de António Guterres para o desemprego

— artigo de Agostinho Lopes

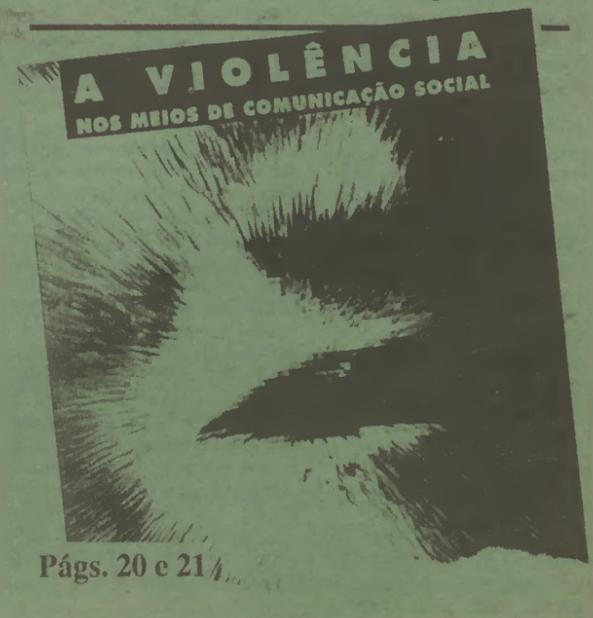
Págs. 18 e 19



## A campanha democrática e a farsa eleitoral de 1973

— artigo de Carlos Brito

Págs. 24 e 25



Págs. 20 e 21



Carlos Carvalhas, acompanhado pelo cabeça de lista da CDU à Câmara, Carlos Sota, contacta com a realidade de Cascais

## RESUMO

### 20 Quarta-feira

Tem lugar a abertura dos trabalhos da sessão legislativa da Assembleia da República, com o PSD a avançar com a intenção de propor nova revisão constitucional ■ João Jardim recebe na Madeira o fascista Le Pen ■ O ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, anuncia os primeiros destacamentos de médicos para o interior do país ■ Butros Ghali parte de Moçambique, mostrando-se satisfeito com as conversações que manteve com o Presidente Chissano e o chefe da Renamo ■ Na Geórgia, os apoiantes de Gamsakhurdia avançam no terreno, enquanto a Rússia envia tropas para apoiar Chevardadze ■ Na Sérvia, o presidente Milosevic dissolve o parlamento e convoca eleições para Dezembro.

### 21 Quinta-feira

PCP interpela o Governo, na Assembleia da República, sobre a situação de crise social e económica. Os ministros das Finanças, do Emprego e Segurança Social, e da Saúde não comparecem ■ No Porto, a Associação de Amizade Portugal-Indonésia apresenta-se publicamente, pela voz do general Galvão de Melo ■ Os principais aeroportos de Paris encerram ao tráfego, na sequência de uma greve dos trabalhadores da Air France, violentamente reprimida pelas forças policiais ■ Assad Sartau, dirigente da Fatah, é abatido a tiro por mascarados, crê-se que vitimado por forças que se opõem ao recente acordo entre a OLP e Israel ■ Ministros da Defesa dos países da Nato - sem a França - chegam a "largos consensos" no seguimento da sua reunião de dois dias, em Trarivane ■ A oposição sérvia anuncia que boicotará as próximas eleições legislativas convocadas para 19 de Dezembro.

### 22 Sexta-feira

Um grupo de 94 portugueses deixa o Cuíto, em Angola, com destino a Lisboa e escala em S. Tomé ■ O Chefe do Estado Maior das Forças Armadas de Itália, general Canino, demite-se na sequência das medidas a tomar pelo Governo após a detenção do general Monticone, acusado de envolvimento num golpe de Estado militar ■ Novos confrontos entre trabalhadores da Air France e forças policiais registam-se nos aeroportos de Paris, onde são instaladas barricadas para defender a greve ■ O chefe da Renamo, Dhlakama, confirma a sua candidatura à Presidência de Moçambique, nas eleições previstas para Outubro de 1994 ■ Um ministro do governo do Burundi afirma que o Presidente do país, Ndadaye, poderá ter sido morto durante o golpe de Estado que ali se registou ■ Butros Ghali é recebido em Mogadíscio, na Somália, com manifestações de protesto contra a sua visita ■ O Secretário de Estado, Warrent Christopher, dos EUA, vai a Moscovo encontrar-se com Ieltsin e anuncia a visita de Clinton ao chefe da Rússia.

### 23 Sábado

Um juiz do 15.º Juízo do Tribunal Civil de Lisboa recusa aceitar quatro das listas da coligação

Com Lisboa, concorrentes a outras tantas freguesias da capital, alegando, contra a lei, que os candidatos devem residir nas autarquias a que concorrem ■ Oito mortos e meia centena de feridos são o resultado de um atentado em Belfast, atribuído ao IRA ■ Apoiadas pelas tropas russas que a administração Ieltsin enviou, as forças de Chevardadze fazem recuar as do presidente Gamsakhurdia que, antes da ajuda russa, infligiam derrotas ao antigo ministro de Gorbachov ■ O exército indiano domina o estado de Caxemira, onde o separatismo muçulmano já causou dezenas de mortes.

### 24 Domingo

Carlos Carvalhas visita Cascais e encontra-se com as populações dos bairros clandestinos das freguesias do Norte daquele concelho, onde se desloca acompanhado do cabeça de lista da CDU à autarquia ■ Nova manifestação de caçadores protesta em Montemor-o-Novo contra a actual Lei da Caça ■ No Porto, o comissário da CEE para o Emprego e Assuntos Sociais, acompanhando o ministro Peneda, anuncia que Portugal "vai receber 650 milhões de contos", em programas para "valorização de recursos humanos" ■ E confirmada a morte do Presidente do Burundi, Melchior Ndadaye, no golpe de Estado que agita aquele país africano ■ Michel Rocard é eleito para o cargo de secretário-geral do PS francês ■ Tropas de Chevardadze retomam mais uma cidade, Abacha, às forças leais a Gamsakhurdia.

### 25 Segunda-feira

Os deputados do PSD faltam à reunião da comissão de inquérito à UGT, que fica adiada para 2 de Novembro ■ Chegam a Lisboa, vindos do Cuíto, em Angola, cem refugiados portugueses ■ No Burundi, o governo do presidente assassinado organiza a resistência ao golpe de Estado ■ Termina em violência, em Mogadíscio, uma marcha organizada pelo presidente interino, que se defronta contra os apoiantes do general Aidid ■ Na Polónia, o vencedor das eleições, Pawlak, apresenta a lista do novo governo de coligação ao presidente Walesa ■ Delegações da Unita, de Portugal, da Rússia e dos EUA encontram-se em Lusaca. Neste encontro, não participa qualquer representação do Governo de Luanda.

### 26 Terça-feira

A CDU divulga um comunicado reiterando que «não tem fundamento» a ideia de que «a melhor maneira de derrotar o PSD é votar no PS» ■ O Conselho Superior de Magistratura decide abrir um processo de averiguações ao juiz Ricardo Cardoso, que tornou público o seu sentido de voto no julgamento do caso Melancia ■ A CIP faz um ultimato, afirmando que ou tudo se resolve numa semana ou acabam-se as negociações na concertação social Conservadores sofrem uma tremenda derrota no Canadá, passando de 154 para dois deputados ■ Uma nova vaga de atentados atinge Belfast e Londres ■ Voltam a eclodir novos confrontos em Serejevo.

## EDITORIAL

# Os milhões e as reivindicações

**N**a passada quinta-feira, a grande comunicação social festejou com caixas altas e títulos enfáticos a duplicação dos fundos comunitários para o período de 1994/99, precisamente mais 98 por cento do que se verificou nos últimos quatro anos.

Nesse mesmo dia, decorreu na Assembleia da República a interpelação do PCP ao Governo, com o tema «A degradação da situação e dos direitos sociais, a recessão económica e as políticas do Governo», que mereceu uma atenção muito mais reduzida da mesma comunicação social.

No entanto, nada mais oportuno para uma reflexão profunda sobre a situação de crise em que o País está mergulhado, incluindo para uma justa avaliação do significado que os fundos comunitários têm tido na vida económica e social do País, do que as acusações, as razões e as propostas que os comunistas apresentaram em S. Bento.

Naturalmente, ninguém recusa importância à duplicação dos fundos comunitários que, com exagero, tem sido propagandeada com o slogan dos «2 milhões de contos por dia».

É preciso não esquecer, no entanto, que nos últimos quatro anos os fundos comunitários atribuídos ao nosso país também já representavam 1 milhão de contos por dia.

E onde estão eles? Como foram geridos? Compensaram, realmente, os gravíssimos prejuízos e custos decorrentes da integração na agricultura, nas pescas, na indústria e noutros sectores? Como se explica que, com tantos fundos, o País tenha sido conduzido à presente crise económica e social? Que efeitos se poderão esperar dos novos fundos, com um processo ainda mais intenso de integração?

Cavaco Silva, na sua carta publicitária de Setembro, prometeu que os milhões da CEE levariam o País, mais ou menos, ao paraíso. Os portugueses já experimentaram o desengano do «oásis» para que possam agora acreditar em novas promessas da mesma proveniência.

**A** interpelação do PCP foi, nesse sentido, um requisito irrespondível sobre a forma fraudulenta como a situação do País tem sido apresentada pelo Governo e sobre as manobras por este usadas para declinar as suas culpas e responsabilidades.

A «responsabilização do Governo» e a demonstração da sua incapacidade «para inverter a evolução recessiva», foi, por isso mesmo, um

dos grandes objectivos da interpelação.

O outro, como salientou Carlos Carvalhas, foi o de levar à Assembleia da República «um debate sobre a gravidade da situação económica e sobre os dramas e as dificuldades que hoje atingem milhares de trabalhadores e milhares de famílias e a necessidade de lhes dar resposta efectiva».

O PCP confrontou, assim, o Governo com cinco acusações capitais. Acusou-o: de fragilizar e destruir o aparelho produtivo nacional; de prosseguir uma política de concentração da riqueza; de ser o principal responsável pelo assustador agravamento do desemprego; de

*Nada mais oportuno para uma reflexão profunda sobre a situação de crise em que o País está mergulhado, incluindo para uma justa avaliação do significado que os fundos comunitários têm tido na vida económica e social do País, do que as acusações, as razões e as propostas que os comunistas apresentaram em S. Bento.*

explorar a recessão económica para lesar grandemente os direitos dos trabalhadores; de não ser capaz de definir uma verdadeira estratégia de desenvolvimento do País.

Os deputados comunistas não procuraram os slogans propagandísticos, procuraram discutir de forma séria, documentada, competente, criticando, combatendo, mas propondo soluções alternativas para que o órgão de soberania que é a Assembleia da República pudesse contribuir de forma útil e responsável para a superação da crise.

O PSD, mais uma vez, recusou esse papel à Assembleia, procurando secundarizá-la e remetê-la para a chicana política. Lamentavelmente, também o PS colaborou nesta secundarização de um debate da maior importância para o País.

Da parte do Governo, no entanto, a persistência neste propósito de arrear a Assembleia das grandes questões nacionais tem um grave significado político, porque é acompanhado da pressão para uma nova revisão da Constituição, a toda a pressa, e para alterações da legislação eleitoral num sentido reaccionário, de que se fez eco Duarte Lima logo na abertura dos trabalhos parlamentares, confirmando que nos arraiais cavaquistas não se desiste de avançar para um regime de cariz autoritário.

No caso presente, a fuga ao debate sério com o PCP e os outros partidos representados na Assembleia da República tem um outro

significado muito importante, que Octávio Teixeira traduziu com toda a clareza: «O comportamento do Governo - disse o líder parlamentar comunista - espelhou a sua crescente falta de lucidez e de segurança, mostrou o seu cada vez maior temor em debater política e frontalmente as suas políticas concretas e de se confrontar honestamente com as alternativas políticas que se lhe opõem.»

**O** Governo recusa o debate na Assembleia da República, o Governo recusa o debate na comunicação social, o Governo não aceita sequer o debate no Conselho Económico e Social, discriminando abusiva e ilegalmente a CGTP, porque a central sindical tem pontos de vista opostos aos seus sobre o que interessa verdadeiramente aos trabalhadores.

A oposição, a contestação e os protestos que o Governo não quer ouvir, e pretende calar, nestas instâncias, devem então, com toda a lógica, ser desencadeados nos locais de trabalho e descer à rua.

Não pode também haver qualquer dúvida sobre o que o Governo e o patronato pretendem com o chamado acordo de concertação social. Trata-se, como bem salientou o Conselho Nacional da CGTP-IN, na sua recente reunião, de «uma violenta ofensiva contra os interesses dos trabalhadores que põe particularmente em causa o emprego, os salários e os seus direitos sociais.»

Por tudo isto, revestem a maior justeza e oportunidade as decisões daquele mesmo Conselho fixando, para 18 de Novembro, um Dia Nacional de Luta (antecedido de «uma ampla acção de sensibilização e esclarecimento nos dias 10 e 11 de Novembro»): pelo emprego; pelo crescimento real dos salários; pela melhoria da segurança social; pela defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Idêntica importância assume a greve nacional da Administração Pública marcada para amanhã, sexta-feira, a que é fundamental assegurar o maior nível de participação tanto pela influência que terá para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores deste sector, como pela sua repercussão na luta geral contra a política anti-social do Governo.

A intensificação indispensável da luta reivindicativa no plano social não pode levar, no entanto, à subestimação da batalha autárquica, cujo resultado é determinante para os interesses das populações e para a evolução da vida política do País e na qual, como salienta o «Apelo» da Comissão Coordenadora Nacional da CDU divulgado na terça-feira, dia 26, é da maior importância penalizar o PSD, fazer a demonstração de que o PS não é alternativa, e dar a confiança à CDU.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7.ª 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na HESKA Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00  
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00  
ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00  
MACAU — 50 números: 13.042\$00  
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00  
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00  
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_, Telef. \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## TRABALHADORES

# Administração Pública amanhã em greve

## Funcionários públicos recusam chantagem da «opção zero»



Os trabalhadores acusam os governantes de verem a diminuição dos salários reais na Administração Pública como o único recurso para fazer face ao défice orçamental

**CGTP marca acções para 10, 11 e 18 de Novembro**

## Só desenvolvendo a luta se pode resolver os problemas

«Só o desenvolvimento da luta reivindicativa pode dar resposta aos problemas com que os trabalhadores se confrontam», afirma-se na resolução político-sindical aprovada pelo Conselho Nacional da CGTP-IN na sua reunião de sexta-feira e sábado.

No documento, divulgado dia 23 aos jornalistas por Manuel Carvalho da Silva, a central anuncia que vai promover um dia nacional de luta a 18 de Novembro, acção que será concretizada em greves, paralisações, desfiles, concentrações e outras formas de protesto, de acordo com a realidade dos sectores e regiões. A *Inter* pretende que esta seja «uma grande acção de massas que traduza o amplo e legítimo protesto dos trabalhadores contra a política sociolaboral do Governo e a exigência de uma política diferente, que promova o desenvolvimento económico, melhore as condições de vida e respeite o direito ao salário, ao emprego, à segurança e protecção social e os direitos individuais e colectivos».

O dia nacional de luta será antecedido por «uma ampla acção de sensibilização e de esclarecimento dos trabalhadores e da população», a realizar nos dias 10 e 11 em todos os distritos, com o lançamento de um abaixo-assinado pela defesa e melhoria da Segurança Social e pela revogação das medidas mais gravosas recentemente tomadas pelo Governo, como as referentes às reformas e pensões de invalidez.

Depois de responsabilizar o Governo e o patronato pela não existência de um verdadeiro acordo social, a resolução afirma que «a CGTP-IN e os seus sindicatos não abdicam do direito de negociação colectiva e exigem o começo imediato da negociação no sector da administração pública». A recusa de negociação com os sindicatos dos trabalhadores do Estado e também a falta de resposta às reclamações da CGTP «são a negação acabada da propagandeada importância que o Governo diz atribuir ao «acordo social»».

Questionado pelos jornalistas acerca dos «encontros secretos» entre Governo, UGT e associações patronais, referidos nomeadamente no «Expresso» de dia 23, Manuel Carvalho da Silva considerou que, a confirmarem-se essas notícias, é posto em causa o espaço de concertação social, uma vez que tais reuniões decorrem à margem do que a legislação portuguesa prevê sobre negociação social.

O coordenador da CGTP classificou como «falaciosas» as comparações feitas pelo Governo entre as percentagens de aumentos salariais em Portugal e noutros países europeus. Carvalho da Silva lembrou, a propósito, que figuras destacadas da CEE, como o próprio presidente da Comissão Europeia, já alertaram para que não se insista na lógica da redução dos salários reais. «Ficávamos todos satisfeitos com um aumento igual a 5 por cento do salário do primeiro-ministro», comentou o sindicalista.

Na resolução do Conselho Nacional da CGTP afirma-se que «a política económica e social que o Governo se propõe realizar no próximo ano continuará a reflectir-se na diminuição da produção agrícola e industrial, com reflexos na diminuição da procura no comércio e serviços, o que se traduzirá no aumento, e não na diminuição, do desemprego e enfraquecerá ainda mais a capacidade competitiva da economia nacional».

As afirmações do executivo de Cavaço Silva acerca do aumento, em 1994, das transferências para a Segurança Social em 60 a 70 por cento mereceram do coordenador da CGTP uma chamada de atenção para o facto de que a comparação é feita com a transferência orçamentada para 1993 (e não a realizada), enquanto que, para o Estado cumprir a sua obrigação legal de cobrir o défice dos regimes não contributivos ou fracamente contributivos, deveria ser transferidos mais 200 milhões de contos no próximo ano.

A Administração Pública vai paralisar amanhã na sequência de uma greve convocada pela Comissão Negociadora Sindical da Plataforma Reivindicativa para 93/94.

Os sindicatos respondem assim à chantagem governamental que faz depender um insignificante aumento salarial de 3 por cento da assinatura do acordo, sustentando que «a inflação já há muito que duplicou os 3 por cento que são discutidos no Conselho Económico e Social».

O sector, que está «farto» de ser o bode expiatório dos desaires orçamentais do Governo, imputa a este inteira responsabilidade pelo défice e recusa-se a «sofrer as consequências» do buraco orçamental de 1200 milhões de contos e dos 600 milhões perdidos nas receitas tributárias, «devido, em grande parte, à forma atabalhoada como fez o desmantelamento das alfândegas e ter tornado inoperacional a fiscalização tributária».

### Recorde salarial

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores afirma que «o Governo quer que (...)

paguemos o preço das fugas aos impostos que não quis impedir em devido tempo, ou que estimulou, pois os sindicatos alertaram para os erros que se estavam a cometer nas alfândegas e para os efeitos da inoperacionalidade da fiscalização».

Os trabalhadores acusam ainda os governantes de verem a diminuição dos salários reais na Administração pública como «praticamente o único recurso do Governo para fazer face ao défice», recordando que o corte nas despesas de pessoal fez com que estas baixassem de 44 por cento das despesas correntes em 1977 para 32 por cento em 1992.

Estes números indicam por outro lado que «não há no Orçamento de Estado um peso excessivo das despesas com pessoal, contrariamente ao que o Governo quer fazer crer à opinião pública». Os sindicatos sublinham, por outro lado, que «o recorde absoluto do mais baixo salário é pertença do funcionário público português. Nos escalões mais mal pagos, os gregos ganham mais 30 contos por mês do que os seus congéneres portugueses e qualquer servente da Administração Pública alemã ganha mais que todas as

categorias e escalões da carreira técnica superior da Administração Pública portuguesa».

### Concentração nos Açores

Entretanto, na cidade da Horta, cerca de uma centena de dirigentes, delegados e activistas sindicais concentraram-se frente ao edifício da Assembleia Legislativa Regional, numa iniciativa promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, à qual se associou o Sindicato dos Professores da Região dos Açores.

Uma delegação composta por dirigentes de ambos os sindicatos foi recebida pelo presidente da ARL e pelos grupos parlamentares, a quem entregou o documento com as principais reivindicações do sector.

Recorde-se que para além das conhecidas exigências de âmbito nacional, os funcionários públicos da Região Autónoma dos Açores reclamam a resolução de problemas específicos, caso da reposição da remuneração complementar, injustamente revogada pelo Governo Regional.

## Porto prepara resposta a curto prazo

A tomada de medidas para a dinamização de uma resposta de luta face aos objectivos do Governo e do patronato (redução do poder de compra dos salários, continuação da destruição do aparelho produtivo, desregulamentação das relações de trabalho e degradação crescente dos sistemas de saúde e da Segurança Social) foi decidida na última reunião da Comissão Executiva da União dos Sindicatos do Porto, na semana passada, onde foi analisada a situação socioeconómica do distrito e do País.

Numa nota divulgada pelo seu departa-

mento de informação, a USP prevê que Novembro seja «um mês quente, com a conflitualidade laboral ao rubro».

«Neste contexto, os sindicatos estão, desde já, empenhados num plano de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e da população em geral, para uma grande jornada de luta na região a curto prazo», informa a União.

A concretização desta jornada será anunciada no plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais, marcado para 10 de Novembro.

## Vieira de Leiria Metalúrgicos anunciam paralisação

Os trabalhadores das empresas metalúrgicas de Vieira de Leiria decidiram fazer uma greve conjunta com duração mínima de uma hora, entre o próximos dias 2 e 5 de Novembro, segundo declarou a Agência Lusa o coordenador do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Metal-Mecânicas do distrito de Leiria, Manuel Cruz.

O sindicato indica que esta greve parcial afectará três fábricas de limas e uma de fabricação de aços e constitui uma forma de protesto contra a violação pelo patronato dos direitos dos trabalhadores e a irresponsabilidade do Governo.

A proposta de greve surgiu na sequência de atrasos verificados no pagamento de salários: na Faprilima há salários em atraso de Agosto e Setembro, na Duarte Feteira os salários de Setembro foram pagos em duas prestações, na empresa de limas União Tomé Feteira ainda está por liquidar 50 por cento do subsídio de férias, e na fábrica de aços Tomé Feteira só foram pagos 39 por cento dos salários de Setembro, no passado 8 de Outubro.

Segundo o sindicato, existem ainda problemas noutras empresas do mesmo sector no distrito, casos da Condaco, Emimold, Famopla, Irmal e ICM.

## TRABALHADORES

## NOVA PROPOSTA DE VIABILIZAÇÃO DA TAP

Os sindicatos da TAP apresentaram à administração uma nova proposta de viabilização da empresa que exclui despedimentos, congelamentos salariais e a aplicação do regime sucedâneo, e defende a continuação da empresa no sector empresarial do Estado.

Para viabilizar a empresa, os sindicalistas consideram necessário acabar com as administrações nomeadas por lógicas partidárias, a quem não são pedidas responsabilidades, com as sucessivas reestruturações inadequadas, com os erros de investimento e com as indefinições a nível comercial. Os sindicatos defendem que a administração abandone a estratégia de confronto social que levou à suspensão ilegal da contratação colectiva, à imposição do congelamento salarial e à redução dos postos de trabalho.

No último ano, saíram da TAP 1700 trabalhadores, entre rescisões de contrato, despedimentos e reformas antecipadas. Actualmente, a administração visa despedir mais 2 mil trabalhadores, objectivo que tem sido sistematicamente recusado pelos sindicatos.

### PRESIDENTE DA AR RECEBE CGTP-IN

Uma delegação da CGTP-IN foi recebida na passada semana pelo Presidente da Assembleia da República, numa audiência solicitada pela central para abordar a grave situação económica e social que o País atravessa, cujos dados recentes foram fornecidos pelas estruturas regionais e sectoriais da central no decurso da Estafeta da Solidariedade.

A central considera que a Assembleia da República está a frustrar «expectativas» por não estar a repercutir os anseios, aspirações e interesses dos diversos sectores da sociedade portuguesa. A CGTP-IN manifesta ainda preocupação pelo facto de «um cada vez maior conjunto de leis de grande impacto na sociedade portuguesa estar a ser feito à margem do órgão legislativo, como é o caso da legislação sobre segurança social que, pela sua importância, exigiria um debate e reflexão de amplitude nacional, o que não aconteceu».

«A desvalorização que a Assembleia da República está a fazer do Direito de Petição, através dos atrasos permanentes, se não mesmo deliberados esquecimentos no seu agendamento» foi assinalada pela central, que referiu na audiência «o caso de uma petição sobre a situação da saúde em Portugal, que foi subscrita por mais de 117 mil cidadãos e entregue na Comissão de Petições, em 3 de Julho do ano passado».

### ZOOTÉCNICA DE LUTO

Os disponibilizados e outros trabalhadores da Estação Zootécnica Nacional compareceram de fumo preto na lapela no «Dia Aberto» que aquela instituição promoveu na passada sexta-feira. Este acto, refere a delegação distrital de Santarém do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores numa nota de imprensa, teve por objectivo alertar os inúmeros visitantes que ali acorreram para as consequências negativas que a disponibilização de um terço dos efectivos da EZN vai acarretar

para os trabalhadores, para a Estação e para a região.

Os visitantes, muitos deles ligados a empresas da agropecuária, públicas e privadas, receberam de uma delegação do sindicato um comunicado denunciando a irresponsabilidade daquela decisão, tomada no quadro da drástica redução de pessoal do Ministério da Agricultura e da famigerada «lei dos disponíveis» da Função Pública.

### JOTOCAR NÃO DEVE ENCERRAR

Os trabalhadores da Jotocar, de Valadares, receiam perder os seus postos de trabalho a curto prazo, e exigem que sejam tomadas medidas para que não suceda com esta empresa o que tem acontecido com outras que também têm recorrido aos processos de recuperação subsidiados, mas que acabam por encerrar as suas portas. Querem que a Jotocar continue a laborar e não se torne em mais um petisco para a especulação imobiliária.

Numa conferência de imprensa que deram sexta-feira, as organizações representativas dos 105 trabalhadores que hoje a Jotocar emprega recordaram a evolução da empresa desde 1981 e denunciaram a situação actual: os trabalhadores encontram-se sem trabalho e muitos deles foram mandados para casa alegando falta de matéria-prima, o que vai ter como consequência que a carteira de encomendas não será executada.

As ORTs afirmam que os actuais problemas são devido a actos de gestão fraudulentos das administrações sucessivas que têm estado à frente da Jotocar, e alertam a opinião pública e as entidades oficiais para o facto de dinheiro destinado à recuperação da empresa ter servido apenas para encher os bolsos das administrações. Em 1981, a empresa tinha 365 trabalhadores. Recebeu em 1984 um subsídio de 45 mil contos para a manutenção de postos de trabalho que, por ter sido utilizado para outros fins, levou as ORTs a pedir uma sindicância.

## Quadros técnicos também nos «excedentários» Isto não é modernizar o caminho-de-ferro — acusa a comissão de trabalhadores da CP

Os dados mais recentes conhecidos, referentes a 1992, revelam que, dos 19 mil efectivos da CP, apenas 574 têm habilitações académicas superiores. A maioria dos trabalhadores não vai além dos seis anos de escolaridade e muitos têm ainda apenas a 4ª classe. A comissão de trabalhadores da empresa, ao trazer a lume estes números, salienta que eles colocam a CP na situação mais desfavorável de todas as redes ferroviárias da Europa, onde o peso dos quadros técnicos do total de efectivos é, em média, duas ou três vezes superior aos menos de 3 por cento da companhia portuguesa.



Os trabalhadores da CP e as suas estruturas representativas têm-se batido, ao longo dos anos, por uma verdadeira modernização do caminho-de-ferro (foto de arquivo)

«Perante um panorama tão lamentável» — afirma a comissão de trabalhadores num comunicado que fez chegar à nossa redacção —, «o que seria natural e o que todos deveríamos esperar dos responsáveis do Governo e dos gestores que este coloca à frente da CP seria uma política virada para o reforço do nível técnico de efectivos, quer pela admissão de mais quadros superiores especializados, quer pela formação permanente de quadros intermédios e operacionais».

Só que não é isso que se está a passar e, pior ainda, «o que o conselho de gerência da CP está a fazer, seguramente com o aval político da tutela, é rigorosamente o contrário», lamenta a CT, revelando que «neste momento, já foram colocados nos «quadros excedentários» cerca de 20 por cento de todos os quadros superiores». A comissão de trabalhadores classifica este comportamento como «uma sangria irresponsável de quadros altamente qualificados, com muita experiência e com altos serviços prestados à CP e ao caminho-de-ferro».

### Ilegalidade

«Para além da interrogação geral, que não podemos deixar de repetir, que se prende com o absurdo de se fazer uma sangria de técnicos no exacto momento em que se fala na modernização da empresa, fica-nos o escândalo da indefinição jurídica do próprio «quadro de excedentários», que a Inspeção Geral do Trabalho considera não ter qualquer cobertura legal», comenta a CT, sublinhando que esta situação é ilegal e injusta, «seja para os quadros técnicos, seja para todos os outros trabalhadores» abrangidos.

Para a CT, «a própria movimentação dos «quadros de excedentários» seria suficiente para colocar a CP na lista das empresas mais ilegais de qualquer país da América Latina». Explica: «A sorte de cada um depende apenas da boa ou má vontade de quem está por cima. Não há critérios definidos nem possibilidades de recurso. O que está feito está feito. Isto tem dado lugar a situações de escandalosa perseguição individual, onde os menos competentes aceitam o papel de alvos para escaparem à sangria.»

Protestando por o actual presidente do conselho de gerência parecer esquecido da promessa de diálogo feita na tomada de posse, a CT apela ao prosseguimento da luta contra os «quadros de excedentários», «entendendo-se a luta específica dos

quadros técnicos, com a qual nos solidarizamos, como uma parte da luta mais geral que envolve, naturalmente, todos os ferroviários».

«É preciso exigir ao CG e ao Governo a extinção pura e simples dos «quadros de excedentários», dando-se assim um primeiro passo para a pacificação da família ferroviária, tão necessária a toda e qualquer modernização da empresa e da rede nacional de caminho-de-ferro, que se pretende mais do que mera propaganda eleitoral» — conclui o comunicado da comissão de trabalhadores da CP.

## Saúde ocupacional Debate da CGTP-IN chumba diploma do Governo

O projecto de diploma sobre Organização e Funcionamento das Actividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, que visa regulamentar a Lei de Bases da Saúde é «tecnicamente incipiente, mal organizado e de conteúdo normativo retrógrado, claramente mais recuado que a actual legislação em vigor há quase 30 anos».

Esta conclusão foi tirada no decorrer de um debate sobre o diploma, promovido pela CGTP-IN e que contou com a presença de Federações e União Sindical e das Associações profissionais e de técnicos de Saúde Ocupacional.

Os participantes acusaram o projecto de diploma de contrariar o acordo assinado pelos parceiros sociais por ser «claramente desregulador, prejudicial aos trabalhadores, aos profissionais de saúde ocupacional e, por último, ao próprio tecido produtivo nacional».

O debate considerou «inadmissível que o Ministério da Saúde se mantenha à margem da feitura desta legislação, assumindo um papel subalterno face ao Ministério do

Emprego e Segurança Social, desligando-se de matérias directamente relacionadas com a Saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho».

A CGTP-IN e os participantes na iniciativa exigem que o Governo tenha em

conta as críticas feitas e introduza «alterações que permitam o correcto funcionamento das actividades de Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho, de acordo com as recomendações internacionais».

## Xavi quer despedir sem pagar

Eliminar postos de trabalho com o mínimo de custos parece ser estratégia da administração da Xavi, fábrica de plásticos e calçado sediada em Guimarães, que recentemente divulgou a intenção de sacrificar 75 por cento dos trabalhadores da empresa.

O processo de «viabilização» daquela unidade consiste na desactivação de grande parte do sector de fabricação em benefício da área comercial. Porém, os sindicatos químicos do Norte e do calçado de Braga, alertam os trabalhadores e a opinião pública para o facto da administração da Xavi pretender obrigar os trabalhadores despedidos a recorrerem à lei 16/87, de forma a que seja a segurança social a suportar os custos do despedimento.

Segundo o sindicato entre 350 e 400 trabalhadores correm o risco de serem despedidos sumariamente sem terem direito sequer às indemnizações previstas na Lei.

### CNB/Camac

Numa outra nota, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte dá conta das dificuldades por que passa a CNB/Camac, cujo processo de viabilização se encontra comprometido face à insistência do Ministério das Finanças, através dos serviços do IVA, em reter indevidamente 80 mil contos da empresa.

Os trabalhadores, que têm lutado desesperadamente pela manutenção dos mais de 400 postos de trabalho tolerando atrasos nos salários e no pagamento do subsídio de férias, consideram absurda a indiferença do Governo face ao futuro desta empresa que tem um mercado garantido para exportação que absorveria 80 por cento da sua capacidade de produção instalada.

## António Murteira no Algarve e Matosinhos

# Comunistas com projecto para defender as pescas

O deputado comunista António Murteira, acompanhado de Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do Comité Central do PCP, e de dirigentes do Sindicato dos Pescadores, visitou, no Algarve, os Portos de Pesca de Armação de Pêra, Quarteira e Olhão, e avistou-se com a Direcção do Sindicato dos Pescadores. Em Matosinhos, o deputado, acompanhado de membros da Direcção da Organização Regional do Porto e autarcas da região, teve reuniões de trabalho com as duas organizações de armadores, a OPESCAS e a PROPEIXE, e com o Sindicato dos Pescadores.

Em declarações prestadas à comunicação social, depois desta visita pelas pescas portuguesas, o deputado do PCP afirmou que «a política governamental e comunitária para as pescas, está a pôr em causa o presente e o futuro deste sector produtivo», acrescentando que «apesar dos fundos comunitários, os resultados falam por si: o VAB (Valor Acrescentado Bruto) das pescas no VAB nacional decresceu (de 1,1% em 1986 para 0,7% em

1990); a frota reduziu-se em 20% (entre 1986 e 1993); a produção sofreu grandes quebras (de 402 900 toneladas em 1986 para 300 000 toneladas em 1992); as importações dispararam (mais de 60 milhões de contos entre 1986 e 1992); o défice da balança comercial agravou-se de 47,5 milhões de contos (16,9 milhões em 1986 para 64,4 em 1992); a indústria conserveira atravessa uma situação muito difícil, tendo ficado reduzida ao mínimo, em regiões como o Algarve.»

«Fomos também informados pelos pescadores e pelos armadores de que o nosso pescado sofre a concorrência, tantas vezes desleal, de Espanha e Marrocos; que o Canadá proíbe a nossa frota de pescar o bacalhau e que o Governo permite que esse mesmo país forneça bacalhau, com reduzidos encargos, para Portugal; e que para a pesca longínqua temos menos quotas e menos zonas para pescar», diria ainda António Murteira.

Mais adiante, o deputado comunista sublinharia que «em Olhão, há uma grande



Os comunistas defendem a aplicação de um Plano de Reorganização da Pesca Artesanal

preocupação com o estado de poluição, a falta de limpeza e assoreamento, a que o Governo e as autarquias de Faro e Olhão deixaram chegar a Ria Formosa. A criação da amêijoia está em perigo assim como muitos e muitos postos de trabalho».

No plano laboral, os pescadores e os seus sindicatos informaram a delegação, segundo disse António Murteira, «que vêm agravar-se as suas condições de vida, com a crescente diminuição dos postos de trabalho, a instabilidade e precariedade e a diminuição dos seus salários/rendimentos reais».

20 anos depois do 25 de Abril, sem terem uma regulamentação jurídica do trabalho individual a bordo, não sendo abrangidos pela Lei Geral».

### Algumas "pistas" para uma nova política de pescas

No encontro com a comunicação social, a delegação diria ser necessária «toda uma nova política de pescas que se torna imperiosa, se se quiserem salvar as pescas portuguesas».

Segundo António Murteira, «o problema é, em primeiro lugar, um problema político». «Precisamos de um Governo que se bata na CEE por acordos que permitam uma verdadeira reorganização das pescas nacionais e com capacidade para negociar com países terceiros, novas quotas e zonas de pesca», frisou.

«A política de pescas não pode ser, fundamentalmente, uma política de abates quase indiscriminados. Há que definir, valorizar e apoiar os

segmentos estratégicos das pescas nacionais, não esquecendo a pesca artesanal, elaborando, com os pescadores e investigadores, um Plano de Reorganização da Pesca Artesanal», disse deputado, que ainda apresentou outras propostas para a mudança de política no sector:

«Há que investir num plano de investigação e de defesa e potenciação dos recursos nacionais.»

«Há que apoiar e defender a indústria conserveira.

«E, naturalmente, o PCP continuará a defender que nos fundos comunitários seja considerado um Programa de Apoio aos Pescadores que por razões de abates de embarcações, imobilizações temporárias, épocas de defeso, etc., percam definitiva ou temporariamente os seus postos de trabalho», diria o deputado, que ainda anunciou estar o PCP a trabalhar num Projecto de Lei sobre a Regulamentação Jurídica do Trabalho Individual a Bordo, que oportunamente será apresentado na Assembleia da República.

## Delegação cubana em Portugal Trabalhar para o fim do bloqueio

A convite da Associação de Amizade Portugal-Cuba, estiveram em Portugal os responsáveis para a Europa e a Península Ibérica da ICAP, o Instituto Cubano para a Amizade entre os Povos. Ricardo Rodrigues Gonzalez e Hélio Gomes Neira cumpriram, entre os dias 14 e 20 do corrente, um extenso programa de contactos e reuniões, entre os quais se contaram os encontros com o Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, representantes das Associações Académicas de diversas Faculdades de Lisboa ou a Associação de Estudantes da Escola Secundária António Gedeão. Em todos eles foi generalizado o debate e a troca de opiniões sobre a realidade cubana de momento.

De referir é o facto de o Pelouro da Juventude da CML ter oferecido, para os estudantes cubanos, dez mil cadernos e dez mil lápis e o aspecto especialmente caloroso como os estudantes de Almada e os universitários presentes na Faculdade de Belas-Artes de Lisboa rece-

beram esta delegação. O núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba dedicou também um dia à recepção dos representantes cubanos.

No segundo dia da sua visita, a delegação cubana manteve um encontro, na sede em Lisboa da Associação de Amizade Portugal-Cuba, com os sócios da organização. No encontro, aberto à imprensa (e que a foto documenta), as gravíssimas consequências económicas e sociais do bloqueio imposto pelos Estados Unidos da América foram explicadas pelos membros da ICAP, que deixaram um apelo à solidariedade internacional para terminar com essa situação e ajudar o povo cubano.

### Solidariedade em Setúbal

Entretanto, o Conselho Local de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba reuniu, quinta-feira passada, a sua nova direcção, logo após a realização da assembleia que a elegeu, aprovando uma deliberação

que apela à Comissão Parlamentar de Amizade Portugal-Cuba da Assembleia da República «para que trabalhe no sentido de os parlamentares portugueses expressarem a sua condenação do bloqueio comercial, económico e financeiro a Cuba», ao mesmo tempo que decidiu lançar em Setúbal uma campanha de recolha de assinaturas e uma moção exigindo a cessação desse bloqueio por parte do Governo dos Estados Unidos da América.

A deliberação apresenta também junto das Nações Unidas um protesto pelo não cumprimento por parte dos EUA da Resolução de 24 de Novembro de 1992 da Assembleia Geral da ONU e congratula-se com a última resolução do Parlamento Europeu que exige aos EUA a revogação da Lei Torricelli que impõe ilegalmente as sanções a Cuba, apelando a organização setubalense da Associação para que o Parlamento Europeu envide todos os esforços para um aumento da cooperação entre a Comunidade Europeia e Cuba.

A deliberação saída da reunião de quinta-feira foi aprovada por unanimidade e será entregue a diversas entidades, entre as quais a Assembleia da República, ministro dos Negócios Estrangeiros, Presidente da República, Parlamento Europeu, Secretário-Geral da ONU, Conselho e Comissão da Comunidade Europeia, Presidente e Congresso dos EUA, Presidente do Conselho de Estado e Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, para além de algumas organizações não governamentais.

## Encontro Nacional a 23 de Novembro

# Polícias em luta contra a suspensão de Carreira

A Associação Sócio-Profissional da PSP (ASPP) marcou para 23 de Novembro um Encontro Nacional de Polícias em sinal de protesto contra a suspensão do seu presidente, José Carreira, enquanto até essa data promoverá outras acções de protesto, incluindo contactos com a população, distribuição de documentação aos polícias e reuniões por todo o país.

A direcção da ASPP, reunida na sexta-feira passada, decidiu ainda suspender temporariamente a participação dos representantes da Associação no Conselho Superior de Polícia e anunciou que o Encontro marcado para dia 23 deverá contar com a presença de delegações de sindicatos de polícias estrangeiras.

José Carreira foi suspenso da Polícia por ter apelado à adesão numa acção de tole-

rância à multa desencadeada pela ASPP.

O subchefe Carreira e outros dois dirigentes da ASPP aguardam ainda o resultado dos processos disciplinares instaurados pelo Comando-Geral da PSP e que lhes foram movidos por terem criticado a forma como se estava a processar a reestruturação das esquadras de polícia, decidida pelo Ministério da Administração Interna.

## JCP/Madeira Fim da Escola Aberta prejudica crianças

A suspensão da Escola Aberta, decidida pelo secretário Regional da Educação da Madeira, foi criticada pela JCP do arquipélago, que afirma em comunicado estar-se «a comprometer o futuro deste projecto, que na região já deu provas de grande validade, nomeadamente no enquadramento social de crianças marginalizadas».

Na nota distribuída à imprensa a semana passada, os jovens comunistas da Madeira dizem não ser «correcto suspender os apoios à Escola Aberta», nomeadamente ao retirar os professores em função por alegadas suspeições sobre métodos e actividades ali praticados, merecedores de uma denúncia efectuada por uma estrutura denominada «Curadora de Menores», da qual, segundo a JCP, «não se conhece nenhuma iniciativa em prol das crianças madeirenses».

Os jovens comunistas pensam que seria de aguardar pelo pronunciamento sobre a questão do Procurador-Geral da República e diz que esta atitude «vem deitar por terra» as esperanças acalentadas sobre o desempenho do titular da pasta da Educação na Região Autónoma da Madeira pois o Dr. Francisco Santos «vai-se tomando uma das mais afinadas correes de transmissão do estilo trauliteiro e atabalhoado do Sr. Jaime Ramos e do Dr. Alberto João Jardim».

### Contra Le Pen

Os jovens comunistas da Madeira condenaram também a visita ao arquipélago do líder da Frente Nacional francesa, Jean-Marie Le Pen, e a atitude do Presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, «de aceitação, no mínimo condescendente», para «com um homem que além de defender ideologias proibidas pela nossa Constituição, age contra os interesses de centenas de milhares de madeirenses espalhados pelo mundo», ou seja, emigrantes como os que Le Pen pretende expulsar de França.

«Quanto a nós só pode haver um motivo para semelhante atitude do Dr. Alberto João Jardim: certa afinidades ideológicas entre ambos, porque não há nada que objectivamente interesse à Madeira e aos madeirenses que Le Pen possa caracterizar», diz a JCP/Madeira em comunicado que conclui: «o Dr. Alberto João Jardim, embora seja membro da estrutura de um Estado Democrático como é Portugal, nunca despiu totalmente as vestes da Mocidade Portuguesa e outras que fizeram dele um defensor das ideias do anterior regime».



A delegação cubana explicou na Associação de Amizade Portugal-Cuba as consequências, para o país, do bloqueio imposto pelos EUA

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Interpelação ao Governo

## PCP acusa, fundamenta e apresenta

O País atravessa uma grave crise económica e social. Ninguém, em consciência, a pode eludir ou ignorar. Abundam os factos, as situações, os testemunhos. E também os números. Faz hoje oito dias foram levados ao Parlamento. Recenseadas, na ocasião, foram também as causas. O diagnóstico é implacável: a responsabilidade é do Governo do PSD e das sua política.

Esta é sem dúvida uma das principais conclusões a reter da interpelação do PCP ao Executivo centrada na "degradação da situação e dos direitos sociais, a recessão económica e as políticas do Governo".

Um debate que se revelou oportuno, com a formação comunista a marcar a agenda política no recomeço dos trabalhos parlamentares, e por esta justificado com a necessidade, por um lado, de analisar a gravidade do estado da economia, e, por outro, apurar responsabilidades em ordem a inverter o rumo actual dos acontecimentos.

Objectivos estes que nas suas linhas gerais, deve dizer-se, foram plenamente cumpridos, com o motivo acrescido de ter havido ensejo de explicitar ao longo do debate as propostas para uma política alternativa e definir as medidas susceptíveis, na opinião da bancada comunista, de minorar os efeitos

económicos e sociais da crise sem precedentes que atinge o País.

Isto apesar de o Governo, embora obrigado a reconhecer a importância da iniciativa e a "seriedade da análise" do PCP, como fez questão de sublinhar o próprio Duarte Lima, presidente da bancada da maioria, ter optado por uma sistemática fuga ao debate, ignorando as questões concretas levadas à Câmara pelos parlamentares comunistas em matéria da política económica e social.

Dessa postura deu eloquente testemunho o ministro Adjunto, Marques Mendes, quer no discurso que produziu, quer nas respostas que deu sempre que foi interpelado, em qualquer dos casos sempre se revelando incapaz de ir para além desse óptimo "refúgio" que é desviar as atenções para aspectos laterais, proferir genéricas declarações de princípios ou imputar às condicionantes externas as razões de todos os males nacionais.

Não deixou aliás de ser sintomático que ao debate não tenham comparecido os ministros das Finanças, do Emprego e da Saúde, uma ausência significativa que o líder da bancada do PCP, Octávio Teixeira, interpretou como sendo o "reconhecimento cabal, por parte do próprio Governo, do grau de total falta de

credibilidade nacional que atinge não apenas os ministros em causa mas, e fundamentalmente, as políticas económicas, de emprego, de segurança social e de saúde, conduzidas pelo Governo do Primeiro-Ministro Cavaco Silva".

É que, foi ainda Octávio Teixeira a lembrá-lo, "não é passível de qualquer defesa séria uma política económica que conduz à desindustrialização e à destruição da agricultura e das pescas, ou de políticas cambial e monetária que são obstáculo às exportações portuguesas e promovem a substituição de produção nacional por importações".

Aspectos estes detalhadamente abordados pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, na sua intervenção de abertura da interpelação, onde equacionou as causas fundamentais da crise e da recessão, sem deixar de apontar as linhas concretas para uma política alternativa. Era o pontapé de saída para um debate que ficaria marcado por cinco acusações frontalmente dirigidas ao Governo por Carlos Carvalhas e por este resumidas nos seguintes termos: promoção de uma política monetarista e neoliberal no seguimento de Maastricht, com resultados na fragilização e destruição do aparelho produtivo nacional; prosseguimento de uma política de concentração da riqueza; agravamento do

## Fuga do Governo ao debate espelha falta de lucidez e de segurança

"O Primeiro-Ministro e o Governo são os principais responsáveis pela grave situação em que se encontram mergulhados a agricultura e as pescas, a indústria, o comércio e o turismo; pela destruição massiva de postos de trabalho e pelo aumento acelerado do desemprego, da marginalização e exclusão sociais; pela situação de prática ruptura a que se chegou na Segurança Social e no sector da Educação". No remate do debate, sintetizando as principais questões que nele estiveram em evidência, a esta conclusão chegou Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, ao encerrar a interpelação da sua bancada ao Governo sobre a situação económica e social.

Uma conclusão inteiramente conforme com o que acabara de se passar ao longo de um dia

de debate no decorrer do qual foi passada a pente fino a situação social e laboral, bem como o quadro económico em que o País se move, com os deputados comunistas a puxarem para primeiro plano factos, testemunhos e exemplos concretos, insusceptíveis de deixar dúvidas quanto às graves responsabilidades do Governo pela actual crise económica e social.

E esta constatação acabou por ser tornar ainda mais forte a partir do momento em que os membros equipa governamental presentes no debate pautaram a sua conduta pela tentativa de "alijar com ligeireza despurada responsabilidades próprias", como lhe chamou Octávio Teixeira, uma conduta que Octávio Teixeira condenou em termos enérgicos, salientando ao mesmo

tempo o facto de o Executivo faltar "à verdade acerca da profundidade da recessão económica e da crise social", "meter a cabeça na areia do deserto que ele próprio criou" e "reafirmar a intenção de manter o mesmo rumo e de persistir nas mesmas políticas económicas e sociais".

"Porque lhe são desagradáveis - insistiu o dirigente comunista - o Governo fugiu ao confronto sério com todas as realidades e verdades que lhe colocámos, torceu e mistificou múltiplas questões e problemas, insistiu em mentiras e inverdades mesmo depois de as termos exuberantemente evidenciado e comprovado".

Este posicionamento do Governo, que classificou de "autista", foi, de resto, uma questão em relação à qual Octávio Teixeira prestou uma

particular importância, levando-o a afirmar que longe de ser "uma demonstração da sua força e confiança na evolução da vida económica e política do País", tal comportamento do PSD revela apenas a "sua crescente falta de lucidez e segurança" e o "temor em debater pública e frontalmente as suas políticas concretas".

A ausência durante o debate dos ministros das Finanças, do Emprego e da Saúde, que interpretou como uma fuga ao "confronto directo com as acusações e as propostas do PCP", foram também comentadas por Octávio Teixeira. "É o reconhecimento cabal - frisou - por parte do próprio Governo, do grau de total falta de credibilidade nacional que atinge não apenas os ministros em causa, mas, e fundamentalmente as políticas económicas, de

emprego, de segurança social e de saúde, conduzidas pelo Governo do Primeiro-Ministro Cavaco Silva".

Desenvolvendo este ponto de vista, numa alusão directa ao modo como o ministro Adjunto Marques Mendes se esquivou ao debate das questões concretas colocadas pela bancada comunista, Octávio Teixeira disse até ser fácil compreender os motivos de tal atitude, uma vez que, realçou, "não é passível de qualquer defesa séria uma política económica que conduz à desindustrialização e à destruição da agricultura e das pescas, ou de políticas cambial e monetária que são obstáculo às exportações portuguesas e promovem a substituição de produção nacional por importações".

Mas uma outra razão adicional, porventura mais forte, poderá explicar no fim de contas a permanente fuga do Executivo ao debate das suas políticas económicas e sociais. Foi ainda Octávio Teixeira a levantar o véu a tal respeito, situando a questão na forma como o Governo "encara a situação de recessão e de crise e dos objectivos que com ela prossegue".

Recordou a propósito afirmações pronunciadas na véspera pelo presidente do Grupo Parlamentar, Duarte Lima, quando este interroga se "poderia Portugal alterar a sua

especialização produtiva e operar a sua modernização sem dor" e quando propõe, por outro lado, em sede de revisão constitucional, a "redefinição das normas constitucionais que enquadram o Estado-Providência".

"Com a pergunta que formulou, aquele membro da Comissão Política do PSD deixou claro - sublinhou Octávio Teixeira - que a razão fundamental da persistência do Governo em políticas destruidoras assenta numa vontade política assumida de deixar prolongar a recessão para promover a apregoada «reestruturação da economia portuguesa», não através de uma política construtiva, mas pela via das falências, dos despedimentos em massa e da criação de numeroso e permanente «exército de reserva» de força detrahida que pressione a manutenção de baixos níveis salariais absolutos e relativos".

"Com a sua proposta, o líder parlamentar do PSD confirmou publicamente que o Governo pretende usar o pretexto da recessão e da crise para tentar desferir golpes profundos em direitos sociais duramente conquistados ao longo de décadas no âmbito das funções sociais do ensino, dos serviços de saúde, das pensões e reformas, do desemprego", concluiu Octávio Teixeira.

## Política de chantagem aposta na regressão social

Coube ao deputado Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, analisar mais detalhadamente os efeitos de uma política económica que classificou de "irresponsável" e que em sua opinião é responsável pela "acelerada degradação das condições sociais e laborais dos trabalhadores portugueses".

Foi um abundante enumerar de casos e situações (ver caixa com "retratos da crise") que no seu conjunto se constituíram como um enorme libelo condenatório contra uma política "insensível às questões sociais" e contra um Governo que, do ponto de vista da formação comunista, "procura fazer pagar sempre aos trabalhadores o preço da crise e para quem os interesses dos grupos económicos, do capital, é quem comanda as suas orientações e medidas de política".

Depois de evidenciar o modo como o Governo do PSD e a CIP afinam pelo mesmo diapasão, numa inequívoca coincidência de posições sempre que se trata de fazer regredir direitos sociais dos trabalhadores, Lino de Carvalho deteve-se neste capítulo a dar alguns exemplos elucidativos, demonstrando como a par da crescente precarização do trabalho está em curso nas empresas e na Administração Pública "um autêntico clima de coacção psicológica".

"Ou os trabalhadores aceitam redução de direitos, rescisões forçadas de contratos, discriminação de salários - observou o parlamentar do PCP - ou são colocados no desemprego sem contemplanções e muitas vezes, com dezenas de anos de trabalho, sem qualquer indemnização".

Do que se trata, segundo Lino de Carvalho, é de uma situação de "chantagem erigida em política de Estado", de que o testemunho mais recente são as negociações salariais para 1994, e da qual

não podem ser dissociados casos como o regime sucedâneo na TAP (que fez regredir direitos adquiridos em 1968), o desmembramento de empresas como a CP, a Portucel, a EDP ou a Quimigal (igualmente com perda de direitos), a perspectiva de redução de 4.500 efectivos na Siderurgia Nacional, o despedimento de milhares de trabalhadores no sector mineiro, têxtil e indústria vidreira, sem esquecer igualmente a Administração Pública onde o índice mais baixo é inferior ao salário mínimo nacional e onde continua por efectuar a revisão do sistema de carreiras.

Embora a política financeira e cambial do Executivo tenham "uma quota de responsabilidade" na actual crise económica, a causa primeira, contudo, segundo Lino de Carvalho, reside no fundamental na "destruição do aparelho produtivo e na delapidação dos recursos impulsionado pela liquidação de inúmeras empresas estratégicas do sector público que têm contribuído com novos milhares para o enorme exército de desempregados em criação".

Quanto às soluções para os graves problemas sociais do país, que em sua opinião não podem passar somente por "medidas pontuais e desgarradas", Lino de Carvalho não deixou de as apontar, citando como linhas concretas de acção para uma política alternativa o "aproveitamento dos recursos nacionais", a "travagem de liquidação do sector público de economia e de empresas estratégicas", o "reforço e inoção tecnológica nos sectores tradicionais onde Portugal tem Know-How e pode ser competitivo", a "conquista e busca de mercados", o "desenvolvimento rural e regional", a "formação e valorização profissionais" e, por último, o "reforço da competitividade pela via de uma política cambial, monetária e financeira adequada às necessidades e realidades do nosso tecido produtivo".



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Carlos Carvalhas no Parlamento

## «Quem faz regredir o presente, não pode prometer com seriedade ganhar o futuro»

## alternativas

desemprego e deterioração da situação social; chantagem e ataques aos direitos dos trabalhadores a pretexto da recessão económica; ausência de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para o País.

Qual calcanhar de aquiles, foi nestas questões centrais da sociedade portuguesa, desenvolvidamente tratadas e fundamentadas pelos deputados comunistas, que o Governo e a sua maioria revelaram a sua fragilidade, ora optando pelo escamoteamento da realidade, ora insistindo em teses e mistificações, que, nalguns casos, como assinalou Octávio Teixeira, assumiram a forma de "mentiras e inverdades mesmo depois de as termos exuberantemente evidenciado e comprovado".

Era a confirmação da ideia lançada no início do debate pelo secretário-geral do PCP, quando assinalou que "como é difícil discutir o presente e encarar a situação, o PSD promete agora «ganhar o futuro»".

"Mas de promessas e de pacotes de promessas - acrescentou Carlos Carvalhas - estão os portugueses cheios. Quem faz regredir o presente não pode prometer com seriedade ganhar o futuro. Não se resolvem os problemas de Portugal agravando os problemas dos portugueses".

## Os males da Saúde

No Hospital de Santa Maria as consultas de Cirurgia vascular, Diabetes, Endocrinologia, Neurologia, Oftalmologia, Reumatologia e Urologia, há muito não aceitam marcações para o ano de 1993. Estomatologia vai mais longe: não aceita marcações nem para 1994". Sendo apenas um exemplo, dos vários que o deputado comunista Luís Peixoto entendeu levar ao debate, nem por isso deixa de ser suficientemente expressivo quanto à real situação a que chegou o País em matéria de Saúde.

Uma situação que assume contornos dramáticos, uma vez que, nunca como hoje, como assinalou o parlamentar comunista, a população portuguesa "tinha sentido tamanha insegurança na doença, nunca o Serviço Nacional de Saúde se tinha encontrado de forma tão desorganizada, nunca como hoje a resposta do Estado em relação à manutenção da saúde da população tinha sido tão ineficiente".

Público testemunho desta realidade deu-o Luís Peixoto, ele próprio médico, ao citar vários casos que atestam a "falta ou a má assistência médica" decorrente da política de saúde do PSD.

"Como pode um médico de clínica geral - inquiriu o deputado do PCP - , por exemplo, com um ficheiro de 1500 utentes, guardado em caixas velhas de sapatos (situação frequente), saber correctamente quantos doentes hipertensos possui, quais

as suas idades, quais os que frequentam as consultas com assiduidade, quantos estão correctamente tratados, quantos faltam à vigilância?"

Lembrada foi também, noutro plano, a falência dos cuidados de saúde primários, uma área onde, sublinhou, "falta pessoal, falta equipamento, faltam meios, falta até respeito", bem como o abandono a que está votada a Saúde Escolar, onde a "fiscalização dos que manipulam alimentos é inexistente" e dificuldades acrescidas foram impostas à vacinação.

Para Luís Peixoto, este balanço da política de saúde não é surpreendente, sendo mesmo, em sua opinião, "previsível", porquanto, adiantou, "não é possível dar resposta às necessidades de saúde de uma população sem ter em conta que ela para ser eficaz resulta de uma interacção de vectores sociais muito variados, como sejam a educação, a habitação, o emprego, a segurança social, as condições ambientais".

Exactamente o que não tem sucedido com este Governo, apostado como está em levar por diante uma "política «autoritária e economicista, acima de tudo e de todos», mesmo que isso represente o aumento do «desemprego e do emprego precário, a diminuição da cobertura da segurança social, a degradação da habitação, a exploração da mão de obra infantil e o aparecimento de verdadeiras e extensas bolsas de pobreza".

As razões e fundamentos da interpelação foram pormenorizadamente explicados pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, na intervenção de abertura do debate. Foi um retrato fiel da crise, com o dirigente comunista a passar em revista a política económica e social do Governo, a quem não poupou duras críticas, sem deixar de demonstrar, simultaneamente, de forma inequívoca, que existem soluções para os problemas e uma política alternativa.

São passagens do seu discurso que a seguir transcrevemos: (...) Acusamos, nesta interpelação, o Primeiro-Ministro e o Governo de promoverem uma política monetarista e neoliberal no seguimento de Maastricht, conduzindo à fragilização e destruição do aparelho produtivo nacional com o agravamento da dependência e subalternização da economia portuguesa.

Acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo de prosseguir uma política de concentração da riqueza, de uma política classista, e de privatização de empresas básicas e estratégicas que estão caindo nas mãos do capital estrangeiro sacrificando a actividade e o investimento produtivos geradores de emprego e riqueza, em benefício da actividade e especulação financeiras e do alastramento da corrupção.

Acusamos e responsabilizamos o Primeiro-Ministro e o Governo pelos dramas que vivem os 335 mil trabalhadores que oficialmente já se encontram no desemprego e os muitos milhares ameaçados de despedimento ou já afectados pelos salários em atraso, pela situação aflitiva de muitos reformados, pela deterioração dos níveis de vida da maioria da população portuguesa e pelo crescimento exponencial das situações de marginalização e exclusão social no nosso país.

Acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo de se servirem do pretexto da recessão económica para lesarem pesadamente os direitos dos trabalhadores, reduzirem os direitos sociais dos portugueses e através da chantagem tentarem impor tectos salariais.

Acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo, da ausência de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para o País, de serem incapazes de contribuir activamente para a inversão da recessão económica e social e de, também por isso, crescentemente assumirem atitudes e tomarem medidas de índole autoritária a todos os níveis da vida nacional.

Estas acusações consubstanciam o fulcro desta interpelação do PCP ao Governo. (...)

A existência de uma recessão económica e de uma grave situação social no nosso país é hoje uma evidência. (...)

Mas se o Governo já admite, relutante e envergonhadamente embora, a situação de crise económica e social, é igualmente verdade que continua a escamotear as causas primeiras e essenciais da recessão, atribuindo-as em exclusivo à evolução externa e àquilo que designa por "privilégios adquiridos" dos trabalhadores assalariados.

Mas o que a realidade mostra é que as causas fundamentais da crise e da recessão radicam em razões de ordem interna: a permanência das vulnerabilidades e insuficiências estruturais da economia portuguesa e as políticas dos Governos do actual Primeiro-Ministro que tem conduzido à desestabilização e destruição do aparelho produtivo. (...)

O Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD foram e continuam incapazes de perceber que no plano económico o grande problema de Portugal face aos restantes países comunitários não é o do diferencial de inflação ou o do nível do défice orçamental, mas antes o do enorme fosso que nos separa no âmbito da estrutura produtiva, da produtividade e do nível de desenvolvimento.

Que esse é o problema essencial, que a redução desse fosso, é a questão prioritária e exige a definição de uma estratégia de desenvolvimento para a economia portuguesa, à qual se deverão adequar e subordinar os instrumentos de política disponíveis.

Neste plano, o Governo fez tudo ao contrário daquilo que exigiam a modernização e o desenvolvimento da economia portuguesa. (...)

Era inevitável que uma política económica virada para o benefício dos grandes grupos económicos, do capital estrangeiro e da especulação financeira e imobiliária, provocasse, para além da recessão, a desertificação e envelhecimento do interior e uma acentuada degradação da situação social, gerando no imediato dolorosos dramas e angústias em centenas de milhares de portugueses e com incalculáveis, mas profundas, consequências a médio prazo.

A profundidade e gravidade da crise social são reflectidas,

designadamente, pelo contínuo crescimento do desemprego e redução do emprego, pelo ressurgimento dos salários em atraso atingindo muitos milhares de trabalhadores, pela pressão sobre os baixos níveis salariais e das pensões e reformas, pelo aumento das carências de serviços sociais essenciais, com saliência para a preocupante degradação do sistema de saúde, e pelas ofensivas contra o sistema de Segurança Social. E espelham, objectivamente, uma situação geradora de miséria e de mendicidade e de crescentes fenómenos de marginalização e exclusão sociais. (...)

Mas uma política alternativa à destruição massiva de postos de trabalho não passa pelas propostas do Governo de maior precarização do trabalho, de maior alastramento do "recibo verde", do trabalho à hora, ao dia ou à peça sem direitos sociais, ou pelo recurso continuado aos subsídios da Segurança Social como amortecedores da conflitualidade social, ou ainda com a falácia e chantagem da diminuição dos salários reais para manter o emprego.

Desmistificamos aqui as teses governamentais de que a saída da crise só pode ser encontrada com uma política de baixos salários e com a degradação do seu poder de compra, e de que os salários nominais portugueses não podem aumentar mais do que os espanhóis, os franceses ou os alemães.

Por um lado, Portugal é o país comunitário com os mais baixos salários nominais e reais e, se fosse essa a causa da crise económica, então seriam os restantes onze membros da Comunidade que registariam as situações mais preocupantes e degradadas. O que, comprovadamente, não é o caso. (...)

A competitividade de que carece a generalidade da economia portuguesa não passa pela desvalorização do preço da força de trabalho (se assim fosse seríamos hoje os mais competitivos), mas sim, e nomeadamente, pela definição de uma estratégia de desenvolvimento, pelo acréscimo da produtividade do capital, pela organização eficiente da produção, pela modernização dos processos produtivos, por taxas de juro e preços dos "factores de produção concorrenciais", por uma política cambial realista e de apoio à actividade produtiva e pela aplicação eficaz dos fundos estruturais. (...)

Igualmente rejeitamos a tese do Primeiro-Ministro da "taxa natural de desemprego" que, não tendo qualquer fundamento teórico, tem por objectivos impor as ideias de que, por um lado, o desemprego é inevitável, e que, por outro lado, o emprego deixou de ser um direito para ser considerado um "privilégio" e que, para ser mantido, os trabalhadores empregados devem aceitar reduções salariais, a precarização das condições de emprego e a eliminação de direitos sociais.

Por acréscimo, tal tese visa funcionar como uma arma contra o movimento sindical e contra a sindicalização, procurando enfraquecer as organizações de classe dos trabalhadores e liquidar direitos individuais e colectivos nomeadamente a liberdade de negociação e contratação.

Mas a degradação da situação social no nosso país não se restringe ao aumento do desemprego, à precarização do emprego e à pressão contra os aumentos salariais.

Ela manifesta-se igualmente na ofensiva do Governo contra os direitos dos trabalhadores expressa, nomeadamente, na grave limitação ao exercício do direito à greve. As ameaças e represálias que foram exercidas particularmente contra os trabalhadores dos transportes, na CP e na TAP eliminando de facto o direito à greve através dos denominados serviços mínimos, violam claramente o direito constitucional à greve.

Ofensiva que conheceu também recentemente uma nova fase com as medidas decretadas pelo Governo no âmbito do regime de Segurança Social. (...)

Acolher esta estratégia do Governo seria pactuar com a regressão social, com a eliminação de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitas dezenas de anos. (...)

Intervimos, acusámos, fundamentámos as razões desta interpelação. É necessário agora que o Governo responda e não fuja ao debate dos gravíssimos problemas económicos e sociais.

A era dos slogans propagandísticos do PSD do tipo, a "democracia de sucesso", o "milagre português" e o "Portugal está na moda no estrangeiro" ficaram pelo caminho e deram lugar ao futuro sem data marcada. Como é difícil discutir o presente e encarar a situação, o PSD promete agora "ganhar o futuro"! Mas de promessas e de pacotes de promessas estão os portugueses cheios. Quem faz regredir o presente não pode prometer com seriedade ganhar o futuro. Não se resolvem os problemas de Portugal agravando os problemas dos portugueses. (...)

## Retratos da crise

- Situação caótica na agricultura e nas pescas, testemunhada mais recentemente pelos protestos vigorosos dos produtores de frutas, suinicultores, produtores de vinho e pescadores de sardinha.

- Quebra de 7% na produção, no primeiro semestre de 1993, em todos os sectores da indústria transformadora, decréscimo que acumula com a forte quebra ocorrida na segunda metade de 1992.

- Desaceleração no consumo e taxas de evolução negativas no investimento.

- Queda das exportações, enquanto prossegue a substituição de produção nacional por estrangeira.

- Supressão, em média, de 10 mil empregos por mês no último ano.

- Mais de 220 mil desempregados inscritos nos primeiros nove meses de 1993 nos centros regionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o que corresponde a mais um terço do que no mesmo mês de 1992.

- Apenas metade dos desempregados recebe subsídio de desemprego; por cada 100 trabalhadores que se inscrevem nos centros de emprego somente 10 conseguem colocação.

- Um terço dos actuais quase 340 mil desempregados são jovens com menos de 25 anos; 60 por cento dos desempregados são mulheres; 42 por cento estão no desemprego há mais de um ano.

- No Alentejo, o número real de desempregados

eleva-se a 18 por cento da população activa, 60 por cento dos quais não recebem qualquer prestação social.

- No distrito de Lisboa, estima-se que até final de 1993 serão destruídos mais de 10 por cento dos postos de trabalho existentes no início do ano.

- No distrito de Setúbal, o crescimento do desemprego ocorre a uma cadência de 500 por mês.

- O número de trabalhadores com salários em atraso ascendia já em Julho a cerca de 40 mil.

- Evidenciando uma situação de ruptura na Segurança Social, as dívidas acumuladas ao sistema situam-se actualmente nos 300 milhões de contos, ao mesmo tempo que se verificam atrasos nos pagamentos do subsídio de desemprego e pensões de reforma.

## PODER LOCAL

# Carlos Carvalhas realça a diferença O PSD distrai com o «futuro» e a CDU mostra a obra feita

Nas iniciativas em que participou durante este fim-de-semana, o secretário-geral do PCP acusou o partido do Governo de andar a dizer que quer «ganhar o futuro» para que não se fale dos problemas do presente e das suas graves responsabilidades. Sublinhando a importância de uma forte votação na CDU e a necessidade do empenhamento de todos - candidatos, dirigentes partidários, activistas e apoiantes - na batalha do esclarecimento e do convencimento a travar até 12 de Dezembro, Carlos Carvalhas elogiou o trabalho, em maioria ou em minoria, dos eleitos da coligação, que cumprem o que prometem e não se furtam a prestar contas aos eleitores.

Em discurso directo, recordamos aqui algumas passagens de intervenções feitas pelo dirigente comunista, sempre de improviso, em alguns dos locais onde esteve nestes dias.

## Palavras bonitas todos têm...

«O Orçamento de Estado para 1994 tem, ainda para obras no Centro Cultural de Belém, 3 milhões e 700 mil contos; e para a Barragem do Alqueva estão inscritos 1 milhão e 300 mil contos. Palavras são muito bonitas. Mas com obras e realizações concretas é que se vê de que lado estão uns e de que lado estão outros.

Encontrei aqui alguns amigos que me disseram que ganham reformas muito baixas. No entanto, para os grandes o Governo tem dinheiro. No OE deste ano o Governo concedeu 120 milhões de contos de benefícios fiscais para as actividades especulativas, parasitárias e financeiras.»

(Borba, 22 de Outubro)

## Eleições importantes

«Estas eleições autárquicas são muito importantes, por três ordens de razões.

A primeira, é que o poder local é uma grande escola de civismo e democracia, que nós concebemos como participação das populações, como estar próximo das populações. Portanto, temos que saber quem vamos escolher: os homens, as mulheres e os jovens que vamos escolher são muito importantes, porque vão estar próximos das populações e podem resolver muitos problemas dos cidadãos.

As eleições são também muito importantes porque se vão



## Borba

# Programa mais que cumprido

Na Câmara Municipal de Borba a CDU não só cumpriu o programa que apresentou ao eleitorado em 1989, como fez ainda um conjunto de trabalhos que não constavam do seu compromisso inicial mas que vieram responder a problemas, necessidades e anseios dos moradores do concelho. Esta ideia foi sublinhada, e devidamente documentada com um vasto rol de obras e iniciativas, pelo presidente da Câmara, João Proença, que de novo encabeça a lista da coligação para as eleições de 12 de Dezembro, na noite da passada sexta-feira, quando foi inaugurada a sede concelhia da CDU, numa festa-convívio que contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e de mais de uma centena de apoiantes e activistas. Durante o mandato, o Governo lesou o município em 200 mil contos que deveriam ter sido transferidos do Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas não chegaram a sair dos cofres centrais. No mesmo período, informou ainda João Proença, os eleitos da CDU entregaram à AECOD 6 mil contos, provenientes da parte da sua retribuição como autarcas que ultrapassa os seus rendimentos anteriores à eleição.

Há 4 anos, quando a CDU conquistou ao PS a Câmara de Borba (e a maioria, também absoluta, na Assembleia Municipal), «tínhamos apenas os melhores candidatos, hoje temos obra feita», congratulou-se o mandatário concelhio da coligação, ilustrando a sua convicção de que a CDU deverá manter e mesmo reforçar as suas posições em Borba, onde, nos 99 candidatos que integram as listas PCP-PEV aos órgãos do concelho e das freguesias, há 59 independentes e 30 nomes que surgem pela primeira vez.

dar numa altura de crise, em que o Governo vai continuar com a mesma política, em que vamos ter, não melhores dias, infelizmente, mas piores dias: mais desemprego, mais trabalho precário, mais dificuldades para as actividades económicas; e por isso também é muito importante ter nas autarquias homens, mulheres e jovens que esteja ao lado das populações, que as ajudem, que promovam, dentro do quadro do poder local, o desenvolvimento, e sobretudo que saibam bater o pé ao poder central.

São também importantes, as eleições locais, porque podem abrir a perspectiva de uma alternativa democrática.»

(Borba, 22 de Outubro)

## E o presente?

«O PSD anda a dizer agora que quer ganhar o futuro. Fala no futuro porque não quer falar no presente. Fala no futuro para desviar as atenções dos portugueses - dos trabalhadores, dos industriais, dos comerciantes, dos reformados, dos jovens, das mulheres, dos deficientes - da situação actual. E eu pergunto: pode-se ganhar o futuro quando se está a destruir o presente? Resolvem-se os problemas de Portugal agravando os problemas dos portugueses?»

(Vila Viçosa, 22 de Outubro)

## Saltar para perto do poder

«Quando os princípios são tão fracos que se salta de uma força política para outra, para depois dizer à população que se está acima dos partidos e que o que se quer é o bem de Vila Viçosa, porque assim o poder eventualmente deixará cair mais alguns sacos azuis - de uma forma antidemocrática, parecendo quase mostrar as relações que havia no tempo da *outra senhora* entre o poder central e os presidentes das câmaras -, nós dizemos daqui que não precisamos do favor do poder central, exigiremos o que é de exigir se formos poder e podemos inclusivamente dizer a esse senhor que, se formos poder faremos melhor do que ele, ao serviço das populações e ao serviço do povo de Vila Viçosa. Não precisamos de favores do PSD.»

(Vila Viçosa, 22 de Outubro)

## Candidato de passagem

«Há um candidato que, pensando que poderia captar votos de esquerda, começou primeiro por declarar que iria combater a burguesia de Cascais. Mas depois, como os estrategas da imagem lhe disseram *tem lá cautela!*..., passados dois dias disse que não seria o Zé do Telhado em Cascais. Depois, imitou Mitterrand e agora tem um *slogan* que é «A mudança tranquila». Tranquila para quem? E, naturalmente, se não for eleito, voltará à sua postura de figura pública. Os candidatos da CDU, sejam ou não eleitos, manter-se-ão aqui no concelho, trabalhando com as populações e, se forem vereadores, continuarão a defender os interesses de Cascais e as aspirações das populações.»

(Estoril, 24 de Outubro)

## O prémio dos idosos

«Este é o ano que a CEE considerou como Ano Europeu da Solidariedade entre Gerações, como ano em que os governos deviam dar atenção aos idosos, aos reformados, aos pensionistas. Qual foi a prática do Governo do PSD? Aumentou a idade de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos, alterou o cálculo das pensões e reformas diminuindo-as em 10 por cento. Aqui está o grande prémio que este Governo concede àqueles que, depois de uma vida de trabalho, se encontram agora no Outono da vida e deveriam ter o respeito de todos nós.»

(São Domingos de Rana, 24 de Outubro)

# Vila Viçosa Retomar o rumo

Passados 4 anos de gestão PS em Vila Viçosa, «está profundamente alterado o quadro de forças e perspectivas» para as próximas eleições, apresentando-se a CDU como «a alternativa verdadeiramente credível para sacudir o marasmo, a apatia e a estagnação» que caracterizaram o mandato socialista - afirmou numa sessão pública, sexta-feira à noite, o cabeça-de-lista da coligação PCP-PEV. Manuel João Condenado, intervindo no salão dos bombeiros de Vila Viçosa perante uma centena de pessoas - entre as quais se encontravam o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, o responsável da direcção regional do Partido, Raimundo Cabral, e os cabeças-de-lista da CDU para as assembleias Municipal e das freguesias calipolenses -, recordou que os comunistas e seus aliados, maioritários nos

órgãos autárquicos do concelho durante 4 mandatos, «transformaram profundamente o concelho para melhor e contribuíram para melhorar a qualidade de vida das populações, sobretudo das freguesias rurais».

Reconhecendo «erros e desvios da nossa concepção de exercício do poder autárquico» que estiveram na origem do mau resultado de 1989, o candidato da CDU à presidência da Câmara de Vila Viçosa manifestou a sua «convicção na vitória» em 12 de Dezembro. Manuel João Condenado adiantou ainda algumas linhas fundamentais do programa eleitoral que a coligação em breve vai apresentar ao eleitorado calipolense, referindo que nas listas da CDU (as primeiras que deram entrada no tribunal de Vila Viçosa) há 68 por cento de independentes.



# Raimundo Cabral fundamenta confiança da CDU em Évora

O responsável da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP apresentou, na sessão que teve lugar sexta-feira em Vila Viçosa, um balanço da composição das listas apresentadas pela CDU a todos os órgãos autárquicos do distrito, e explicou os motivos por que «há uma grande unidade em torno das nossas listas, que nos dá garantias de confiança na vitória no próximo dia 12 de Dezembro».

Raimundo Cabral, que é também membro do Conselho Nacional do Partido, sublinhou que os candidatos da coligação PCP-PEV são homens e mulheres conhecedores dos problemas e ligados ao povo. Metade dos 149 candidatos a presidências de câmaras, figuram pela primeira vez à cabeça de uma lista, enquanto 20 por cento deles são independentes. Dos 359 candidatos a assembleias municipais 39 por cento são independentes. Num distrito onde o PCP tem uma força determinante, «houve uma grande preocupação, em todos os concelhos, de abrir e renovar as listas da CDU.»

A CDU tem cumprido com as promessas que faz ao eleitorado, sublinhou o dirigente comunista, perguntando qual é o distrito, governado pelo PS ou o

PSD, onde os organismos oficiais apresentem dados como os que se referem a Évora no censo de 1991: mais de 97 por cento da população abrangida pelo abastecimento de água; por electricidade, 99,9 por cento; por esgotos, 95 por cento; pela recolha de lixo, 98 por cento. «São as taxas mais elevadas do País. Isto quer dizer que os eleitos da CDU, com o mesmo dinheiro, conseguem fazer mais e melhor que os das outras forças políticas. É uma obra que nos dá autoridade e razão para nos apresentarmos ao eleitorado com confiança.» Mas, acrescentou Raimundo Cabral, essa confiança vem também do empenho das autarquias CDU nas áreas da cultura, do desporto e do lazer, na defesa do património e do desenvolvimento económico, na tomada de medidas e apresentação de projectos e na reivindicação junto do poder central.

O facto de que, pela primeira vez a direita, o Governo de Cavaco Silva, reconheceu que é necessário o Alqueva, foi considerado pelo responsável da DOREV do PCP como «uma vitória dos comunistas, dos democratas, dos alentejanos, e deve-se a que nesta região há um poder local democrático de maioria CDU».

Apelando a que «é necessário trabalhar muito, fazer uma campanha de massas, de contacto directo com a população, ouvir, esclarecer e convencer», Raimundo Cabral reconheceu as dificuldades, os meios económicos modestos que não permitem à coligação competir com os gastos de outras forças políticas. «Mas temos a força da nossa razão e o exemplo da nossa obra» e «não só vamos manter o primeiro lugar nos 10 concelhos e nas freguesias onde somos maioritários, como estamos confiantes que a CDU vai ser a força mais votada noutros concelhos onde há grande confiança nas nossas organizações: Vila Viçosa, Viana do Alentejo e Estremoz», afirmou.

# Carvalhas no distrito de Setúbal Nem um voto pode faltar

A jornada de Carlos Carvalhas no distrito de Setúbal, no sábado, começou logo pela manhã, num encontro com a população da Camarinha e Bairro Humberto Delgado, na cidade do Sado. O secretário-geral do PCP, que chegou acompanhado do responsável pela organização concelhia do PCP, Valdemar Santos, do Comité Central do PCP, e os cabeças de lista à Câmara Municipal, Heitor Matos, e à Assembleia Municipal, Francisco Lobo.

Deslocando-se ao longo do mercado popular que ali tem lugar - em condições que não servem nem os interesses das populações nem dos próprios comerciantes -, Carlos Carvalhas foi acolhido com simpá-

tia e saudado muito afavelmente por feirantes e fregueses, que aceitaram de bom grado a documentação que ia sendo distribuída, os autocollantes e outros materiais de propaganda que os activistas entregavam. A comitiva ia entretanto engrossando e animando, com música e bandeiras, a verdadeira festa em que o encontro se transformou.

Carlos Carvalhas visitou ainda algumas lojas do bairro e teve oportunidade de apresentar os candidatos às autarquias do concelho.

## Trabalhadores da Valfrio apoiam CDU

Coincidindo com a visita do secretário-geral do PCP a Setúbal, trabalhadores da Valfrio divulgaram uma lista de apoio à CDU, sendo desta forma os primeiros a encetar uma linha de trabalho visando

reforçar as posições da Coligação nas autarquias de Setúbal, cujo objectivo principal é o de disputar a Presidência da Câmara Municipal.

Entre os signatários daquela lista contam-se dirigentes sindicais e membros dos órgãos representativos dos trabalhadores, que acumulam ainda cargos de direcção em instituições de solidariedade social ou associações de moradores.

Para os trabalhadores da Valfrio, é sabido que "os candidatos da CDU assumem como compromisso de honra fazer mais e melhor, considerando sempre os problemas pessoais e as necessidades colectivas dos cidadãos no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida".

Carlos Carvalhas, no encontro com a comunicação social que se proporcionou num café do bairro visitado, reforçou aquela ideia, sublinhando que a CDU parte com confiança para esta importante batalha eleitoral, pela obra feita nos municípios em que está em maioria ou pela comparação que dela se pode fazer com outros municípios de maioria PS ou PSD, cujos níveis de qualidade de vida são substancialmente inferiores.

Mas o reforço da CDU, como afirmou Carlos Carvalhas, é um dado fundamental para "a concretização de uma política alternativa à política do PSD, que em muitos aspectos encontra no PS o seu melhor aliado".

Enquanto o secretário-geral do PCP prosseguia a sua visita ao distrito, em Setúbal, ainda durante o fim-de-semana, os candidatos e activistas da



Em Vale da Amoreira, como por todo o distrito, a juventude aposta forte na CDU

CDU continuaram a entrega porta-a-porta da carta de Heitor Matos e Francisco Lobo ao eleitorado, para além de procederem à afixação de outros materiais de propaganda.

## Almoço em Palmela

Activistas e apoiantes da CDU acompanharam Carlos Carvalhas num almoço em Palmela, verdadeira jornada de confraternização e amizade.

Confortados os estômagos, coube ao secretário-geral do PCP lembrar a importante batalha autárquica que se avizinha e a necessidade de conjugar esforços para alcançar os objectivos pretendidos. Uma tarefa para que a CDU parte com a confiança do dever cumprido, pois como lembrou Carlos Carvalhas "na generalidade das autarquias não só cumprimos os programas, como os ultrapassámos". E essa certeza de que a CDU tem nas autarquias um trabalho globalmente positivo constitui "um património que é reconhecido mesmo pelos nossos adversários". Um mérito a que não será decerto estranho o facto de para os comunistas e seus aliados as

autarquias serem "uma grande escola de civismo, de liberdade e de ética".

Na ocasião, Carlos Carvalhas alertou para a demagogia das outras forças políticas, em particular o PSD, que se apresenta às eleições com o slogan "ganhar o futuro", sublinhando que importa perguntar se se pode "ganhar o futuro quando se está a comprometer e a arruinar o presente". E concluiu afirmando que "não é agravando os problemas dos portugueses que se resolvem os problemas de Portugal".

## Encontro com mulheres no Pinhal Novo

O princípio da tarde desta jornada pelo distrito de Setúbal foi dedicado às mulheres. No Pinhal Novo, num espaço simpático, candidatas e activistas da CDU monopolizaram a atenção do dirigente do PCP, sob o olhar atento e curioso dos homens que também não faltaram ao encontro, mas para que já não chegaram as mesas e cadeiras que davam ao local um ar propício à troca informal de opiniões.

Também aqui a tónica foi posta uma vez mais na necessidade de escolher "homens, mulheres e jovens que vão para as autarquias servir as populações e não para se servirem a si próprios".

Como disse Carlos Carvalhas, a CDU vai para esta luta com grande empenhamento, dizendo que estas são umas eleições que respeitam a todos, pelo que importa "fazer um grande esforço para que a CDU tenha um grande resultado, porque isso será bom para as mulheres de Palmela, para as mulheres do distrito de Setúbal, para as mulheres de Portugal e será bom para o nosso país".

Sublinhando que "não pode prometer o futuro quem está a comprometer o presente" e que "só promete o futuro quem não quer discutir o presente, porque sabe que tem tido uma política errada e uma política injusta", Carlos Carvalhas deixou às mulheres de Pinhal Novo uma certeza: "se a CDU se reforçar e se o partido do poder tiver uma derrota, naturalmente também se abrirão perspectivas para uma alternativa democrática".



# Cascais Prontos para o desafio

Apontando o PSD e o PS como responsáveis pela actual situação, o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Cascais afirmou, durante a visita de Carlos Carvalhas no passado domingo, convicto de que «o nosso programa e a sua concretização vão dar resposta aos problemas do concelho, que todos sabemos serem muitos e alguns bem difíceis». Carlos Sota e a equipa que o acompanha declaram que «estamos prontos para esse desafio».

Uma das principais prioridades da CDU em Cascais é a recuperação e legalização dos 243 bairros e loteamentos ilegais, onde vivem 40 mil pessoas, sem arruamentos, água canalizada nem saneamento básico. Esta preocupação esteve bem presente até no programa que preencheu a visita do secretário-geral do PCP ao concelho e que incluiu os bairros 25 de Abril, dos Peões e Carrascal de Alvide. Perante os dirigentes do movimento associativo dos proprietários (que reconheceram ter sido os vereadores da CDU - Carlos Sota e Vítor Silva, que encabeça a lista para a Assembleia Municipal - os únicos que se têm batido pela resolução dos problemas dos bairros clandestinos), foram divulgadas as propostas da CDU para avançar definitivamente na legalização e recuperação dos bairros. Carlos Sota anunciou que a coligação vai assinar um protocolo com a federação e as 93 associações do concelho, assumindo o compromisso de pôr em prática, caso obtenha a maioria no município, algumas medidas concretas e urgentes, como a revogação das normas actualmente em vigor na Câmara, de forma a que esta possa ser realmente o líder do processo; a aquisição de um parque de máquinas, sobretudo virado para obras nos bairros; uma maior rapidez na resposta aos pedidos dos munícipes, abrindo gabinetes de atendimento nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana.

A volta ao concelho começou em Trajouce, com uma visita à Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, onde mais uma vez vieram a lume os protestos e a revolta dos moradores devido ao mau cheiro na zona. A uma pergunta de Carlos Carvalhas, os responsáveis da central e o vereador do PSD, Rui Ribeiro, disseram que as câmaras de Cascais, Oeiras e Sintra decidiram avançar com o projecto sem que tenha havido qualquer estudo de impacte ambiental. As questões do ambiente voltaram a estar em foco no encontro com a comunicação social, à beira do Guincho, onde a candidatura da CDU se comprometeu a accionar todos os meios para conseguir a revogação do Plano e Regulamento do Parque Natural Sintra/Cascais.

# Uma freguesia diferente

A jornada de sábado terminou para Carlos Carvalhas em Vale da Amoreira, uma freguesia peculiar - é a única autarquia PSD no concelho da Moita, um concelho de maioria CDU.

Antes, o secretário-geral do PCP esteve no Barreiro, onde participou no encerramento do encontro de activistas da CDU e visitou o 'Espaço CDU', recentemente inaugurado. Quer a colectividade "Os Franceses" quer a sede de campanha da CDU foram pequenas para quantos se quiseram juntar a Carlos Carvalhas. Foi sob vibrantes aplausos que o dirigente do PCP lembrou as fortes tradições democráticas do Barreiro, bastião do PCP e exemplo de uma gestão autárquica que faz jus ao lema da Coligação - honestidade, competência, confiança.

Mas tal como há muito se aprendeu que por um voto se ganha e por um voto se perde, também importa não esquecer que não se deve descansar sobre as vitórias. Isso mesmo salientou Carlos Carvalhas, num veemente apelo ao voto, para que ninguém falte à chamada no próximo dia 12 de Dezembro, que o efeito da abstenção é um risco a não subestimar.

Contrariar a ideia do 'isto está ganho' é a palavra de ordem para que "nem um voto falte" nas próximas eleições.

Entusiasmada, a claque juvenil presente no encontro tomou a seu cargo trazer para a rua a mensagem de luta. E nem dispensou uma partida aos mais velhos, gritando a plenos pulmões - e aos pulos - "quem não salta é laranja".

O 'Espaço CDU' foi exíguo para tanta gente e tanto entusiasmo; transbordou para a rua, sob o olhar impassível do cartaz gigante do candidato do PS, única nota de vida no outro lado do passeio. E prosseguiu durante o jantar, no novíssimo Pavilhão Municipal de Exposições, na Moita, onde cerca de duas centenas de convivas alegraram o corpo e o espírito em alegre e ruidosa confraternização.

Última etapa da jornada pelo distrito de Setúbal, o concelho da Moita apresentou-se aos visitantes com mais um trunfo no seu cartão de visita. Obra camarária, o Pavilhão é um belo exemplo da obra feita e de que legitimamente se orgulha a gestão CDU.

Como diria Carlos Carvalhas, no final do jantar, aquela é uma obra a juntar a tantas outras - mercados, bibliotecas, jardins, saneamento básico, escolas, parques, piscina - que importa dar a conhecer para que todos saibam que a CDU promete e cumpre.

## Ganhar a freguesia reforçar o concelho

Uma mensagem que seria repetida em Vale das Amoreiras, no início de apresentação de candidatos do concelho da Moita.

A cargo de José Almeida, actual vereador e de novo candidato à Câmara, esteve a apresentação dos candidatos. Numa breve estatística, referiu que dos 212 nomes propostos pela CDU 50

são independentes, 47 são mulheres, 35 são jovens, 143 pertencem ao PCP, 6 aos Verdes e 12 à UDP. O bastante para confirmar a vontade de renovação que presidiu à formação das listas CDU, cujo objectivo é conquistar 6 lugares na Câmara, reforçar as posições em Alhos Vedros, Rosário e Moita e, naturalmente, ganhar a freguesia de Vale das Amoreiras.

Vale das Amoreiras é um caso peculiar no concelho da Moita. De formação recente, contando com várias comunidades cuja integração não tem sido fácil, sofreu ao longo do mandato que em Dezembro termina as consequências da incompetência e incapacidade do PSD. As desavenças internas dos eleitos do partido do Governo foram de tal ordem que arriscavam a esgotar a lista se o mandato durasse mais um pouco.

Isso mesmo foi lembrado por Armando Castro, candidato independente, e por José Luís Pereira, Presidente e de novo cabeça de lista à Câmara Municipal da Moita, que sublinharam a obra feita para fundamentar a confiança com que a CDU encara as eleições de Dezembro.

Uma confiança, como disse Carlos Carvalhas, que deverá também chegar a Vale das Amoreiras, para que os problemas da população sejam enfim resolvidos - e para isso "não precisamos dos favores do PSD, pois a vitória será conquistada pelo voto do povo" -, para que a nova fisionomia do Poder Local seja também um sinal de mudança para o Poder Central.

## Açores

## Confiança da CDU na Terceira e no Faial

Realizou-se no passado sábado a apresentação pública das candidaturas CDU aos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, na ilha Terceira, no Centro de Trabalho do PCP em Angra do Heroísmo e com a presença do Coordenador da DORAA, José Decq Mota. Usaram, sucessivamente, da palavra António Nunes, 1º candidato à Câmara da Praia e mandatário da CDU na ilha (que apresentou as 15 listas de Freguesias e as listas municipais de ambos os concelhos), Emílio Martins Ribeiro, 1º candidato à Assembleia Municipal de Angra, da ID e Coordenador Regional do Sindicato da Função Pública, o professor José Maria Castel-Branco, independente que encabeça a

lista de independentes da Praia, e Francisco Machado, igualmente independente, que é o 1º candidato à Câmara de Angra.

Das intervenções proferidas, concluiu-se que as listas da CDU, pela sua ligação à realidade e credibilidade, "estão em perfeitas condições de ajudar a que haja, na Terceira, uma nova repartição de votos onde o PSD tenha menor expressão e o PS, associado ao CDS, não tenha o exclusivo de representar os milhares de descontentes", como disse Francisco Machado.

O Coordenador da DORAA, José Decq Mota, após referir ser hoje a situação diferente, pois a CDU é reconhecida como uma força essencial à mudança, disse

que "tudo indica que as candidaturas PS estão fragilizadas pela gestão pouco criativa e pouco eficaz, realizada nas autarquias onde estão", para depois acrescentar que "a CDU pode receber muitos desses votos descontentes do PSD e pode receber, também, muitos desses votos desiludidos do PS".

A eleição de candidatos nos vários órgãos é a aposta da CDU/Terceira que, em breve, divulgará o seu programa.

## "Ser a voz de todos"

"Ganhar votos ao PSD, ser a voz de todos os descontentes e retirar a maioria absoluta ao PS na Câmara" é, entretanto, o objectivo da CDU no Faial, como foi afirmado numa iniciativa também realizada no passado fim-de-semana na Horta, para apresentação das listas CDU ao Faial. O acto decorreu num almoço-convívio realizado no CT António Duarte, que teve uma forte participação e ampla cobertura da Comunicação Social regional. Presi-

diu à sessão Luís Bruno, candidato e mandatário da CDU, e António Medeiros fez a apresentação das nove listas municipais e de freguesia, tendo apelado a uma intervenção muito activa de todos na campanha eleitoral.

Luís Carlos Decq Mota, médico, de 76 anos, 1º candidato à Assembleia Municipal e representante da CDU nesse órgão desde 1979, assinalou a importância que tem o reforço da CDU, enquanto o 1º candidato à Câmara, o médico obstetra Luís Mota, de 45 anos, referiu os principais problemas da ilha do Faial e acusou o "centralismo do PSD" de "bloquear o desenvolvimento das ilhas, concelhos e cidades mais pequenos".

Usou ainda da palavra o deputado regional do PCP, dr. Paulo Valadão, que salientou a importância da CDU ter bons resultados em todas as ilhas e de saírem vitoriosas as coligações onde a CDU participa. O Coordenador da DORAA, José Decq Mota, fechou a série de intervenções afirmando que "a CDU é hoje

uma força política reconhecida por todos como essencial à mudança e que está em condições de receber votos quer dos descontentes que anteriormente votaram PSD, quer dos desiludidos com a gestão isolada feita com o PS", tendo sublinhado

que "a CDU tem, hoje, condições para se afirmar eleitoralmente como uma força de equilíbrio, um espaço aberto mas coerente que tudo fará para não trair a confiança dos açorianos que nela depositaram a sua confiança".



## 96 jovens candidatos a Lisboa

Os 96 candidatos jovens da CDU às AF e órgãos municipais no âmbito da Coligação «Com Lisboa» foram apresentados, publicamente, num convívio realizado no princípio desta semana no bar-restaurant «Pintado de Fresco».

Na ocasião, interveio o actual Vereador do Pelouro da Juventude, Rego Mendes, que considerou positivo o trabalho desenvolvido pelo Pelouro da Juventude, criado neste mandato, com o apoio às Associações Juvenis da Cidade no desenvolvimento das suas actividades, bem como na criação de iniciativas como a Semana da Juventude e a Maratona Fotográfica de Lisboa que mobilizaram vários milhares de jovens. Falou também António Abreu, igualmente candidato à Câmara Municipal de Lisboa indicado pelo PCP, e a jovem candidata à AM de Lisboa, Sara Canavezes.

Dos 96 candidatos da Juventude CDU da cidade de Lisboa, cinco são candidatos à Assembleia Municipal de Lisboa e 91 integram as listas às Assembleias de Freguesias da Cidade, sendo a sua média de idades de 23,5 anos.

## «Oliveira do Bairro precisa da CDU»

Para além da apresentação de listas aos órgãos autárquicos municipais de Oliveira do Bairro, a CDU concorre ainda a quatro freguesias do Concelho, nomeadamente às de Oiã, Oliveira do Bairro, Bustos e Troviscal, informa um comunicado da CDU local, que acrescenta:

«Para além dos efeitos saudáveis que a pluralidade de sensibilidades e de opiniões introduzem naturalmente no funcionamento das autarquias, a presença futura da CDU nos diversos órgãos autárquicos do concelho é da maior importância para a defesa dos interesses das populações e do desenvolvimento harmonioso do concelho. O prestígio, pelas provas dadas pelos candidatos da CDU, a reconhecida experiência e dedicação dos eleitos da CDU nos órgãos do Poder Local em que participam, fazem com que cada vez seja mais sentida a necessidade de a CDU estar representada nas Autarquias do concelho de Oliveira do Bairro.»

São os seguintes os primeiros candidatos das listas da CDU aos órgãos autárquicos do concelho de O. Bairro:

**Câmara Municipal:** Milton dos Santos Bôrras, 53 anos, professor do Ensino Secundário; membro do PCP; José Rui Leite da Trindade Soares, 38 anos, médico, candidato independente; Jorge Manuel Branco Pires, 43 anos, médico, candidato independente.

**Assembleia Municipal:** Fernando Peixinho Pires Fernandes, 65 anos, médico, membro da ID-Intervenção Democrática; Artur Pereira Ramísio, 39 anos, F. Político, membro da DORAV do PCP; José Rui Leite da Trindade Soares, 38 anos, médico, candidato independente.

**Cabeças de Lista às Assembleias de Freguesia:** Oiã — Gilberto de Carvalho Fernandes, 27 anos, contabilista; O. Bairro — José Rui Leite da Trindade Soares, 38 anos, médico; Bustos — Pompeu João Domingos, 70 anos, agricultor; Troviscal — Manuel Mota Briosa, 72 anos, agricultor.

## Desalojar a maioria PSD da Câmara de Castelo Branco

Na apresentação das suas candidaturas aos órgãos autárquicos do Concelho de Castelo Branco (Câmara e Assembleia Municipal e Freguesias) a CDU local afirmou «existirem, na actual conjuntura política do Concelho, condições favoráveis para obtenção de resultados eleitorais que permitam:

«Retirar a maioria absoluta ao PSD no executivo Camarário (só possível com a representação da CDU) passo fundamental para alterar profundamente a actual gestão da Câmara Municipal de Castelo Branco.

«Aumentar o número de votos e consequentemente o número de eleitos da CDU nos órgãos autárquicos do Concelho.»

Encabeça a lista para a Câmara Municipal de Castelo Branco o arquitecto Joaquim Manuel de Castro Bonifácio da Costa, 38 anos, docente da Escola Superior de Educação, dirigente sindical do Sindicato dos Professores da Região Centro e membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes». Carlos Alberto de Sousa Vale, 58 anos, gerente comercial, membro da Assembleia Municipal desde 1979 e do Executivo da DORCB do PCP, é o candidato da CDU à presidência deste órgão autárquico. E a CDU frisa:

«É com confiança que a CDU parte para estas eleições. Confiança que assenta no largo apoio e adesão já alcançado no processo de elaboração das listas da Candidatura. Ao apresentarmos as candidaturas da CDU aos órgãos autárqui-

cos no Concelho de Castelo Branco, consideramos importante destacar os seguintes aspectos:

«Grande participação de independentes atingindo 55%.

«Participação de mulheres candidatas na ordem dos 40%.

«Presenças de jovens candidatos na maioria das listas rondando os 25%.

«A composição das listas abrange diversos sectores profissionais e culturais, reflectindo por si o meio socioprofissional albacastrense.

«Confirma-se assim a CDU como uma larga coligação de forças e vontades, de homens, mulheres e jovens de prestígio e empenhados na construção de uma alternativa autárquica que contribua para o progresso e desenvolvimento do Concelho», conclui a CDU de Castelo Branco.

## Mais de 600 candidatos no Concelho de Braga

A CDU-Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV, apresentou candidaturas aos dois Órgãos Municipais de Braga e em 45 Freguesias do Concelho (o que representa mais três que em 1989) envolvendo, no total, mais de 600 candidatos, dos quais 50% são independentes. Muitos dos candidatos que integram as listas da CDU têm já experiência autárquica anterior, sendo de realçar a presença de 21% de candidatos com idade inferior a 30 anos e o significativo número de homens, mulheres e jovens que, pela primeira vez, fazem parte das listas da CDU.

A CDU de Braga assinala ainda «a presença de grande número de candidatos com uma grande experiência e vivência em múltiplas áreas da vida social, cultural e associativa, nomeadamente quadros e dirigentes do Movimento Sindical e Operário, de orga-

nizações de Juventude, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas e outras.» E sublinha-se: «O número de mulheres e trabalhadores intelectuais que entraram nas listas da CDU são a garantia de uma intervenção qualificada, em áreas dos seus interesses específicos, nos órgãos para que vierem a ser eleitos.» E conclui o comunicado:

«É com base nesta grande equipa, integrada por comunistas, militantes do PEV e outros democratas com e sem partido, na sua experiência e valor intrínseco, unidos no mesmo espírito de servir o bem comum e trabalhar para o progresso e desenvolvimento de Braga e de todo o concelho, que a CDU reafirma a sua confiança em bons resultados e no sucesso dos objectivos apontados para as próximas eleições autárquicas.»



## Num almoço com 170 pessoas S. João Montes apresenta lista

Durante um almoço que reuniu mais de 170 pessoas, realizou-se a apresentação pública dos candidatos da CDU à Freguesia de S. João Montes, no Concelho de Vila Franca de Xira. Usaram da palavra Policarpo Santos, actual presidente desta Junta e, de novo, candidato ao cargo, José Ernesto Cartaxo, candidato à presidência da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, Daniel Branco, presidente do município e da Área Metropolitana de Lisboa, e Octávio Pato, membro do Secretariado do CC do PCP.



# As listas da CDU nas suas linhas essenciais

Apresentamos, em quadro, alguns dados importantes sobre as listas da CDU às próximas eleições autárquicas. Como notas gerais, assinala-se que o PCP e o PEV estão presentes na totalidade dos Concelhos do Continente e concorrem a um total nacional de 303 Câmaras Municipais. Segundo dados ainda provisórios, o PCP e o PEV apresentam-se, também, a, pelo menos, 2068 Freguesias, candidaturas que abordaremos mais detalhadamente em futura edição.

Área	Órgão	% de Indep. nas listas	Composição Social					Idade Média	Composição Por sexos		Renovação	
			Operário	Empreg.	Int/Qt.	Empres.	Outros		H %	M %	Eleitos %	1ª Vez %
Todos os concelhos de maioria CDU	CM	35,5	13,2	30,0	37,4	8,5	10,9	41,7	73,9	26,1	24,2	57,9
	AM	35,1	26,2	33,5	16,2	9,5	14,6	44,8	80,3	19,7	10,5	55,5
	Global	35,2	22,9	32,6	21,7	9,2	13,6	44,0	78,7	21,3	14,1	56,1
Área Metropolitana de LISBOA	CM	17,9	13,0	29,1	45,2	3,8	8,9	44,9	75,0	25,0	17,6	63,9
	AM	19,2	20,4	37,7	21,8	6,4	13,7	44,3	75,3	24,7	6,9	62,3
	Global	18,8	18,4	35,3	27,9	5,7	12,7	45,4	75,2	24,8	9,8	64,2
Área Metropolitana do PORTO	CM	20,6	5,3	37,9	44,7	6,1	6,0	45,5	86,3	13,7	9,0	62,4
	AM	20,6	23,7	33,9	22,0	9,7	10,7	45,3	82,6	17,4	3,1	56,6
	Global	20,6	19,5	34,8	27,4	8,8	9,5	45,4	83,5	16,5	4,5	57,9
Distrito de LISBOA Maiorias CDU	CM	22,9	8,6	30,0	48,5	2,9	10,0	44,3	80,0	20,0	30,9	57,1
	AM	30,8	19,6	39,6	23,6	4,9	12,3	44,3	74,7	25,3	58,1	55,5
	Global	29,0	16,8	37,0	29,3	4,4	12,5	44,3	75,9	24,1	20,9	55,9
Distrito de BEJA Maiorias CDU	CM	56,3	7,7	37,6	34,2	6,0	14,5	40,1	70,9	29,1	29,2	47,1
	AM	49,4	24,0	34,9	15,7	9,2	16,2	44,4	79,6	20,4	14,5	51,5
	Global	54,3	19,8	35,4	20,3	8,3	15,8	43,3	77,4	22,6	16,6	50,0
Distrito de BEJA Geral	CM	55,8	9,0	35,2	32,4	7,6	15,8	40,1	71,7	28,3	20,7	52,4
	AM	52,1	26,9	32,5	13,8	9,6	17,2	44,6	79,6	20,4	13,6	55,4
	Global	53,1	22,5	33,1	18,5	9,1	16,8	43,4	77,7	22,3	15,5	54,5
Distrito de ÉVORA Maiorias CDU	CM	38,3	18,7	24,3	35,5	12,1	9,4	39,2	73,8	26,2	39,1	45,3
	AM	39,8	38,2	28,5	12,5	9,0	11,8	45,7	89,3	10,7	11,4	28,1
	Global	39,4	32,9	27,3	18,7	9,8	11,3	43,9	85,1	14,9	18,8	33,2
Distrito de ÉVORA Geral	CM	39,4	22,8	22,8	36,2	10,1	8,1	39,2	75,6	24,4	30,0	42,4
	AM	41,7	38,1	29,1	12,9	7,8	12,1	45,8	89,0	11,0	7,0	28,5
	Global	41,1	34,0	27,5	19,1	8,4	11,0	44,1	85,5	14,5	12,3	32,0
Distrito SETUBAL Maiorias CDU	CM	20,0	15,9	30,8	35,1	7,7	10,5	42,9	69,8	30,2	14,7	69,9
	AM	20,6	20,6	37,1	16,5	9,0	16,8	44,9	76,0	24,0	3,9	66,3
	Global	20,3	19,4	35,5	21,3	8,6	15,2	44,4	74,4	25,6	6,4	67,5
Distrito SETÚBAL Geral	CM	20,2	16,0	29,0	37,5	7,5	10,0	43,0	70,5	29,5	14,4	68,5
	AM	19,7	20,8	36,4	18,2	8,8	15,8	44,5	76,0	24,0	4,7	66,7
	Global	19,7	19,6	34,4	23,1	8,5	14,4	44,1	74,6	25,4	6,8	66,8



Autarcas do Vale do Tejo pretendem que a regularização do rio seja incluída no próximo PDR

## Autarcas querem projecto para o Vale do Tejo

Autarcas de 15 municípios do Vale do Tejo desceram o rio de cacilheiro, desde Vila Franca de Xira até ao Terreiro do Paço, onde fizeram a entrega de um dossier no Ministério do Planeamento que dá conta dos problemas do assoreamento e degradação da bacia hidrográfica do Tejo.

A iniciativa partiu da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, a que preside António Ganhão, edil da Câmara de Benavente, e integrou-se na campanha designada «Regularizar é preciso. Tejo - um rio, uma riqueza», orientada para a sensibilização das entidades oficiais e da opinião pública para a necessidade de regularizar o curso do rio.

Os autarcas deixaram ainda no referido Ministério uma jaqueta de forçado com a inscrição «Está na hora de pegar de caras os problemas da bacia hidrográfica do Tejo».

No entender dos autarcas, «a regularização do Tejo terá de assentar num projecto bem elaborado, que conduza a um aproveitamento harmonioso e integrado dos recursos e considere os diversos impactes que irá provocar. Será um projecto caro (apontam-se valores entre os 200 e os 300 milhões de contos) e que não poderá ser feito em meia dúzia de anos».

Porém, afirmam, «será uma obra para muitas gerações» cujo início deverá ser incluído «no âmbito do próximo Plano de Desenvolvimento Regional 94/99 e respectivo Quadro Comunitário de Apoio», segundo reivindicam.

Em causa está não só a navegabilidade do rio como a defesa das margens e dos campos vizinhos contra alvercamentos, o aproveitamento dos solos para a agricultura, a protecção das povoações ribeirinhas contra as cheias e a drenagem das terras defendidas.

## Os candidatos de Condeixa-a-Nova

A CDU concorre a todos os Órgãos Autárquicos do concelho de Condeixa-a-Nova, num total de 152 proponentes a lugares efectivos e suplentes, à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, cujos cabeças de lista são os seguintes, para os principais órgãos do Concelho:

**Câmara Municipal** — Alípio Teixeira Rodrigues do Amaral, técnico de vendas, 38 anos, residente em Condeixa.

**Assembleia Municipal** — Dr. Miguel Simões da Fonte Pessoa, arqueólogo, 41 anos, residente em Condeixa.

Para as Assembleias de Freguesia, são os seguintes:  
**Anobra** — Manuel Felício Martins, reformado, 60 anos, residente em Anobra.

**Belide** — Fernando Manuel Pereira Mendes, desempregado, 37 anos, residente em Belide.

**Condeixa-a-Nova** — Maria de Fátima dos Santos Bandeira Pessoa, professora, 38 anos, residente em Coimbra.

**Condeixa-a-Velha** — Manuel da Silva Pinheiro Morais, bancário, 47 anos, residente em Senhora das Dores.

**Ega** — António Órfão Redinha, agricultor, 47 anos, residente em Casével.

**Furadouro** — Carlos Simões Vitorino, 61 anos, agricultor, residente em Casmiolo.

**Sebal Grande** — António da Silva Bandeira, aposentado dos CTT, 62 anos, residente em Condeixa.

**Vila Seca** — António Costa Carvalho, funcionário do HUC, 51 anos, residente em Alcouce.

**Zambujal** — Virgílio de Oliveira Lourenço, funcionário do Hospital, 42 anos, residente em Zambujal.

## Loures

## Suspensas competências a vereador socialista

A Comissão Concelhia de Loures do PCP, que tomara conhecimento da decisão do presidente da CM daquele concelho de «suspender as competências delegadas no vereador Carlos Alberto Martinho», do PS, «com fundamento em graves acusações de corrupção entregues por escrito» ao mesmo

presidente, manifestou publicamente, no passado dia 20 do corrente, o seu apoio a tal decisão, esclarecendo que «o PCP entende que o exercício do Poder Autárquico se tem de concretizar com toda a transparência e numa relação de completa confiança com os munícipes».

A nota assinada pelo executivo da Comissão Concelhia de Loures do PCP assinala que o Partido «aguardará os resultados» que as instituições — Inspecção Geral da Administração do Território e Ministério Público —, a quem havia sido comunicada a decisão, «vierem a concluir, entendendo que no actual quadro não será oportuno produzir qualquer comentário sobre as acusações que recaem sobre o autarca do Partido Socialista».

No dia seguinte, porém, e na sequência de notícias e declarações de responsáveis do PS acerca da decisão do presidente da Câmara de Loures, a Comissão Concelhia do PCP veio de novo a público com uma nota de que transcrevemos o seguinte:

1 — O dever elementar de, perante uma iniciativa de cidadãos devidamente identificados denunciando um caso de corrupção, o presidente da Câmara Municipal actuar rápida e firmemente para o integral apuramento de responsabilidade no respeito pela defesa da transparência e da idoneidade da Instituição e não subordinado a eventuais cautelismos políticos;

2 — Rejeita-se pois qualquer insinuação de oportunismo eleitoral.

As decisões foram tomadas no exacto momento em que foi recebida a participação e conhecidos os elementos que a fundamentam.

Atrasar a consideração da participação ou omiti-la significaria, inexplicavelmente, contribuir para encobrir uma situação que pela sua gravidade deve ser rapidamente apurada;

3 — É aliás lamentável que outros candidatos ou responsáveis políticos tenham optado por uma postura, que o evidente incómodo e nervosismo revelado por si só não podem justificar, traduzida em acusações sem sentido em vez de tentarem compreender as envolventes éticas e jurídicas do caso e de acolherem positivamente as medidas para o apuramento integral de responsabilidades como era seu dever;

4 — As medidas adoptadas pelo presidente da Câmara Municipal de Loures justificam-se pelo imperioso dever de dar a conhecer as razões do acto de suspensão das competências até agora delegadas no vereador do PS sobre o qual recai o objecto da participação.

## Braga

O Secretariado da DORBraga, que reuniu na passada semana para analisar a preparação das eleições autárquicas no distrito e as perspectivas eleitorais da CDU, estima que, no balanço feito, se confirma que «estão criadas as condições necessárias para a obtenção de bons resultados eleitorais e a realização de grandes objectivos distritais e concelhios».

«Com efeito», diz a nota entretanto publicada, «tendo em consideração as condições da situação distrital e nacional, marcada por uma grave crise económica e social e a ofensiva antidemocrática do Governo, que atinge a maioria dos aspectos da vida colectiva dos cidadãos, é desde já um importante sucesso político da CDU ter apresentado listas a todos os órgãos municipais do distrito e a 221 órgãos de freguesia, envolvendo neste grande esforço e nas próprias listas, como candidatos, milhares de homens, mulheres e jovens».

A nota da DORBraga destaca particularmente, «pelo significado que tem e perspectivas que abre para a realização de objectivos locais, o facto de em cinco concelhos, e entre eles os mais populosos e industrializados de Guimarães, Braga e Vila Nova de Famalicão, a CDU concorrer a um maior número de órgãos autárquicos que nas eleições de 1989».

## Beja

Também havendo reunido na semana passada, o Plenário da DORBeja do PCP fez o balanço dos trabalhos de preparação das listas concorrentes às autárquicas, no âmbito da CDU. Tal balanço, afirma a nota divulgada, «revela mais uma vez a boa aceitação da população do distrito pelas nossas propostas e métodos de acção».

Registando com agrado que a CDU concorre a todos os órgãos municipais e a todas as assembleias de freguesia, num total de 2061 candidaturas, a DORBeja afirma que as listas elaboradas «são constituídas por cidadãos com credibilidade junto do eleitorado, resultando a sua definição de um amplo, fraterno e sereno debate». A DORBeja do PCP considera ainda «muito positivo e de grande significado político o elevado número de candidaturas de independentes, bem como a participação de elementos de outras forças partidárias — UDP, MDP e PRD — que, juntas ao PCP-PEV e ID, confirmam e afirmam a CDU como grande ponto de encontro e de diálogo dos democratas (...) que se propõem prosseguir e aprofundar a notável obra já realizada».

A nota salienta ainda que, em relação a eleições anteriores, há maior participação de mulheres e jovens e elevado número de candidatos que concorrem pela primeira vez, o que traduz a naturalidade da renovação e a disponibilidade de eleitos e não eleitos para encontrarem atempadamente soluções que garantam a continuidade e aperfeiçoamento do magnífico trabalho realizado».

## Vila Real

A propósito de recentes acontecimentos ocorridos com a Região de Turismo da Serra do Marão, e sob o título «Escandalosa manipulação», a DORVIR do PCP tornou pública na passada semana uma nota na qual acusa o Governo de persistir «numa atitude de prepotência, transformando o distrito de Vila Real numa espécie de coutada do PSD». E prossegue: «As decisões sobre ocupação de lugares públicos não são tomadas em função das qualidades e aptidões dos eventuais candidatos, mas em função da estreiteza dos interesses partidários do PSD, numa evidente confusão entre o Estado e o PSD e atropelando todas as regras institucionais, éticas e morais.»

Mais adiante, a nota recorda que o executivo daquela Região de Turismo marcou, por unanimidade, novas eleições. Porém, «o Governo e o PSD, como se lhes afigurava que o resultado não seria vantajoso, e numa clara ingerência na vida de um órgão extremamente importante para a região, cancelou as eleições na véspera das mesmas, dissolveu os órgãos e impôs uma comissão administrativa na qual se não afigura competência mas apenas filiações e interesses partidários do PSD».

## Evocação de António Russo

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Anta do PCP, realizou-se no passado domingo, dia 24, uma romagem à campa de António Russo no cemitério daquela freguesia, em evocação da memória daquele militante comunista falecido em 1980.

Na romagem participaram dezenas de pessoas — militantes do PCP, familiares e democratas que foram igualmente companheiros de luta de António Russo.

A Comissão de Freguesia do PCP convidou Artur Bártolo — democrata da geração de António Russo e actual vereador do PS na Câmara Municipal de Espinho — a proferir a alocução de homenagem.

Na sua intervenção, Artur Bártolo destacou a justeza da iniciativa em função da vida e da actividade exemplar de António Russo, em Portugal e na Venezuela, sempre fiel ao seu ideário, mesmo nas difíceis condições da prisão e da tortura.

## CAMARADAS FALECIDOS

## AIDA PAULA

Com 74 anos de idade, faleceu a camarada Aida da Conceição Paula. Desde muito jovem, influenciada por seus pais — o pai foi um antifacista, deportado para África em 1921 — adere ao Partido Comunista Português. Tinha então 18 anos, e passa à clandestinidade. Com 20 anos, em Maio de 1939, é presa pela primeira vez, numa tipografia clandestina. Julgada ao fim de 18 meses de cadeia, é condenada a doze meses. Presa de novo em Dezembro de 1958, é condenada a dois anos e meio de prisão maior e medidas de segurança, tendo apenas saído em liberdade em Janeiro de 1965. É presa pela terceira vez em Julho de 1967. Julgada em Maio do ano seguinte, foi absolvida, ao fim de 10 meses de prisão. Passou ao todo 8 anos e três meses nas prisões fascistas e, apesar dos maus tratos sofridos nos interrogatórios e na cadeia, sempre se portou dignamente perante os esbirros da Pide.



## VASCO MAURÍCIO

Em 8 de Outubro, faleceu o camarada Vasco Manuel Almeida Maurício, bancário reformado. Natural de Bobadela, Oliveira do Hospital, e lá residente, o camarada era militante do Partido há longos anos e era membro da organização local de Oliveira do Hospital.

## ALFREDO RAMOS

Faleceu, em 19 de Outubro, o camarada Alfredo Ramos, que pertencia à organização de freguesia da Penha de França do PCP. O camarada era reformado da Carris e residia na Penha de França, em Lisboa.

## FRANCISCO DANTAS

Faleceu o camarada Francisco de Araújo Dantas, que era presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços. Eleito para o cargo há dois mandatos consecutivos pelas listas CDU, o camarada, que desde muito jovem era membro do PCP, dedicou a vida à luta pela democracia, pela liberdade e pela justiça social. Apesar da doença que o atacara, Francisco Dantas estava disposto a manter-se à frente da Freguesia que ajudou a criar e cujo executivo dirigiu nos dois últimos mandatos, deixando nela uma obra que contribuiu para tornar melhor a vida dos pedroucenses.

## Comício-festa em Lisboa

Promovido pelas Direcções das Organizações Regionais de Lisboa e de Setúbal (DORL e DORS) do PCP, vai realizar-se no próximo dia 5 de Novembro — sexta-feira —, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, um comício-festa em que tomarão a palavra os camaradas Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, e Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP.

O comício, que se integra nas iniciativas de apoio à CDU em todo o País, conta com o empenhamento dos militantes, dos activistas e dos democratas que pretendem que a Coligação Democrática Unitária venha a obter uma forte votação nas próximas eleições, contribuindo para abrir novas perspectivas «para uma verdadeira alternativa democrática no interesse do povo e do País».

Na tarjeta que o PCP difundiu, apelando ao comício, pode ler-se:

«O PCP apela a uma empenhada participação de todos os activistas da CDU, aos democratas e à população em geral para que contribuam com o seu trabalho e o seu voto para confirmar a CDU como a força mais influente nas autarquias da Região e para abrir condições para um novo rumo na vida política nacional.»

**COMÍCIO FESTA**  
PCP

**6ª Feira - 5 NOV - 21.30 H.**  
**PAV. DESPORTOS**

**CARLOS CARVALHAS**  
**ÁLVARO CUNHAL**

**CDU é de Confiança!**

## Álvaro Cunhal em Havana

A convite do Partido Comunista de Cuba, partiu no passado sábado para Havana o camarada Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do Partido Comunista Português.

A visita de Álvaro Cunhal a Cuba tem como principal objectivo aprofundar o conhecimento da situação actual naquele país. Manterá conversações com os dirigentes cubanos e contactará com aspectos diversificados da realidade de Cuba.

Esta visita realiza-se no quadro das relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o Partido Comunista de Cuba.

O regresso de Álvaro Cunhal está previsto para o dia 30 de Outubro.

## COMUNIDADE EUROPEIA



## Barata Moura no PE

O camarada Barata Moura tomou posse como deputado do Parlamento Europeu, na passada segunda-feira.

Professor universitário, de 44 anos, Barata Moura vai substituir, até às próximas eleições para o PE, o camarada Rogério Brito, candidato da CDU à Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

A estreia parlamentar de Barata Moura ocorreu no início da semana, altura em que começou a sessão de Outubro do PE.

# Perto de Maastricht e longe dos cidadãos

Os chefes de Estado e de Governo dos Doze reúnem-se amanhã, em Bruxelas, para o cumprimento de uma formalidade que está longe de ser pacífica: a reafirmação do respectivo empenhamento político no processo de aprofundamento da integração europeia previsto no tratado de Maastricht, que entrará oficialmente em vigor a 1 de Novembro.

É duvidoso que alguém saiba efectivamente que tratado é esse que, com 10 meses de atraso, está agora na calha. As dificuldades da sua ratificação na Dinamarca e na Alemanha, aparente-

mente ultrapassadas com medidas de excepção susceptíveis de pôr em causa os princípios tão insistentemente defendidos; a profunda crise económica e social de que a Europa não consegue libertar-se; a crescente instabilidade internacional, são factores que nada de bom pressagiam para o futuro.

Em princípio, a entrada em vigor do tratado de Maastricht deverá ser um passo importante na transformação da CEE numa União Europeia dotada de uma cidadania e de uma diplomacia comum e, até

final do século, de uma moeda única. Mas a verdade é que a livre circulação de pessoas no espaço comunitário continua apenas no papel, a Europa dos cidadãos não passa de um slogan e a diplomacia é amiúde um palco de disputas intermináveis.

Quanto à moeda única, corolário da União Económica e Monetária (UEM) - cuja segunda fase está agendada para arrancar em 1 de Janeiro de 1994, com a criação do Instituto Monetário Europeu (IME), pretenso embrião do futuro Banco Central Europeu - as dificul-

dades continuam a acumular-se. A tão falada convergência é cada vez mais figura de retórica e pretexto para políticas anti-sociais, enquanto às ditas iniciativas de "crescimento e emprego" se arrastam em debates sem resultados práticos.

Como vem sendo prática, é bem possível que a cimeira dos Doze termine com toda a gente a clamar vitória. A realidade, essa, é bem diferente. E não será persistindo numa política cujo resultado está à vista que a Comunidade sairá da crise em que se encontra atolada.

## Eurodeputados no Algarve Conhecer a realidade para melhor a transformar

Durante dois dias, 20 e 21 de Outubro, deslocaram-se ao Algarve os deputados comunistas no Parlamento Europeu, Rogério Brito e Sérgio Ribeiro, que cumpriram um extenso programa de visitas e contactos, organizado e acompanhado pela organização regional do PCP.

Rogério Brito esteve em Portimão, onde visitou o porto e teve reuniões com representantes do Sindicato dos Pescadores, da Associação de Armadores do Barlavento e encontros com pescadores, tal como sucedeu em Sagres. Ainda no mesmo dia deslocou-se a Silves, onde foi recebido na empre-

sa Citral. No dia 21, o camarada Rogério Brito reuniu com a Associação de Armadores do Sotavento, em Vila Real de Santo António, e encontrou-se com pescadores em Montegordo. Já em Faro, reuniu com representantes da Região de Turismo do Algarve e da AISHA (Associação dos Industriais de Hotelaria).

Sérgio Ribeiro, por seu turno, reuniu-se em Faro, no dia 20, com responsáveis da União de Sindicatos e da ACRAL (Associação dos Comerciantes), participando depois numa sessão pública em Vila Real de Santo António, sobre fundos estruturais, actividade económica e

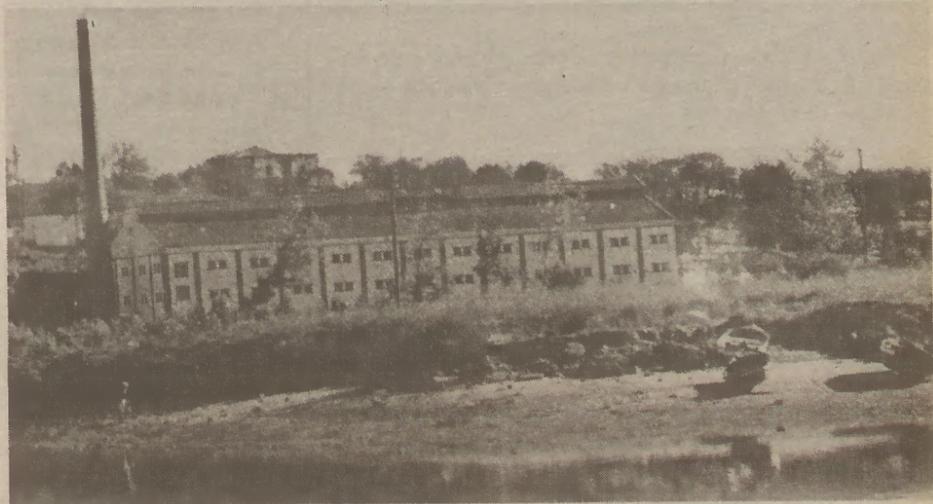
pequenas e médias empresas. No dia 21, o mesmo deputado deslocou-se a S. Bartolomeu de Messines, onde visitou a Frutalgarve e, de novo em Faro, reuniu com o presidente e técnicos superiores da Comissão de Coordenação Regional (CCR) do Algarve, e com o delegado e subdelegado do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

No final das reuniões, visitas e encontros, os dois eurodeputados participaram numa conferência de imprensa, em Faro, onde, depois de uma introdução do camarada Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do PCP, enunciaram algumas primeiras conclusões da sua visita ao Algarve e responderam a questões que lhes foram postas pelos jornalistas presentes, como de resto o fizeram ao longo da estadia, para rádios locais.

### Contradições

Os deputados do PCP no PE sublinharam que esta visita ao Algarve se inscreve na actividade corrente do desempenho das suas tarefas e, como outras que têm realizado e vêm realizando, é decisiva para um melhor e mais actualizado conhecimento das realidades portuguesas. A luta ao nível institucional comunitário fundamenta-se nesse conhecimento e "alimenta-se" com o testemunho de quem as vive.

Confrontando, a esse nível comunitário, orientações estratégicas globais que mais dependente e periférica tornam a economia portuguesa, na região do Algarve os deputados comunistas verificaram como a destruição da estrutura produtiva se reflecte nas actividades piscatória, agrícola e industrial de uma região, que só não o



A crise económica afecta os principais sectores de actividade do Algarve e gera cada vez mais problemas sociais

é institucionalmente porque se atrasa uma exigência constitucional, com gravíssimas consequências para o interesse das populações.

Se, em abstracto, se afirma que, não obstante a importância dos fundos estruturais, a sua avaliação deve ser feita a partir da sua aplicação e dos efeitos que produz, o caso da Via do Infante ilustra-o, claramente. Como infra-estrutura rodoviária tem servido para que a CEE entre em Portugal, por exemplo no caso dos citrinos, contribuindo para a destruição de uma actividade produtiva e comercial que em determinada altura, foi estimulada por via de canalização de vultosos investimentos. Depois, essa actividade parece ter sido abandonada à sua sorte e à concorrência desleal da Comunidade/Espanha, que entra (ou vai ser procurada) por fronteiras abertas, sem quaisquer controlos, beneficiando de infra-estruturas criadas com outras afirmadas intenções.

Os exemplos multiplicar-se-iam, na pesca, com o abate de barcos e a "invasão espanhola"; na agricultura, com o subsídio à não-produção; na indústria, com o

desaparecimento das conserveiras e das corticeiras; na distribuição, com a implantação permissiva das "grandes superfícies" parcelas de grandes grupos financeiros.

### Situação social preocupante

No entanto, no Algarve, a actividade económica mais determinante é a do turismo, com actividades subsidiárias e dependentes na sua órbita. E esta actividade está, ela própria, dependente da conjuntura económica envolvente internacional, e é particularmente sensível às situações de crise como a que se vive actualmente. Para que, aliás, não foram criadas nenhuma defesas e salvaguardas, na ausência de uma política regional integrada.

Os reflexos sociais desta dependência e vulnerabilidade têm a maior relevância, sendo preocupante a situação social que se vive no Algarve, pelo que já é e pelas perspectivas de evolução. Tem o maior significado que o número de desempregados inscritos no IEFP tenha subido 44 por cento entre Agosto de 1992 e

Agosto de 1993, e 52 por cento entre Setembro de 1992 e Setembro de 1993. Para além do aspecto quantitativo, foi sublinhado aos deputados comunistas que estes números revelam que o desemprego entrou pelo que se pode chamar o "núcleo duro do emprego" na região, representando uma mudança qualitativa, pois o trabalho sazonal servia de "almofada" para as variações de procura de emprego de uma actividade com as características do turismo.

Também significativo é que os únicos sinais de uma reacção positiva a esta situação preocupante venham de iniciativa sindical que, em colaboração com o IEFP, organiza e controla acções de formação profissional, utilizando fundos comunitários de forma exemplar.

No final de uma visita de dois dias bem preenchidos, de que se deixa só uma pequena mas ilustrativa amostra dos problemas confrontados, os deputados comunistas no Parlamento Europeu levaram, do Algarve, muito trabalho para casa, ou melhor, para os seus locais de trabalho em Bruxelas e Estrasburgo.

## Orçamento da CEE em discussão

A sessão de Outubro do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Estrasburgo, é dominada pelas questões orçamentais e monetárias. O projecto de orçamento da Comunidade para 1994, que ascende a mais de 72 mil milhões de Ecu, foi apreciado em primeira leitura pelos eurodeputados, que dispõem agora de 45 dias para o aprovar expressa ou tacitamente (sem alterações) alterar as previsões das "despesas obrigatórias" ou propor, por maioria absoluta de votos, modificações das "despesas obrigatórias".

Nesta sessão, a comissão parlamentar de orçamentos deve ainda pronunciar-se sobre as perspectivas financeiras da Comunidade no período 1994/99, sendo de esperar viva polémica já que a comissão considera que o orçamento aprovado em Edimburgo dificilmente assegurará os meios financeiros necessários às novas tarefas previstas no tratado da União Europeia. Um tema a que voltaremos no próximo número.

## Serviços Públicos em debate

A convite do Grupo Coligação de Esquerda, os camaradas Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, Fernando Marques, da CGTP-IN, e Luísa Ramos, dirigente do Sitava (Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos), deslocaram-se esta semana a Estrasburgo para participar numa iniciativa sobre os Serviços Públicos, organizada pelo Grupo.

## INTERNACIONAL

## MOÇAMBIQUE

O calendário revisto do processo de paz moçambicano foi assinado pelo governo, Renamo e ONU, estabelecendo o início do acantonamento das tropas até 30 de Novembro próximo.

O calendário agora aprovado formaliza o desbloqueamento do processo de paz conseguido durante a visita a Moçambique do secretário-geral da ONU, Boutros Ghali.

O novo calendário substitui o que estava contido no Acordo geral de paz, assinado em Roma em 4 de Outubro de 1992, e que previa o termo do processo de paz em Outubro de 1993, com a realização de eleições gerais.

Segundo o actual cronograma, ainda em Outubro será aprovado o programa de extinção das forças irregulares pela Comissão de cessar-fogo. O desmantelamento destas forças ocorrerá em Novembro e Dezembro, em simultâneo com o acantonamento das tropas do governo e da Renamo. A desmobilização das tropas prolonga-se por cinco meses, entre Janeiro e Maio de 1994.

A ONU assumirá o controlo do armamento armazenado ao longo deste processo de desmobilização.

De acordo com o calendário, as forças armadas de defesa de Moçambique ficarão operacionais em Setembro de 1994, "um mês antes das eleições".

A campanha para as eleições gerais deverá começar a 1 de Setembro de 1994 e terminar a 14 de Outubro. A lei eleitoral será aprovada até final de Novembro próximo.

O recenseamento eleitoral inicia-se a 1 de Abril e termina a 30 de Junho, mês em que estará também terminado o programa de refixação das populações deslocadas pela guerra.

## SENEGAL

Seis centrais sindicais, entre elas a Confederação nacional dos trabalhadores do Senegal, ligada ao Partido Socialista, no poder, realizaram uma greve geral de três dias para exigir a anulação de medidas que provocaram a diminuição dos salários.

A greve geral, que ocorre uma semana depois de outra convocada pela União nacional dos trabalhadores autónomos, é a terceira desde Agosto, mês em que foi aprovado um plano económico de emergência.

As três semanas de negociações entre governo e sindicatos não resultaram, nem contribuíram para solucionar a crise social que se vive no país.

## CHINA

Representantes da Federação dos sindicatos chineses, com mais de cem milhões de filiados, estão reunidos em Pequim, no seu 12º Congresso quinzenal, que conta com a presença dos principais líderes do país, entre os quais o secretário-geral do Partido Comunista e presidente da República, Jiang Zemin.

"A economia de mercado que estamos a construir integra-se no sistema básico do socialismo. O seu desenvolvimento não alterará de modo nenhum a natureza do Estado e o papel dirigente dos trabalhadores", disse Hu Jintao, membro do Comité permanente do Politburo do PC da China, na abertura dos trabalhos do Congresso.

Na opinião deste dirigente chinês, os sindicatos são "uma ponte entre o partido e as massas trabalhadoras e um importante pilar social do poder de Estado".

## NUCLEAR

O Parlamento ucraniano adoptou uma "doutrina militar" cuja filosofia faz depender a eliminação das suas armas nucleares de medidas semelhantes a adoptar pela comunidade internacional.

"Circunstâncias históricas fizeram da Ucrânia herdeira das armas nucleares da ex-URSS. Mas não autorizaremos a sua utilização e condicionamos a sua destruição a acções do mesmo tipo pelos restantes estados", afirma-se no documento aprovado.

O Parlamento ucraniano pronunciou-se, simultaneamente, contra a proliferação de armas químicas, nucleares e bacteriológicas.

Entretanto, a China, que no princípio do mês de Outubro efectuou um ensaio nuclear, anunciou nas Nações Unidas ser favorável à proibição total dos ensaios nucleares e armas atómicas e à destruição destas.

## CANADÁ

Cerca de 18,5 milhões de canadianos foram às urnas para eleger os 295 membros da Câmara dos Comuns, em clima de recessão económica.

À partida, as sondagens indicavam que os conservadores deverão abandonar o poder que detêm desde 1984, afirmando-se os liberais - que fizeram da criação de empregos a principal palavra de ordem da sua campanha - como alternativa.

O sistema político canadiano baseia-se no modelo parlamentar britânico.

O Parlamento é composto pela Câmara dos Comuns, com 295 deputados eleitos, e pelo Senado, com 104 membros nomeados pelo governador-geral (que representa a rainha de Inglaterra, chefe do Estado)

## Haiti

# Em véspera do regresso de Aristide cresce a tensão no país

Poucos dias antes de 30 de Outubro, a data acordada para o regresso do presidente eleito Jean-Bertrand Aristide, actualmente no exílio, cresce a tensão no Haiti, de par de diferentes tentativas no sentido de ultrapassar a actual situação de crise.

O mediador das Nações Unidas para a crise haitiana acolheu positivamente propostas avançadas esta semana por um grupo de deputados integrando a oposição ao presidente Aristide. E afirmou que o facto do presidente não regressar ao Haiti até ao próximo dia 30 não significa que o processo do acordo de Governors Island (que deveria levar à reposição de uma situação democrática no país) esteja terminado. Acrescentando entretanto que o levantamento das sanções ao país não poderá acontecer enquanto Aristide não regressar.

A proposta deste grupo de deputados da oposição ao presidente eleito, surge na sequência de uma série de reuniões, nomeadamente com os representantes dos quatro "países amigos", ou seja, os Estados Unidos, França, Canadá e Venezuela.

O seu plano inclui o voto simultâneo das duas câmaras sobre a lei da amnistia (que corresponde a uma exigência dos golpistas) e a separação do exército e da polícia (reivindicada por Aristide), e avança ainda a proposta de alargamento do executivo, a antecipação da passagem à reforma do general golpista Raul Cedras, chefe do exército haitiano, e o abandono da chefia da polícia de Port-au-Prince pelo coronel Michel François, conforme o acordo de Governors Island.

O Haiti tem vivido em clima de grande violência, que ainda mais se agravou ultimamente, como reacção dos golpistas aos esforços implementados no sentido do regresso à democracia.

Os militares putschistas, considerando que o envio de soldados da ONU para o país viola o acordo assinado em 3 de Julho com Aristides, afirmaram ao actual ministro da Defesa do governo de Robert Malval, Jean Beliotte, que "os tempos em que o poder civil podia impor a sua vontade aos militares tinham passado".

Grupos armados, manipulados pelo general Cedras e pelo chefe da polícia Michel François, ameaçam partidários de Aristide, diplomatas e jornalistas. Na capital e arredores vive-se um clima de terror. Grupos armados aterrorizam vendedores dos mercados e operários que se dirigem para o trabalho.

O actual primeiro-ministro haitiano Robert Malval



afirmou recentemente que considera o regresso do presidente Aristide como "a última oportunidade" para o país. Na sua opinião, se ele não regressar a 30 de Outubro, milhares de haitianos fugirão da ilha, e mesmo a "6ª armada norte-americana nada poderá contra esses homens e essas mulheres que fogem de uma terra cada vez mais hostil".

Quando do golpe de Estado militar de Setembro de 1991, mais de 40 000 haitianos tentaram fugir para a América.

## A Junta Militar e a droga

Segundo um relatório confidencial da administração norte-americana, o Haiti serve de placa giratória aos traficantes de droga da Colômbia e da República Dominicana. Cerca de cinquenta toneladas de cocaína passam em cada ano por Port-au-Prince, o que representa para os traficantes mais de 300 milhões de dólares de lucros. Aristide denunciou que a Junta Militar tirava também os seus lucros deste tráfego.

## Palestina

# O difícil regresso dos refugiados

Israel libertou esta semana algumas centenas de presos palestinianos. Na véspera, os jornais israelitas noticiavam a libertação de mais de 700 prisioneiros, entre os quais 450 com menos de 18 anos, 150 doentes, 62 mulheres e 70 com mais de 50 anos. Os números oficiais indicam que Israel mantém presos cerca de 12 000 palestinianos.

Este um grave problema humano e sociopolítico, a que começa a ser dada uma primeira resposta positiva.

Entretanto, no quadro das questões em que o factor humano assume por vezes carácter particularmente dramático, está o problema dos refugiados, o incontável número de palestinianos espalhados, em particular pelos países árabes.

As populações de Gaza e Jericó serão autónomas dentro de poucos meses. A da Cisjordânia esperará ainda uma ano. Quanto à sorte dos habitantes de Jerusalém e dos campos de refugiados do Líbano, Síria e Jordânia, só

será definido dentro de três anos, no mínimo, quando o estatuto definitivo da Palestina for debatido.

Entretanto, foi decidida entre Israel e a OLP a resolução deste problema por etapas.

A questão dos refugiados de 1948, quando do estabelecimento do Estado de Israel, só será abordada dentro de dois anos.

Quanto aos refugiados de 1967, designados no acordo como "pessoas deslocadas", é garantido o seu direito ao regresso ou a uma compensação financeira e vai ser constituída uma comissão quadripartida, constituída por Israel, a OLP, a Jordânia e o Egipto para examinar a sua situação e as condições materiais do seu regresso.

Os casos específicos, humanitários ou de reunião de famílias, serão objecto de medidas especiais.

A verdade entretanto é que não existe nenhuma avaliação precisa do número de refugiados palestinianos. Segundo o organismo espe-

O crescendo de violência no Haiti está a provocar novamente a fuga de parte da população de Port-au-Prince

cífico das Nações Unidas para os refugiados, serão cerca de 2,5 milhões. A OLP fala de 4 milhões. Os "deslocados" de 1967 são 800 000 segundo a OLP, 200 000 segundo Israel.

Na reunião realizada em Tunes pelo grupo de trabalho sobre os refugiados, foi decidido estabelecer um banco de dados que permita aos negociadores trabalhar em bases mais claras.

Mas aqui, como em todas as outras questões no processo de paz em curso, o fundamental vai-se jogar na participação das populações palestinianas na solução dos seus próprios problemas, nomeadamente no plano económico. Nas ajudas reais de que os palestinianos poderão dispor para a recuperação socioeconómica das suas terras. Pois naturalmente será impossível o regresso massivo de refugiados num quadro de miséria generalizada, graves problemas de habitação, desemprego em massa, falta total de infra-estruturas.

## França

## Vitória dos trabalhadores da Air France

A greve do pessoal de terra da Air France, que já se prolongava há 12 dias e alastra entretanto aos outros sectores da empresa, levou a uma significativa vitória dos trabalhadores, que naturalmente virá a ter consequências nas múltiplas outras lutas laborais em curso.

O governo francês cedeu, retirou o plano de reestruturação e levou o presidente da Companhia, Bernard Attali, à demissão. Para os trabalhadores da companhia aérea francesa, não há ainda garantias quanto ao futuro, tanto mais que entretanto o ministro dos Transportes, Bernard Bosson, foi avisando

do que (na sua perspectiva, naturalmente) «não é possível salvar a Air France mantendo todos os seus empregados».

Mas o facto de ter sido retirado o plano de austeridade é, em si, uma importante vitória.

A luta dos trabalhadores da Air France começou quando do anúncio de um plano de «regresso ao equilíbrio», que passava pela supressão de 4000 postos de trabalho e uma redução de salários. Simultaneamente, o ministro dos Transportes informava que algumas linhas internas, actualmente exploradas pela Air Inter

(nomeadamente Paris-Toulouse e Paris-Marseille) iriam ser confiadas a empresas como a British Airway, Air Outre-Mer ou Euralair.

O movimento de protesto mobilizou sectores cada vez mais amplos dos trabalhadores da empresa aérea francesa. Em Roissy-Charles-de-Gaulle, o movimento teve o seu início em 12 de Outubro, registando-se a ocupação das pistas, em acções de luta convocadas por um amplo leque de sindicatos.

O governo apresentou o seu plano de austeridade como um conjunto de medidas «inevitáveis». Mas os trabalhadores contestam

essa avaliação. Num panfleto divulgado pelo sindicato FO de Roissy, denuncia-se que «a estratégia do governo na organização dos transportes aéreos franceses exclui e condena mesmo a Air France à recessão e à regressão».

Em causa, nomeadamente, os acordos GATT, que apontam para uma generalizada desregulamentação dos sectores públicos de transportes, aéreos ou marítimos. Desregulamentação que na prática significa concorrência, guerra de tarifas, ultraliberalismo. Lógicas do comércio mundial que nada têm a ver com os interesses dos trabalhadores, e tão-pouco com interesses nacionais.

A luta dos trabalhadores da Air France insere-se numa vaga de lutas e protestos de diferentes sectores

laborais contra a política do governo de Balladur.

A 12 de Outubro, centenas de milhar de assalariados participaram numa jornada de luta interprofissional organizada pela CGT e pela FO. Em 25 departamentos, e em numerosas empresas públicas e privadas, os trabalhadores corresponderam ao apelo dos sindicatos para se manifestarem, numa jornada unitária, pelo emprego, pelos salários, pelos seus estatutos profissionais. Mais de 30 000 pessoas desfilaram em Paris. Em Bordeaux houve cerca de 10 000 manifestantes, 15 000 em Marseille, 4000 em Clermont-Ferrand.

Poucos dias depois, a 15 deste mês, uma manifestação de âmbito nacional juntou 20 000 pessoas em Paris, ao apelo da central sindical CFDT.

Uma sucessão de lutas que surge também como importante manifestação de unidade sindical. Quando da jornada de dia 15, a secretária-geral da CFDT, Nicole Notat, sublinhava que o seu sindicato «partilha com os outros sindicatos a mesma recusa do aumento do desemprego, o mesmo sentimento de urgência, a mesma vontade de inverter o curso dos acontecimentos», e defendeu a realização, a todos os níveis, de «encontros com os responsáveis sindicais das outras organizações» para se avançar com iniciativas comuns pelo emprego.

Um objectivo profundamente mobilizador e que está no centro da luta em que, ao longo destas últimas semanas, participaram centenas de milhar de trabalhadores franceses.

## Rússia

## Ieltsin reforça poderes e liberaliza preços

A realidade política russa tem vindo a ser profundamente alterada nestes dias, com Ieltsin a avançar com sucessivos decretos que em grande medida garantem também o seu controlo directo sobre vários aspectos fundamentais da vida do país. Decretos que, nalguns casos, tendem a agravar mais ainda as já difíceis condições de vida do povo russo.

Apostando no fim do poder dos soviets, o presidente russo convocou eleições legislativas locais nas regiões e territórios da federação, para o período entre Dezembro de 1993 e Março de 1994.

Ao mesmo tempo foi emitido um regulamento sobre os princípios básicos da organização e funcionamento do novo sistema de órgãos legislativos regionais. Este regulamento concede, em geral, grandes poderes aos representantes executivos locais, mas não faz referência ao modo como estes serão nomeados. De momento são designados por Boris Ieltsin.

O presidente russo decidiu igualmente que a referência à «soberania de Estado das repúblicas» desapareceria do seu projecto de Constituição. De recordar que as regiões russas vinham há meses batalhando por direitos semelhantes aos que o Tratado da Federação, assinado na Primavera de 1992, conferia às repúblicas. Direitos agora anulados.

Simultaneamente, Boris Ieltsin põe em causa a necessidade de eleições presidenciais antecipadas, declarando que competirá aos deputados da nova Assembleia federal, a ser eleita em 12 de Dezembro, decidir se a eleição presidencial deverá ter lugar em Junho, como previsto. Em Setembro, Ieltsin anunciara a marcação da eleição presidencial antecipada para 12 de Junho de 1994 (contrariando propostas no sentido de eleições simultâneas para o Parlamento e a Presidência).

Também no plano económico, o presidente aproveita a concentração de poderes para fazer avançar rapidamente a sua política.

No final deste mês, deverá ser aprovado um plano em que estão previstas medidas como a liberalização completa do comércio externo, dos mercados dos cereais e dos combustíveis, a protecção dos investimentos

e dos accionistas, mesmo estrangeiros, a legalização da propriedade privada da terra, a reforma habitacional e outras.

Pelo menos metade das grandes empresas deverão ser privatizadas ainda este ano, o que deve ter como consequência imediata um grande acréscimo do desemprego. O Estado passará a garantir os investimentos privados e praticará esquemas de financiamento misto de grandes projectos.

Como primeiro passo na actual ofensiva económica, o governo cortou os subsídios estatais aos preços do pão.

Os preços do pão e das massas aumentaram já drasticamente no ano passado devido ao crescimento dos custos dos combustíveis e dos gastos da produção. Conforme os dados do Comité Estatal de Estatística, o preço de um quilo de pão oscila agora entre 92 e 192 rublos (13 e 25 rublos em Setembro do ano passado).

Na indústria panificadora, prevê-se que os preços do pão podem aumentar no mínimo para 300 rublos (mais de 650 escudos) até finais deste ano. Segundo os prognósticos mais pessimistas, esse aumento pode atingir 700 rublos. O salário médio mensal na Rússia não ultrapassa os 60 mil rublos e a pensão de reforma 30 mil rublos.

Vários milhões de reformados russos estão entre os mais atingidos pela liberalização dos preços levada a cabo desde Janeiro de 1992. Desde então, os preços aumentaram pelo menos 100 vezes.

Os idosos que têm familiares, ou cujo estado de saúde lhes permite plantar legumes nos quintais ou ganhar algum dinheiro revendendo tabaco nas ruas, conseguem sobreviver. Porém, para milhares de inválidos, a vida é cada vez pior.

Durante os dois últimos anos, a dieta dos russos passou a integrar cada vez mais pão e massas, que permaneceram relativamente baratas em comparação com a carne ou laticínios. O consumo médio mensal de carne caiu de 5,7 para 4,7 quilos neste período, segundo o Centro de Análise Económica do Ministério da Economia. Neste quadro, o aumento dos preços de pão e massas terá consequências particularmente graves a nível social.



Manifestação nas pistas de Orly

## Angola

## A Unita continua a apostar na guerra

A guerra voltou a aumentar de intensidade em Angola, em simultâneo com a realização dos contactos de Lusaka entre o representante especial das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, e uma delegação da Unita.

Ao alvorecer do dia em que se iniciavam os encontros de Lusaka, a Unita atacou a cidade de Malange, que mantém cercada desde os primeiros meses deste ano. Também houve recontros em Cunje, 12 quilómetros a norte do Cuíto.

O agravamento da situação militar levou o Estado-maior general das Forças Armadas (FAA) a considerar, em comunicado recentemente divulgado, que o anúncio do cessar-fogo unilateral feito pela Unita visa «enganar o governo e a comunidade internacional».

Nesse mesmo comunicado, as FAA advertem que a

situação em Angola «não melhorou, estando mesmo nos últimos dias a conhecer contornos perigosos, com a ocupação de Chicomba» e afirmam que «irão responder igualmente com violência ao incremento das acções militares da Unita».

Desde 20 de Setembro, altura em que a Unita anunciou a observância do cessar-fogo, as suas forças de guerrilha foram «reequipadas e movimentadas para várias direcções», acrescenta o comunicado.

Entretanto, em Chipre, onde decorre a Cimeira da Commonwealth, George Chikoty, vice-ministro angolano das Relações Exteriores, calculava que a guerra, de há um ano para cá, já causou no país perto de meio milhão de mortos.

Chikoty afirmou que as negociações directas com a Unita só serão retomadas se

essa organização esclarecer devidamente, ao representante especial do secretário-geral da ONU, o real alcance do comunicado de há três semanas, em que a Unita admitia a validade dos acordos de Bicesse e dos resultados eleitorais. Como sublinhou o vice-ministro angolano, «há uma contradição entre o respeito pelas resoluções da ONU e o querer manter o controlo militar dos territórios tomados pela força».

A verdade é que, neste momento, tal como em Abidjan, a grande questão continua a ser a desmilitarização e o acantonamento das forças armadas da Unita, tal como a pormenorização das suas posições face às eleições, acordos de Bicesse, protocolo de Abidjan e resoluções do Conselho de Segurança. Posições que sempre se têm vindo a assumir como ambíguas e contraditórias.

■ Pedro Tadeu

# Confiança CDU para as autárquicas

## «O Poder Local pode estar ao lado das populações nas pequenas e nas grandes lutas»

Uma verdadeira roda-viva de gente agitou a sossegada noite de terça-feira de uma das zonas da Feira Popular de Lisboa, a apresentar-se serena, na quietude de quem descansa da época de tropelias e animações habituais em outras épocas do ano, neste espaço tão querido dos lisboetas. Tratou-se da apresentação pública da candidatura da CDU - Coligação Democrática Unitária - às próximas eleições autárquicas. Candidatos, presidentes de Câmara, activistas, gente representando as diversas forças políticas integrantes da coligação, encheram por completo o restaurante onde decorreu a iniciativa, surpreendendo a própria organização, a contar com um número de presenças que rondaria a metade do que efectivamente veio a acontecer. Por isso mesmo, acabou por ter maior calor esta noite da CDU, rompendo formalismos habitualmente associados a estes acontecimentos, a terminar simbolicamente com os versos cantados por Manuel Freire - também ele candidato pela coligação à Assembleia Municipal da Marinha Grande - de uma das suas primeiras canções, sobre cujas palavras o próprio diria não terem, certamente, perdido actualidade: «Não há machado que corte/a raiz ao pensamento...».

«Confiar no nosso pensamento» seria uma das frases que o jornalista poderia utilizar, se procurasse definir numa curta expressão o ambiente vivido durante aquelas horas de reunião de homens e mulheres, vindos das mais díspares realidades - da Grande Lisboa ao Alentejo, da grande metrópole ao meio rural, da mais pequena Freguesia à mais complexa Câmara - mas que têm como denominador comum o empenhamento num trabalho político e de exercício do Poder directamente ligado à resolução dos interesses das populações que os elegeram, ostentando com legítimo orgulho a divisa «Trabalho, Honestidade e Competência». «Originalidades» de uma certa forma de pensar, de estar na vida, que

Avelãs Nunes

### Um número sem paralelo de candidatos independentes

«Este é um pretexto para estarmos juntos.» Assim começou a sua intervenção - sublinhando o tom dominante do ambiente em sua volta - o professor universitário Avelãs Nunes, mandatário da candidatura da CDU e ele próprio um independente que concorre como cabeça de lista da coligação à Assembleia Municipal de Coimbra, que começaria por destacar o elevado número de independentes que concorrem nas listas da CDU (cerca de 40 por cento do total), facto sem paralelo no panorama político português e que, na sua opinião demonstra que «a CDU confia nos homens e nas mulheres que dia a dia dão provas de querer servir as populações», independentemente do seu pensamento ou modo de estar na vida.

Para o mandatário da candidatura, «os defensores do Poder Local Democrático não têm razão para votar no PSD», pois este é o partido que «impede a criação das Regiões Administrativas» ou «rouba dinheiro às autarquias», entre outros exemplos apresentados pelo orador que acusaria o PS de não ter querido coligar-se com a CDU nos municípios onde era possível vencer a direita, tal como acontece na coligação Com Lisboa onde a CDU «pôs os interesses das populações acima dos seus interesses específicos», já que antes do acordo com os socialistas, tinha muitos mais votos que aquele partido e cedeu a presidência da Câmara.

Para Avelãs Nunes, apesar de algumas excepções, o PS, no plano autárquico «não tem práticas, projectos e soluções substancialmente diferentes dos da direita», alinhando muitas vezes em compadrios ou em actos que indiciam corrupção, que levaram mesmo o professor universitário a apelidar alguns presidentes de Câmara socialistas de «reis do betão armado».

Daí a lógica do voto na CDU cuja utilidade é reforçada, como disse Avelãs Nunes, pelo facto de abrir boas hipóteses para o sucesso de uma luta por uma alternativa democrática.

### Carlos Carvalhas destaca a necessidade de uma grande votação na CDU

levam os homens e as mulheres da CDU a confiarem num bom resultado no próximo acto eleitoral.

#### CDU em todo o País

Diria Carlos Carvalhas que «grande confiança» por parte dos candidatos e «respeito e admiração pelo trabalho da CDU» por parte das populações é, precisamente, o ambiente que o próprio secretário-geral do PCP sente ser o dominante nas mais variadas zonas do País, por si já percorridas para participação em iniciativas da coligação.

Na sua intervenção, feita de improviso, Carvalhas sublinharia que esse espírito dominante entre os apoiantes da CDU não pode ser confundido com «triumfalismos excessivos», dada a consciência das dificuldades que se atravessam no caminho para estas 313 candidaturas a Câmaras e mais de duas mil a Freguesias.

Dificuldades têm-nas sentido os portugueses, com a degradação das condições de vida, o aumento assustador do desemprego, a crise nos mais variados sectores produtivos, como acontece, por exemplo, na agricultura. Factos mencionados por Carlos Carvalhas para dizer que talvez por isso, nesta campanha eleitoral, «o PSD procure não falar do presente» e procure com o slogan «ganhar o futuro» eludir as suas responsabilidades nas dificuldades que hoje atravessamos: «o PSD não pode ganhar o futuro tal como não ganhou o presente», disse o secretário-geral do PCP, que fez a ligação entre o comportamento tendencialmente antidemocrático e centralizador daquele partido no Governo e a forma como influencia o Poder Local Democrático, tentando desvalorizá-lo ou comprometê-lo como faz, por exemplo, ao diminuir as verbas disponíveis para as autarquias enquanto aumenta as suas competências e responsabilidades.

#### Uma questão de práticas

Quanto ao Partido Socialista, Carvalhas foi sucinto: «O PS é viajante: se está nos seus municípios faz críticas ao Governo (...) se vai a autarquias dirigidas pela CDU, critica-nos por haver desemprego, falta de habitação (...) problemas pelos quais, como qualquer cidadão minimamente atento se aperceberá, as autarquias não têm qualquer responsabilidade, pois esta cabe ao Governo». Carvalhas concluiria que, afinal, «o PS não tem com que criticar a nossa actividade no Poder Local» e, de passagem, perguntaria o que aconteceria se a CDU usasse a mesma bitola em municípios de maioria socialista, como na grande maioria dos concelhos do Vale do Ave, ou em Setúbal, regiões do país onde a crise económica generalizada se sente com maior gravidade. Mas essa não é a prática dos eleitos da CDU, que, ao contrário de outros, «prestaram contas do seu trabalho às populações e podem apresentar-se a estas eleições com a consciência limpa de quem cumpriu o que anteriormente prometera».

#### Abrir perspectivas

Para Carlos Carvalhas, o próximo acto eleitoral é especialmente importante, porque «o Poder Local pode estar ao lado das populações, nas pequenas e nas grandes lutas», contribuindo para ultrapassar esta grave crise, «causada por uma política injusta», já que poderá abrir «uma perspectiva para

uma alternativa democrática».

Uma intervenção muito aplaudida proferida pelo dirigente do maior partido da Coligação, depois de distribuído o apelo da CDU para as eleições autárquicas, que aqui publicamos, e do mandatário da candidatura e cabeça de lista pela CDU à Assembleia Municipal de Coimbra, o professor universitário, sem filiação partidária, Avelãs Nunes, ter proferido uma

breve alocução depois da qual falariam Manuel Coelho, em nome da Juventude CDU, Blasco Hugo Fernandes, pela Intervenção Democrática (largamente representada neste jantar), e Carmen Francisco, pelo Partido Ecologista «os Verdes».

Depois da refeição propriamente dita, seria a vez de Manuel Freire cantar, em circunstâncias tecnicamente desfavoráveis mas em ambiente favoravelmente receptivo às palavras dos poetas que o compositor tão bem diz.

No fim, confirmou-se: «Eles não sabem, nem sonham...».

### Blasco Hugo Fernandes (ID) A mesma lógica do Governo nas autarquias PSD

O Presidente da Intervenção Democrática (ID), Blasco Hugo Fernandes, referiu na sua intervenção nesta iniciativa o «abismo entre palavras e os factos, entre o anunciado «oásis» e a dura realidade quotidiana» com que hoje se confronta o PSD, após oito anos de governação. Para a ID, «também em Portugal estamos confrontados com uma crise de sociedade e de civilização» que se repercute a todos os níveis, incluindo o cultural e o dos valores.

Valores neoliberais como os do PSD que sacrificam a população e não trazem resultados positivos para o País, criando condições para a crise que actualmente se vive. «Em contrapartida, poupa e até incentiva os seus verdadeiros responsáveis e as próprias estruturas que a geram, isto é, o poder económico e financeiro».

Uma reflexão de Blasco Hugo Fernandes que defende a inversão radical desta política: «as eleições autárquicas de Dezembro dão ao povo português uma oportunidade para exprimir a sua recusa que a futura dinâmica sociopolítica, por certo, equacionará numa perspectiva de se conseguir uma alternativa democrática de Governo, que conceba e impulsione um crescimento económico centrado no progresso social».

Para além destas razões para um voto na CDU, o orador enumerou outras, especificamente locais, e as que decorrem «das nefastas repercussões da política central nas autarquias, colocando-lhes gravíssimos problemas provenientes do agravamento de velhos e novos fenómenos de exclusão social; razões que resultam, por outro lado, da aplicação directa, nos órgãos de poder local de maioria PSD, da lógica que este partido pratica a nível nacional».





## Carmen Francisco (PEV) Valorizar a participação dos cidadãos

Carmen Francisco falou em nome do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) neste jantar de lançamento da campanha da CDU para as eleições que vão realizar-se no próximo dia 12 de Dezembro. Eleições para o Poder Local que acontecem «numa altura em que o PSD governa e promove a desvalorização da participação dos cidadãos» na vida política, como disse a jovem que integra o Conselho Nacional do PEV.

Da sua intervenção ressaltou o apelo a todos os presentes para desenvolverem «um esforço de mobilização e informação das populações para uma elevada participação no próximo acto eleitoral», já que esta é uma oportunidade única de os cidadãos sentirem a efectividade da sua influência nos destinos da sua região e do País.

Carmen Francisco falaria também do extenso trabalho da CDU em áreas que interessam particularmente ao seu partido, como é o caso da defesa do ambiente e do património cultural. Um dos exemplos apresentados, reconhecido pela generalidade das pessoas, é o gigantesco trabalho feito em torno do «saneamento básico», onde, segundo disse, «a CDU se notabilizou» sendo essa uma vertente «fundamental para a melhoria da qualidade de vida» das populações.

## Manuel Coelho (JCP) Propostas para a Juventude

Na intervenção feita em nome da Juventude CDU, Manuel Coelho destacaria o facto de esta estrutura ter já efectuado um conjunto de «amplas discussões» que levaram já à possibilidade de apresentação de propostas genéricas para os diversos programas eleitorais da coligação: «o apoio ao associativismo juvenil nas suas diversas vertentes e aos jovens criadores; a promoção da construção de equipamentos desportivos, culturais e recreativos; o incentivo à mobilidade e turismo juvenil; o desenvolvimento de uma importante acção nas áreas da formação e



informação; as criação, onde não existam, de estruturas específicas para acompanhar o trabalho com a juventude e reforçar as existentes; o envolvimento dos jovens e associações juvenis na defesa e recuperação do património cultural e natural; o apoio a projectos para as cooperativas de habitação que inscrevam nos seus projectos acções para jovens; a reserva, por parte das Câmaras Municipais, de uma percentagem na construção de habitação social para jovens casais; a reinvidicação de medidas políticas que visem a melhoria das condições de vida dos jovens nas várias áreas da responsabilidade do Poder Central», são as propostas enunciadas por Manuel Coelho.

No final da sua intervenção, o orador chamaria a atenção para que nesta campanha se dê «particular atenção àqueles que em 12 de Dezembro vão ter que definir o seu sentido de voto pela primeira vez».

# Apelo da CDU para as eleições autárquicas

As Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro, são, na opinião da CDU, um acontecimento de maior importância para os interesses das populações de cada concelho e freguesia do nosso país e de grande relevância para a evolução da situação política nacional.

A CDU preparou, por isso, com a maior atenção, as suas listas de candidatos e as suas propostas programáticas. Esta atenção contempla, por um lado, a valiosa experiência acumulada, a imensa obra realizada nas autarquias onde tem disfrutado de maioria e o trabalho dos seus eleitos em situação de minoria; e, por outro lado, a necessidade de inovação e renovação para encontrar as melhores respostas para os novos problemas.

É com esta preparação cuidada e responsável que a CDU se apresenta em todos os concelhos (salvo em Lisboa, Ponta Delgada e Corvo, onde o PCP e o PEV concorrem em coligações com outros partidos e em outros dois concelhos dos Açores, onde não concorre) e em mais de duas mil freguesias, constituindo em todas as circunstâncias uma alternativa de «trabalho, honestidade e competência».

**A CDU está assim em condições de apontar o voto nas suas listas como aquele que exprime a escolha mais genuína e mais útil para a salvaguarda dos interesses populares, quer elegendo cidadãos que a saberão assumir com firmeza e competência, quer contribuindo para uma votação global que significa, como nenhuma outra, luta determinada contra a política de direita e por uma alternativa democrática.**

### Punir o PSD

O PSD, instalado no poder, tornou-se, mais do que qualquer outro, o partido do Terreiro do Paço.

A política desenvolvida pelo PSD tem sido centralista e autoritária, tem criado dificuldades administrativas e financeiras ao Poder Local, tem bloqueado as suas aspirações e reivindicações, mesmo as mais elementares. O PSD não cumpre a sua promessa de instituir as regiões administrativas, o interior desertifica-se e nas áreas metropolitanas os investimentos em equipamentos e infra-estruturas da responsabilidade do Governo não são feitos ou atrasam-se.

Nas autarquias, com frequência, o PSD desenvolve uma gestão rotineira, sem transparência nem participação democrática, obediente em relação ao poder instalado, servil perante os interesses económicos dominantes, o que se traduz muitas vezes em graves atentados contra o ordenamento urbano e a qualidade de vida das populações.

Falho de ideias e de soluções para os problemas dos municípios e freguesias, o PSD pretende apresentar como credencial a presença no Governo e as «benesses» que daí viriam, sem reparar que ao dizê-lo reconhece implicitamente uma acusação a si próprio de discriminar as autarquias e as populações em função do seu voto, o que seria intolerável e antidemocrático.

A CDU mostra, de resto, como tal argumento não colhe, pois ela própria tem superado eventuais tentativas de discriminação e tem revelado, onde administra as autarquias, grande capacidade de captação de fundos, incluindo de origem comunitária, e grande firmeza no diálogo com a administração central, concretizando úteis acordos e protocolos em benefício das populações.

As eleições autárquicas têm uma reconhecida especificidade que se exprime em opções de voto por vezes muito diversas das que se verificam noutras eleições. Entretanto, em relação ao acto eleitoral de 12 de Dezembro, não se pode abstrair o factor nacional e que ele se realiza num período de profunda crise económica, social, política e cultural, de que o principal responsável é o PSD, que governa o País sozinho há mais de oito anos.

### O PS não é alternativa

Não tem qualquer fundamento, a nosso ver, a ideia de que a melhor maneira de derrotar o PSD é votar no PS. Nem por razões de política autárquica, nem por razões de política geral se justifica tal opção.

No plano da política autárquica, em muitas das autarquias que dirige, o PS não tem práticas, projectos ou soluções claramente diferenciadas da direita. Em numerosos casos é responsável pela perversa inversão das prioridades, traduzida na desvalorização dos investimentos em infra-estruturas e equipamentos que, embora menos visíveis, mais impacte teriam na saúde pública e no ambiente (caso das águas, esgotos e lixos). Noutros casos, tem subestimado a intervenção na área da educação, cultura e desporto; frequentemente, os atentados ao património natural, cultural e ambiental marcam claramente a sua gestão urbanística.

No plano da política nacional, as propostas do PS em questões fundamentais (como é o caso da política económica) mal se distinguem da prática política do PSD. O PS persiste, por outro lado, sectariamente, na cegueira política de não aceitar que a convergência democrática é imprescindível para uma solução política e um governo alternativos aos do PSD.

Estas são razões fortes para afirmar que não é útil deixar de votar na CDU para votar no PS, seja em que município ou freguesia for.

**No plano local ou no plano nacional, o voto na CDU é o voto indispensável para abrir o caminho a uma alternativa democrática.**

### CDU é de confiança

Votar na CDU é votar numa força política com provas dadas e obra realizada em Lisboa, em 50 municípios e em 345 freguesias em que tem a maioria.

Votar na CDU é votar numa força política que trata com isenção e sem partidarismo todas as pretensões dos cidadãos, em função da sua justiça e do seu mérito, sem se basear em conhecimentos ou simpatias partidárias.

Votar na CDU é votar numa força política que constrói ouvindo e incentivando a intervenção das populações numa verdadeira prática de democracia participativa.

Votar na CDU é votar numa força política que, quando em minoria, sempre tem mostrado uma atitude construtiva em relação a tudo o que é do interesse das populações e intransigente e combativa em relação ao compadrio, ao nepotismo e à corrupção.

Votar na CDU é votar numa força política que se empenha na defesa e na promoção de um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado.

Votar na CDU é votar numa força política que luta por uma alternativa democrática, que dia a dia vai ajudando a construir. Uma força política que trabalha para garantir e reforçar os direitos dos trabalhadores, dos jovens, mulheres e reformados, a liberdade e o aprofundamento da democracia.

**A CDU apela ao apoio e à mobilização, na campanha eleitoral e no voto, para reforçar as suas posições, em maioria e minoria e, dessa forma, contribuir para a eficácia e transparência das autarquias, para o fortalecimento do Poder Local e para uma alternativa democrática em Portugal.**

Lisboa, 26 de Outubro de 1993

A Comissão Coordenadora Nacional da  
Coligação Democrática Unitária

# As respostas de António Guterres para o desemprego

(ainda a propósito de uma entrevista do Secretário-Geral do PS)

Segundo António Guterres, «A nossa primeira resposta» (ao desemprego) «situa-se a nível europeu e por dar mais peso e mais força à Iniciativa Europeia para o Crescimento, apresentada por Jacques Delors...» (1). E, questionado pelo jornalista sobre o vago e a falta de impacto da Iniciativa, António Guterres refugia-se na desculpa do seu enredamento em «dificuldades burocráticas», reconhecendo explicitamente a sua falta de «impacte nas economias europeias».

Ora, a dita Iniciativa, saída da cimeira de Edimburgo, além de ser, no plano dos seus efeitos económicos imediatos, um nado morto (como o próprio António Guterres reconhece), seria, no plano da criação de emprego, um anão. O impulso da actividade económica resultante das medidas da Iniciativa «induzirá, segundo a própria Comissão da CE, a criação de cerca de 450 mil postos de trabalho» durante 1993 e 1994 (2)! Ou seja, 225 mil empregos/ano para uma Europa com mais de 17 milhões de pessoas sem trabalho. Convenhamos que é pouco! Não dá para a cova do dente que é o desemprego em Portugal, 334 597, em Agosto, segundo o IIEFP.

Dos seis «principais eixos e domínios de actuação a nível nacional e comunitário» que integram o Pacote da Iniciativa de Edimburgo, há duas questões centrais que vale a pena transcrever integralmente:

«- moderação salarial, especialmente no sector público de modo a controlar as despesas correntes, mas também a fim de incentivar a moderação salarial no conjunto da economia e, deste modo, melhorar a sua competitividade e lutar contra o desemprego;

- aplicação de reformas estruturais, a fim de melhorar a eficácia dos mercados (especialmente o mercado de trabalho), aumentar a concorrência e suprimir as distorções.» (2)

São estes «domínios de actuação» que se pretende que os Estados-membros privilegiem. A Comissão incentiva ao «Partilhar as dificuldades inerentes ao abrandamento económico através da redução salarial».

A Comissão (e Jacques Delors) saúdam vários países, entre os quais Portugal, onde «estão a ser aplicadas políticas salariais rigorosas». A Comissão aconselha: «é necessário abrandar o crescimento de massa salarial».

A Comissão quer a «Aplicação de reformas estruturais para melhorar o potencial de crescimento a longo prazo»

E logo ressalta a evidência de que, falando-se de «reformas estruturais» no plural, é a reforma do mercado (de força de trabalho) a única que se pretende. A Comissão sublinha «que os mercados de trabalho na CE são ainda bastante rígidos». Que «O elevado nível de desemprego na Comunidade só se explica parcialmente pela actual debilidade da actividade económica». Ou seja, conclui a Comissão, «Na realidade os mercados de trabalho não funcionam adequadamente». E pedagogicamente, através do exemplo de vários países, a Comissão cita diversas «medidas destinadas a atacar os problemas relativos ao mercado de trabalho».

Anote-se e valorize-se a forma cuidadosa como Cavaco Silva reproduziu as citadas medidas de Jacques Delors, com a aplicação de aluno bem comportado, na sua proposta ao Conselho Económico e Social, de Acordo Social. Está lá tudo: a moderação salarial, a adaptabilidade e flexibilidade da prestação de trabalho, a mobilidade profissional e geográfica, a polyvalência, a valorização profissional! E até acrescenta (oh! santa hipocrisia) as «garantias que salvaguardem os direitos dos trabalhadores com salários em atraso»!

Será então legítimo o silogismo:

Se António Guterres está com Delors,

Se Delors inspira Cavaco Silva,

Então ... branco é, galinha o põe!

Vamos admitir, no entanto, outra conclusão. António Guterres diz, na parte final da sua entrevista, repudiar (embora seja necessário esclarecer em que termos) a política salarial e a flexibilização do mercado de trabalho de Cavaco Silva. Então, é legítimo assinalar que há uma contradição entre António Guterres e a Iniciativa Europeia de Jacques Delors...

Acrescente-se que o novo texto de Delors «Entrar no século XXI - Orientações para a renovação económica da Europa», apresentado na Cimeira de Copenhaga a 21/22 de Junho, e com que o Conselho Europeu se congratulou, nada trouxe de novo. Passados seis meses sobre o Conselho de Edimburgo, perante os impasses e aprofundamento da crise e a ineficiência das medidas da «Iniciativa Europeia para o crescimento», Delors deu largas à imaginação. Avança com um enevoado «novo modelo de desenvolvimento» (que António Guterres retoma na sua entrevista) onde estabelece como eixos: «tomar em consideração o ambiente» que «permitiria criar numerosos empregos» (quase apetece sublinhar a importância da poluição!!!); uma enigmática «tributação da utilização dos recursos escassos» que «permitirá aliviar a tributação excessiva do trabalho»; e, finalmente, uma nebulosa «concepção dinâmica da partilha do trabalho» que pode aumentar «a oferta de emprego para cobrir novas necessidades de ordem qualitativa, as quais oferecem um amplo leque de possibilidades ainda mal explicadas se não mesmo desconhecidas!» (sic)

Sendo muitas vezes vagas e especulativas as propostas de Delors, não deixam, contudo e sempre, de se afirmar e objectivar-se, com Cavaco Silva e toda a direita europeia, no quadro do custo de mão-de-obra, que seria o alfa e o omega da competitividade e do nível de desemprego na CE. Não conseguem é explicar como diferenças tão acentuadas de salários e do custo total de mão-de-obra, como disparidades tão pronunciadas das regulamentações laborais dos países membros, se traduzem em níveis generalizadamente altos de desemprego em todos os Estados. E até com situações paradoxais de a maiores custos de mão-de-obra e a regulamentações menos rígidas corresponderem níveis mais altos de desemprego! (3)

As dificuldades reais de Delors para que a CE responda ao desemprego no quadro do sistema determinado pelas estratégias dos grupos económicos multinacionais (razão das suas imaginativas propostas), mais que a «burocracia» de António Guterres ou a «ciática», terão afastado Delors do Encontro dos líderes socialistas europeus que, reunidos na Arrábida em Setembro, buscaram ideias para sair da crise e combater o desemprego. Era inútil vir... e da reunião, a julgar pela entrevista de António Guterres, também não saiu fumo branco...

## Três ideias inovadoras

A segunda grande aposta de António Guterres para o desemprego é uma «nova solução para o triângulo competitividade-emprego-Estado de bem-estar» o que implica inovação social no seu conjunto». Não resulta claro da entrevista, nem da muita prosa produzida até hoje pelo Secretário-Geral do PS e outros socialistas sobre a matéria, que inovação social é pretendida para empregar a gente que crescentemente é forçada a abandonar o tractor, a fábrica, o escritório, ...

E é tanto mais «escura» esta «inovação», quanto a adesão forte de António Guterres à Iniciativa(s) Delors e às políticas comunitárias permitiriam concluir que António Guterres raciocinaria como raciocinam os organismos comunitários, Presidente da Comissão incluído. Assim: mais emprego, só com mais competitividade, mais competitividade, só com menores salários, mercado de (força de) trabalho mais flexível, menos contribuições patronais para a Segurança Social, menos Estado... de bem-estar.

Estaríamos, no entanto, a ser talvez injustos com António Guterres, que como já referimos na parte final da sua entrevista repudia, ainda que com algumas nuances e indefinições, a política cavaquista de contenção salarial e «de uma maior flexibilização em relação às questões de segurança no emprego».

Antes de nos debruçarmos mais atentamente sobre o «triângulo», analisemos com atenção as três «ideias inovadoras» que António Guterres cita, das várias que diz haver a considerar.

### — Um «Mercado Social de Emprego»

«Conjunto de acções que correspondem à resposta a necessidades evidentes no plano social e ambiental».

Lamentavelmente, não há aqui nada de novo. Cavaco Silva avançou há meses com a ocupação de desempregados na prevenção e combate a incêndios... É evidente que há um sem número de actividades (sociais e ambientais) que poderiam absorver uma significativa força de trabalho - força de trabalho especializada, com formação académica e/ou profissional suficiente. Não parece que António Guterres admita ver os desempregados do Vale do Ave ou os pré-reformados da Lisnave, mesmo com uma formação de aviário *made in* Fundo Social Europeu, a tomar conta de velhinhos, a fazer segurança nas escolas, ou a tomar conta das florestas abandonadas por Cavaco Silva... Não é possível, todavia, como aliás bem sublinhou o entrevistador de António Guterres, admitir, nesta matéria, o princípio dos vasos comunicantes! Mas há uma questão mais funda. Como pagar a mão-de-obra desse mercado social, se o que se impõe é reduzir o Estado Providência? À custa dos subsídios de desemprego e pré-reforma, como sugere António Guterres? Será uma hipótese, mas levanto duas dúvidas. São os desempregados e pré-reformados da indústria que vão para o «mercado social»? Se não são (ainda que alguns o possam fazer), quem os suporta economicamente? O «rendimento mínimo nacional» garantido, que terá um valor muito baixo? (Além disso, anote-se que o que a Iniciativa de Delors propõe é poupar-se nos «incentivos» ao desemprego!) À custa do Orçamento do Estado? Mas isso vai contra toda a ortodoxia comunitária e *maastrichtiana*, que apenas admite a exploração do «espaço de manobra orçamental» onde hajam situações consolidadas (é o caso de Portugal?) e/ou «reorientação das prioridades da despesa pública» («alteração da estrutura»), e somente com vista «a infra-estruturas e outros investimentos de capital» (...).

À custa dos «ganhos de produtividade» como quer Delors na sua proposta de «novo modelo de desenvolvimento» (Entrar no século XXI - Cimeira da Copenhaga) e que António Guterres segue de perto? Mas então, em Portugal, os ganhos da produtividade não são necessários para aumentar os salários dos trabalhadores portugueses, como justamente

defende António Guterres?

É um contra-senso inadmissível pensar que se liquidam postos de trabalho em serviços essenciais e se criam em serviços laterais... Falando-se de ambiente... não nos esqueçamos da liquidação em curso (?) dos quadros de pessoal de guardas florestais, de guarda-rios... «disponíveis»!



AGOSTINHO LOPES  
Membro da Comissão Política

### — A «Partilha do Emprego»

Esta a segunda «ideia inovadora» que, como diz António Guterres, está em debate na Europa e de que até são já conhecidas várias aplicações... É essencialmente uma subtil forma de fazer os trabalhadores aguentar com os custos do desemprego, sem beliscar os lucros do patrão. Felizmente que António Guterres se fica por levantar a ideia, que depois considera não ser aplicável em Portugal por causa dos nossos baixos salários. É um progresso, porque um dos seus aliados da Plataforma (4) considera, a propósito dos recentes despedimentos na Renault Portuguesa, que tal solução revelava «agilidade e capacidade positiva inovadora», que só «a vulgata, a simplificação caricatural e mistificadora do pensamento marxista» (dos comunistas) não permitia enxergar!



Como refere Alain Bihr (5), quando milhões de pessoas estão desempregadas o tempo social de trabalho disponível de uma dada sociedade encontra-se já partilhado entre os que têm emprego e os que não o têm!

O problema não é ser a favor ou contra a redução do tempo de trabalho e a partilha. O problema é saber quem paga os custos dessa partilha: o que vende a força de trabalho (apertando os salários) ou o que compra a força de trabalho (apertando os lucros). Ora as «partilhas» que vêm sendo aplicadas (e é esse certamente o sentido da «concepção dinâmica partilha do trabalho» de Delors) têm sido custeadas pelos trabalhadores da empresa (que não seriam desempregados), com reduções de salários, a que se junta (ou não) uma contribuição do orçamento público! Acrescente-se a indigna chantagem que este instrumento significa na exploração dos naturais e históricos laços e sentimentos de solidariedade (de classe) dos trabalhadores!

E a propósito da ideia de «partilha», o que terá impedido António Guterres de apontar como resposta ao desemprego «a redução dos horários de trabalho» sem perda de remuneração, há muito reclamada pelo CGTP-IN?

### — A reforma do «Estado do bem-estar»

É esta uma terceira ideia, certamente não inovadora, de António Guterres, e certamente não para criar empregos mas

## EM FOCO

para acorrer aos desempregados! Não relevando os seus dotes de imaginação para falar-se em Portugal do «Estado de bem-estar», mesmo que estabelecendo a diferença face à Suécia, António Guterres propõe uma reforma, ao que se deduz, dos mecanismos de contribuição (a consideração do valor acrescentado das empresas) e dos mecanismos de distribuição («discriminação positiva a favor dos mais fracos»).

Se a primeira proposta não nos suscita particular comentário, é bastante duvidosa a correção ou, pelo menos, é vaga a formulação da segunda.

De facto, as teses «recursos escassos (...) prioritariamente para os verdadeiramente mais necessitados» e «discriminação positiva a favor dos mais fracos», se são princípios que, em abstracto, ninguém de bom senso pode contestar, têm servido às mil maravilhas para a manipulação propagandística de Cavaco Silva, para impor as taxas moderadoras na saúde e as alterações das propinas no ensino superior. Mistificação que pretende cobrir o sistema injusto, existente em Portugal, de «discriminação negativa dos mais ricos», o sistema fiscal. Um sistema que poupa ou isenta as grandes fortunas e os rendimentos especulativos, e permite toda a espécie de fugas, e, simultaneamente, cobra forte e feio dos que trabalham e da generalidade da população.

Custa, no entanto, ainda mais a perceber como abordando António Guterres o problema do financiamento da Segurança Social portuguesa, se esqueceu de questões tão importantes como o não cumprimento da legislação existente em matéria de contribuições do Orçamento do Estado, o uso indevido e ilegítimo dos fundos da Segurança Social pelo Governo, e da competência governamental pelas avultadas e crescentes dívidas do patronato de centenas de milhões de contos.

Saudemos no entanto António Guterres porque, ao arrepio dos seus congéneres da Europa, não só defendeu como se propõe aumentar as regalias sociais do Estado de bem-estar! Basta lembrar as malfetorias que Filipe Gonzalez, aqui bem perto, se prepara para fazer.

Uma nota final sobre algo que a frequente e recente abordagem deste tema esquece. O dito «Estado Providência» (ou Providência?) não foi nem é nenhuma dádiva do «capitalismo desenvolvido». Ele é o resultado de duras, persistentes e continuadas lutas dos trabalhadores organizados e dirigidos pelas suas organizações de classe e políticas, no quadro de uma relação de forças capital/trabalho favorável e uma perspectiva histórica confiante, abertas pela Revolução de Outubro e consolidadas pela criação de um sistema socialista mundial no pós-guerra.

A impunidade e sobrançeria com que o capital (6) ataca

isto é, de que as três «variáveis socioeconómicas» - competitividade, salários, Estado de bem-estar - se correlacionam, extrapola-se e estabelece-se, erroneamente, de que elas são, não as principais, mas as únicas variáveis no complexo mundo do mercado de mercadorias (pese a tautologia), inter-relacionando-se de forma dominante e determinante. A que se acrescenta o papel central e decisivo atribuído ao salário (ou ao custo total da mão-de-obra = salário recebido + descontos para a Segurança Social) de **variável independente**, sem outra condicionante que não seja a que resulta da relação de forças, a que empregador e empregado chegam por actos de vontade...

Nem a história nem a análise da vida económica das sociedades admitem tais conclusões. Portugal foi, durante os anos da ditadura fascista, um país de baixíssimos salários e baixíssima produtividade. Alguns dos países mais competitivos do mundo (EUA, Japão, etc.) têm altos salários médios.

Como se a competitividade não tivesse a ver com «a produtividade (resultante de novas tecnologias, mas não só) e o domínio dos circuitos comerciais (como aliás refere António Guterres), com a potência económica do país, a força da sua moeda, da sua força política e militar, dos custos da energia (da sua maior ou menor acessibilidade aos recursos energéticos) do nível da formação escolar e profissional, etc., etc. Como se os salários não se relacionassem com os preços da alimentação, da habitação, do ensino, da assistência médica, ... como se os custos directos da produção não representassem, dada a produtividade crescente e a «extensificação» da mão-de-obra, uma parte cada vez menor no preço final dos produtos, ou seja, «uma importância cada vez menor dos salários na competitividade medida através desse preço final!»

O «triângulo de Bruxelas» é uma mentira que por ser muitas vezes repetida e utilizada não passa a verdade. A sua «rigidificação» segundo os interesses do capital, tem contudo uma lógica, a lógica interna do «modelo de salários baratos», que é a já referida maximização da taxa de lucro. O que se pode ver com muita clareza em dois pequenos extractos do Relatório da Comissão da CE sobre o emprego:

«Se é desejável e legítimo melhorar globalmente a higiene e segurança assim como as condições de trabalho em numerosas partes da Comunidade, **convém colocar na balança os custos que isto arrasta para as empresas** envolvidas, e os efeitos negativos que podem resultar na criação de empregos.

(...)

Em última análise, é claro que quaisquer que sejam as medidas postas em causa para evitar as reduções inaceitáveis dos salários reais, **o nível dos custos da mão-de-obra, qualquer que seja o sector considerado, não deve pôr em causa**

dem, insistem na convergência nominal a caminho do... desastre!

Mas é bom que se reflecta e faça reflectir os socialistas sobre estas (também) suas teses. E em duas vertentes.

A da compatibilidade do que propõem com as orientações de Maastricht.

A da coerência do que avançam com as soluções de outros socialistas que na Europa estiveram ou estão no poder.

É conhecida a forma de abordagem pelos socialistas portugueses e aliados próximos da convergência nominal ditada por Maastricht. O seu ministro-sombra (e outros socialistas, seguidos aliás de perto pelos seus aliados da Plataforma que, bem ao seu jeito, não perdem uma oportunidade de se mostrarem diferentes) vezes sem conta se tem pronunciado e explicado, como que procurando esconjurar um lado mau de Maastricht. Existem, sim senhor, os critérios de convergência nominal e os prazos para a UEM. Mas isso são tudo e apenas objectivos, cabendo a cada Estado-membro determinar os caminhos e os ritmos. Nada obrigaria assim ao fundamentalismo monetário de Cavaco Silva e Braga de Macedo! O que parece corroborado pelas sucessivas desvalorizações da peseta e a saída da libra e da lira do SME.

Maastricht, para os seus defensores socialistas, seria quase tudo menos os critérios de convergência que teriam as virtualidades de uma aplicação-flexível no tempo e no espaço...

Mas a quadratura do círculo não será mais difícil do que a defesa consistente e coerente daquela tese, mesmo que se defenda agora «a revisão dos critérios de convergência» e se argumente com a discordância do PS relativamente a «alguns critérios de convergência» «quando Maastricht foi negociada». Casa roubada, trancas à porta.

É difícil porque António Guterres insiste no dever de «cumprir os calendários, nomeadamente para a segunda fase da UEM, em Janeiro de 1994, e para a terceira fase, até ao fim da década». E tendo consciência, ao que diz, de que a moeda única não pode ser feita «à custa dos países mais fracos da Comunidade», António Guterres insiste na moeda única como «objectivo importante» certamente no quadro das fases e prazos fixados para a UEM.

Como compatibiliza António Guterres as suas posições com a aceitação do início da 2ª fase em Janeiro próximo, onde se concretizará «a independência do banco central» (nacional), a entrada em função do Instituto Monetário Europeu, o que significa mais um grau na escalada de rigidificação e autonomização das políticas monetárias, preparando os «instrumentos e procedimentos necessários para a execução de uma política monetária única» (sublinhado meu)? Como compatibiliza António Guterres o seu combate ao desemprego com a conclusão de um estudo da Comissão que diz ser um forte aumento do desemprego o impacto da UEM sobre as economias dos países comunitários?

Igualmente estranho (ou não) é que António Guterres, dentro da linha do seu raciocínio para a economia portuguesa, afirme a sua identidade com a Iniciativa Europeia de Delors de Dezembro de 92, confirmada pelo «Entrar no século XXI» de Junho passado, onde se afirma e reafirma a defesa da convergência nominal.

Mas mais difícil ainda será para António Guterres explicar-nos de que forma e como, em contra-corrente das orientações dos seus correlegionários líderes da IS na CE, F. Mitterrand, F. Gonzalez e outros, ele se borriaria para os critérios de convergência nominal. Como conciliar a sua teoria de flexibilidade com o rigor fundamentalista dos dirigentes socialistas que estão ou estiveram no poder.

Valeria a pena, se o texto não fosse já demasiado longo, abordar o outro factor de António Guterres, «a mobilização da sociedade civil, bem necessária, noutra perspectiva, para a convergência democrática e a procura de uma alternativa política» a Cavaco Silva. Apenas uma nota: toda a construção de Maastricht vai no sentido contrário. O peso crescente de uma regulamentação burocrática e tecnocrática, de institucionalização da luta e da vida, de afastamento dos cidadãos dos órgãos, cada vez mais poderosos, de Bruxelas e Estrasburgo, tendem crescentemente a abafar e limitar toda a iniciativa popular, toda a acção criadora das massas.

E, por fim, são de facto poucas as soluções novas (ou velhas) de António Guterres para o emprego, o que não quer dizer que não sejam justas as suas preocupações. Mas é de uma evidente constatação as profundas contradições e os becos sem saída em que se envolve ao procurar respostas sem romper com o espartilho de Maastricht. Ao procurar responder sem inovar com outra lógica social, que não seja a dos grandes grupos monopolistas e multinacionais, mentores de uma construção europeia segundo os seus mais estritos interesses; ao procurar respostas sem aberta e decididamente se virar para a esquerda e os trabalhadores, para o PCP, será certamente, não difícil, mas impossível, a tarefa de António Guterres responder a Cavaco Silva, de encontrar uma alternativa de política e de governo diferentes.

## NOTAS:

(1) Na referida entrevista ao jornal «Público», de 17 de Setembro de 1993.

(2) Documento da Comissão «Promover a Recuperação Económica da Europa (A iniciativa de Edimburgo para o crescimento)», 12 de Dezembro de 1992.

(3) Ver, L'Emploi en Europe, 1993, Comissão da CE.

(4) JPMoura, «Público», 21 de Julho de 1993

(5) Alain Bihr, Monde Diplomatique, Julho de 1993

(6) O FMI aconselha o reexame em «quase todos os países» da «generosidade global dos regimes de segurança social»!!!



hoje em toda a Europa, muitas das conquistas sociais tem a ver com a presente crise económica, mas não só...

### «O triângulo competitividade - salários - Estado de bem-estar»

Justifica-se ainda concentrar alguma reflexão na questão do «triângulo», pelo papel central que esta formulação adquiriu nos debates sobre o desemprego, em particular no «argumentário» da Comunidade.

E o que cabe referir em primeiro lugar é a descarada manobra ideológica que se esconde debaixo de uma errada abordagem metodológica do problema.

A partir da evidência, da imperatividade dos dados do senso comum de que se o patrão paga salários suficientemente baixos em Singapura que lhe permitam, englobando já o preço do transporte, vender a sua mercadoria mais barata na Europa, ele fica mais competitivo; se o patrão deixar de descontar para a Segurança Social, isso embaratece o custo final do produto, de onde preços ao consumo mais baratos, mais competitividade; onde a produção for mais competitiva, então o patrão ganha mais, realiza vendas, realiza taxas e volumes de lucros superiores e pode pagar salários mais altos, pagar mais impostos, etc.,

a capacidade dos produtores em realizar um lucro suficiente.» (sublinhados meus).

Penso ficar tudo explicado.

A esquerda não pode ficar aprisionada na armadilha das lógicas da direita, da lógica do capital!

### A política monetária e os socialistas

A terceira resposta de António Guterres ao desemprego passa pela alteração das políticas cambial e monetária. O que se sintetizaria assim, **baixa da taxa de juro, valor mais realista do escudo** e um «terceiro factor», a «mobilização da sociedade civil», combatendo a «concepção estalinista dos anos 60 de planeamento do Governo».

A correção das soluções, pondo de lado a formulação do terceiro factor, corresponde aqui a uma análise pacífica de problemas conjunturais da economia portuguesa, apontadas uma e outra pelos mais diversos sectores ideológicos e analistas económicos. É uma questão de realismo e bom senso. O PCP há muito que as formulou, longamente tem insistido nelas e desenvolvido um conjunto de iniciativas parlamentares em correspondência. Só a auto-suficiência do Prof. Cavaco Silva e a rigidez de Braga de Macedo, coerentes embora com eles próprios e com os interesses de classe que defen-

# Violência na Comunicação Social

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
**A VIOLÊNCIA**  
NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nos últimos anos, o panorama da comunicação social sofreu alterações substanciais cujo sentido e alcance importa interpretar, tanto mais que este campo constitui um importante reflexo dos problemas globais das sociedades. No plano do audiovisual, assiste-se a uma acelerada evolução tecnológica que levará a uma proliferação de canais propagando-se por cabo ou pelo espaço, ao aparecimento dos canais temáticos que põem em causa o futuro das televisões de programação diversificada com as quais nos habituámos desde sempre a conviver, enfim a uma aparente variedade de propostas e alternativas que já começam a incluir as que se destinam a fazer um apelo mais directo à participação e ao «diálogo» com o espectador. Mas se a panóplia de desenvolvimentos tecnológicos se revela fascinante - até porque sustentada em efectivos progressos da humanidade nos terrenos da Ciência e da Técnica -, não deixa de ser preocupante o teor dos conteúdos informativos e de programação a que serve de suporte. Parece assim paradoxal que exista tão gritante contradição entre a sofisticação dos meios utilizados e o carácter tantas vezes primitivo e boçal das mensagens que eles veiculam.

## A violência assusta

No plano desses conteúdos, um dos aspectos que vem gerando maior controvérsia é o da expressão da violência através da televisão.

Sabe-se que numa sociedade violenta - tanto nas suas expressões mais dramáticas (que o audiovisual tornou espectaculares) e que se relacionam com as guerras, o subdesenvolvimento e as catástrofes, como nas manifestações mais próximas do nosso quotidiano ligadas ao desemprego e à fome - os meios de comunicação social não podem, nem devem, alhear-se desse caudal de tensões, especialmente se pretendem assumir as suas responsabilidades sociais e o compromisso de cidadania que a sua existência pressupõe.

Mas isso implica que, nos noticiários, sejam capazes de

gerir a quantidade e frequência da violência que veiculam em função do que é necessário para tornar inteligíveis os factos e os acontecimentos e que, na programação, saibam libertar a ficção dos estreitos limites do culto da violência que tem constituído a sua temática quase habitual. E respeitem sempre a fronteira a partir da qual se ergue o direito à dignidade e privacidade de cada um.

Isto é, sendo a violência um elemento concreto da vida das pessoas, o seu tratamento televisivo, enquanto texto e imagem, não deverá centrar-se na exploração da emoção humana, na banalização gratuita do sofrimento, na mitificação do herói brutal.

Quando tal ocorre, importa ter presente que o intenso cruzamento de mensagens violentas, reais ou ficcionadas, que excedem os limites da razoabilidade e do bom senso para entrar afoitamente nos domínios do sensacionalismo e do gosto mórbido, pode não ser casual ou fortuito, ou explicar-se apenas recorrendo aos estafados argumentos de que se está a procurar responder à suposta apetência dos espectadores ou a reagir às regras da concorrência e à tirania das audiências.

Mais ou menos conscientemente, os responsáveis pela produção da programação e informação televisiva sabem que o reflexo natural da intensa barragem de violência gratuita a que os espectadores são sujeitos é a criação de um clima de medo e insegurança, que gera o receio crispado pelo mundo que os rodeia, a renúncia ao risco, a hesitação num empenhamento cívico mais activo e a apatia social, já que cidadãos psicologicamente condicionados dificilmente podem viver toda a plenitude da condição humana.

## Uma responsabilização colectiva

Pode afirmar-se com segurança - e a recente sondagem da Alta Autoridade para a Comunicação Social confirma-o - que os cidadãos portugueses não só estão preocupados com o grau de violência existente na sua sociedade como consideram que ela atingiu níveis talvez inultrapassáveis na

## O que pensam os portugueses

### O que pensam os portugueses

A Alta Autoridade para a Comunicação Social levou a cabo uma sondagem que, pelos cuidados postos na sua elaboração, constitui um documento significativo do estado de espírito dos portugueses face à violência veiculada através da comunicação social, em especial pela televisão.

Esta sondagem, de que se publicam alguns mapas globais (correspondentes a 8 das 17 perguntas

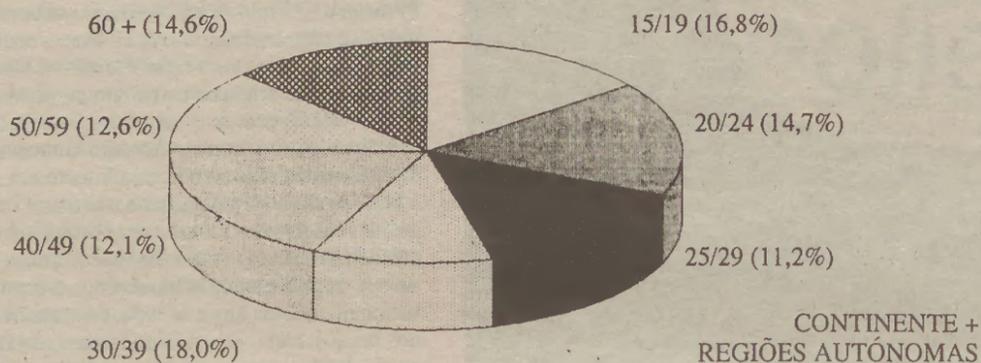
formuladas), passou por uma fase qualitativa, determinante na elaboração do questionário final e, nas suas diferentes fases, contou com a colaboração de diversos professores do ISCTE, para além dos assessores que apoiam a AACS nas suas intervenções no domínio das sondagens políticas.

Muito sucintamente, poderá adiantar-se que este estudo de opinião indica que os cidadãos portugueses estão «preocupados» com a intensidade e regularidade com que a violência surge na televisão, embora considerem

que ela não é criada pelos meios de informação, constituindo uma realidade social que não pode ser escamoteada. No entanto, eles entendem ser desejável que tal se faça com mais veracidade e menos sensacionalismo, com respeito pelos direitos dos diversos «públicos», com mais «qualidade» e atenção às imagens que se mostram e ao seu enquadramento jornalístico e, ainda, com acatamento dos princípios da ética profissional.

A AACS irá facultar o acesso aos elementos recolhidos

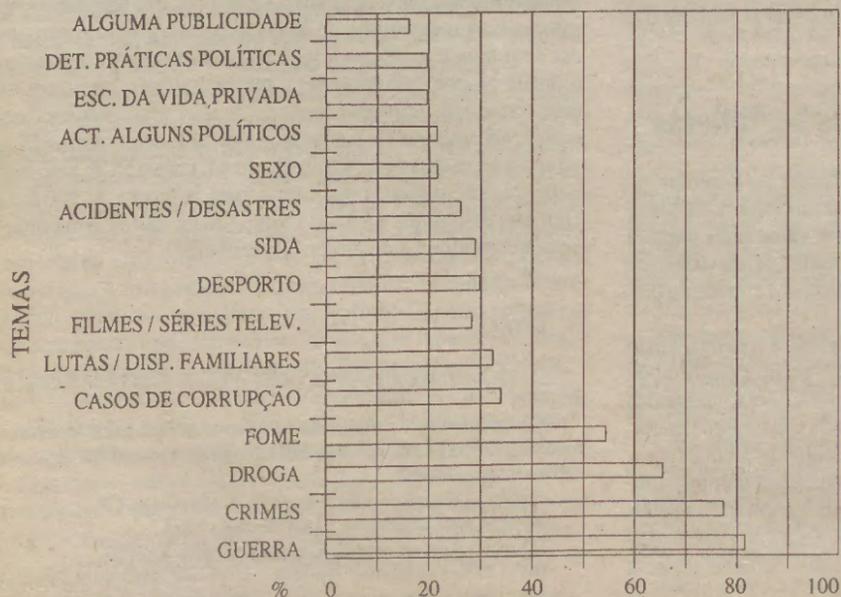
### Perfil tipológico dos portugueses com 15 e mais anos por grupos etários



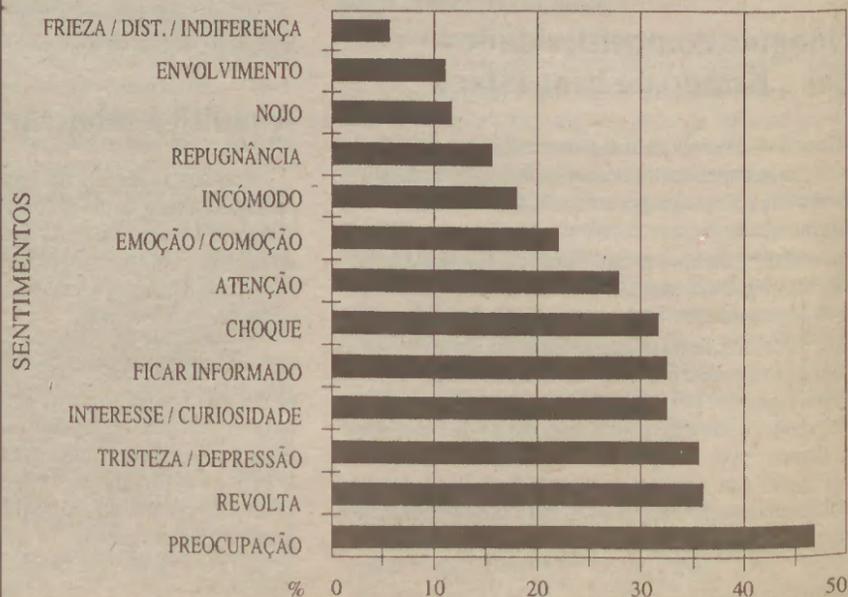
### Pergunta 4 - GRAU DE GRAVIDADE ATRIBUÍDO AO FENÓMENO DA VIOLÊNCIA EM PORTUGAL



### Pergunta 4 c) - TEMAS ASSOCIADOS À IDEIA QUE TÊM / FAZEM DO QUE É A VIOLÊNCIA / ACTOS DE VIOLÊNCIA



### Pergunta 10 - SENTIMENTOS EXPERIMENTADOS PERANTE CASOS DE VIOLÊNCIA, EM TERMOS INFORMATIVOS, NA TV



■ José Garibaldi (\*)

programação e informação televisivas, tendo crescido desmesuradamente nos últimos anos. E que constituem preocupação de muitos pais, professores, técnicos e investigadores na área das ciências humanas as repercussões de tal estado de coisas junto das camadas mais jovens da população.

Face a esta situação, de dimensão internacional, temos vindo a assistir a diferentes reacções oficiais inspiradas sobretudo na filosofia e doutrina dos partidos no poder. E se um traço comum é detectável nos seus comportamentos, ele traduz-se na crescente e inquietante intromissão dos governos na comunicação audiovisual onde, a pretexto de fazer face à situação de repúdio pelo excesso de violência, tomam medidas legislativas que, visando aparentemente travar a escalada da sua expressão, acabam por assumir o carácter de limitações da criatividade e da liberdade de expressão de pensamento dos profissionais do sector. No entanto, o caminho que importa percorrer afigura-se mais exigente e menos dependente de soluções administrativas.

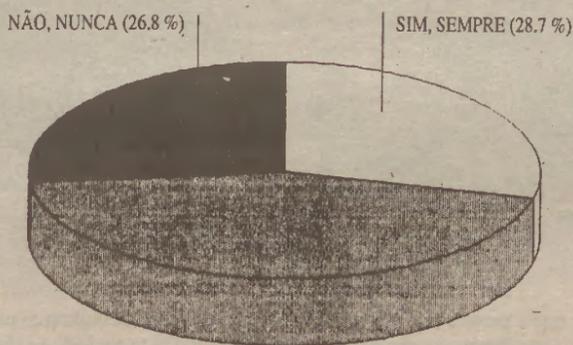
Ele passa por uma responsabilização da escola na formação dos jovens para os média, apoiando-os no embate com os medos e ansiedades específicos do imaginário e da linguagem audiovisual, pelo empenhamento colectivo dos cidadãos enquanto espectadores (o que implica organizar também a expressão pública do seu protesto), pela valorização da ética profissional e do sentido de responsabilidade de quem influencia o conteúdo dos média, em especial dos seus jornalistas, enfim, por um vasto processo de afirmação da cultura da vida e da liberdade face à cultura do medo e do isolamento que não pode negligenciar qualquer apoio nem qualquer adesão. E, naturalmente, pela introdução na reflexão e no discurso político, na definição de objectivos de consciencialização e de transformação social, das problemáticas que, como esta, afectam profundamente o bem-estar de todos nós.

(\*) Membro da AACCS por proposta do PCP

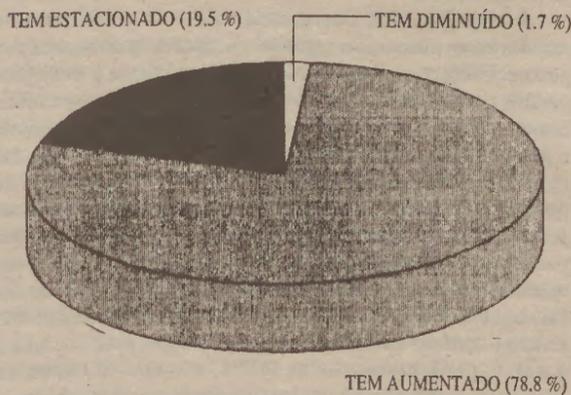


e a exploração de todos os cruzamentos que eles possibilitam a todas as entidades interessadas, em especial aos próprios meios de informação, e espera actualizar regularmente os dados agora apurados, de modo a poder acompanhar a evolução do perfil psicológico do português médio face à expressão da violência nos meios de comunicação social.

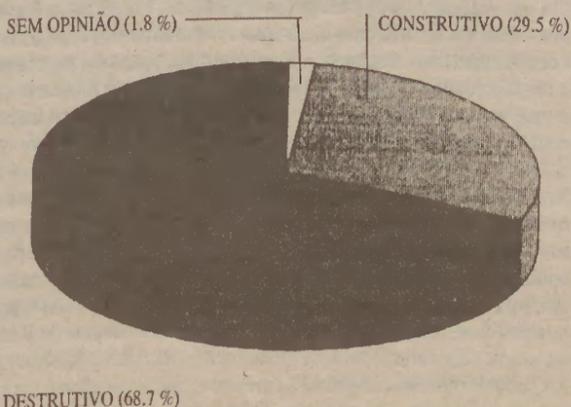
14 - CONTROLA / DECIDE SOBRE O QUE AS CRIANÇAS VÊM OU LÊEM?



15 - EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ÚLTIMOS 2 / 3 ANOS)



15 a) - EM QUE SENTIDO TEM AUMENTADO A VIOLÊNCIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL?

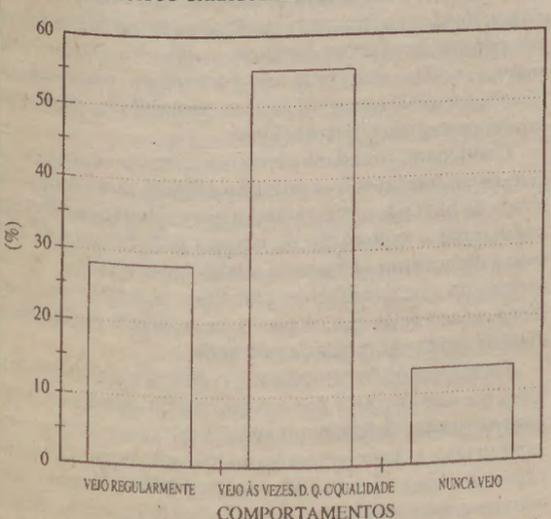


Pergunta 11 - COMPORTAMENTOS FACE À ABORDAGEM DE CASOS DE VIOLÊNCIA NA INFORMAÇÃO TELEVISIVA



- 1 - VEJO NORMALMENTE COM NATURALIDADE
- 2 - VEJO ATÉ AO FIM PARA FICAR INFORMADO MESMO QUE NÃO CONCORDE COM FORMA DE APRESENTAÇÃO
- 3 - VEJO ATÉ AO FIM SÓ QUANDO NÃO HÁ EXCESSOS
- 4 - DEIXO DE VER PORQUE CANSADO DE TANTA VIOLÊNCIA
- 5 - RARAMENTE VEJO
- 6 - NUNCA VEJO

Pergunta 13 - COMPORTAMENTOS FACE A PROGRAMAS TELEVISIVOS CARACTERIZADOS PELA VIOLÊNCIA



FICHA TÉCNICA (\*)

1. UNIVERSO ESTUDADO:

População residente no território nacional (Continente e Regiões Autónomas) com 15 e + anos

≈ 7 Milhões

2. AMOSTRA INQUIRIDA:

Total de 3300 indivíduos inquiridos.

- Continente: 2500
- Madeira: 400
- Açores: 400

Amostra real não proporcional (a proporcionalidade foi reposta através da utilização posterior de coeficientes de ponderação)

Margem de erro máxima para um nível de confiança de 95%:

- Total Global (Continente + Regiões Autónomas): ± 1.7%
- Total Continente: ± 2.0%
- Total Madeira: ± 5.0%
- Total Açores: ± 5.0%

3. PROCESSO DE AMOSTRAGEM:

Amostragem Probabilística casual.

Processo de Amostragem Polietápica, a nível de...

- Regiões Geográficas
- Estratos Populacionais
- Selecção de Localidades
- Selecção das Unidades a contactar (Lares e Famílias)
- Selecção dos Indivíduos a inquirir

4. RECOLHA DA INFORMAÇÃO:

Condução de entrevistas directas pessoais e individuais baseadas num questionário estruturado (incluindo perguntas abertas e perguntas fechadas).

Supervisão directa (pessoal e/ou telefónica) de 20% do trabalho realizado por cada entrevistador. Participaram neste estudo 69 entrevistadores

5. DATAS DE CONDUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO:

2ª Quinzena de Agosto/93: Regiões Autónomas e Estratos Populacionais mais baixos do Interior do Continente.

1 a 20 de Setembro/93: Continente.

(\*) Estudo realizado por Centro de Estudos de Mercado e Análise Socioeconómica, Lda

# Poder e mass media

## A propósito do golpe de Ieltsin

O sangrento golpe de Estado de Ieltsin triunfou. A campanha de desinformação montada à sua volta merece o exercício da sua desmontagem, quer pela importância dos factos em si, quer para reflectirmos sobre as intoxicações internas de que somos alvo.

Três vertentes devem ser analisadas. A primeira – os factos em si. A segunda – o papel do poder ocidental (capitalista). A terceira – o papel dos órgãos de comunicação social.

**A primeira.** No dia 21 de Setembro, Ieltsin, como «bom» ditador, pensa: «Não gosto do Parlamento, ele não faz o que eu e o Ocidente precisamos. Por isso, vou dissolvê-lo». Como? Diz-lhe ao ouvido um conselheiro: constitucionalmente não pode, não tem poderes para isso; há um país que se chama Portugal, onde o respectivo Presidente, por força da

dois clubes o que é que achavam dos golos marcados no jogo. Ouvidas 10 pessoas, todas eram da mesma opinião. Acontece que não houve jogo e os «interrogados» eram todos do mesmo clube. A posição de Clinton, Cavaco, Kohl, e companhia só revelaram cegueira política, fervor clubista, do clube dos ricos, dos quais eles não são senão «paus-mandados». À pergunta «o que pensa do que se passa na Rússia?» Cavaco respondeu: «nós apoiamos as forças democráticas (?)... aqueles que defendem a economia de mercado». Mais claro não podia ser. Com que então este é o novo critério oficial da divisão entre democratas (os que defendem este exemplar capitalismo) e todos os «outros» – os não democratas. Esperemos que ainda não lhe tenham puxado as orelhas,

### Basta de mentira e disparate

Entretanto, Ieltsin triunfou, vencendo mais uma vez aqueles que queriam «dar um golpe de Estado». E, a partir de agora, assim vai ser: quem deu o golpe não foi Ieltsin. Os «outros» é que tentaram mas, ufa, felizmente não o conseguiram; caso contrário, os democratas de Agosto de 91 instituíram uma «ditadura comunista».

Esta «capacidade» de deturpar a verdade e tentar influenciar a opinião pública recorda-me outro episódio, passado na Geórgia. Depois de eleições consideradas livres pelo Ocidente, ao poder chegou um Presidente, de seu nome Gamsakhurdia, que se autoproclamava anticomunista radical. Pois bem. Passado pouco tempo alguns militares rebelaram-se em Tbilissi e o Presidente refugiou-se na província. Regressou então a Tbilissi, para gáudio do Ocidente, Chevardnaze, para ocupar o lugar de Presidente de um



Constituição desse país, pode dissolver o Parlamento, mas nem imagina o barulho que o partido do Governo fez, só pelo facto de alguém, num almoço com esse Presidente, ter levantado tal eventualidade. Boris, vocemessê fica fora da lei, pode ser destituído. Não te preocupes, responde Ieltsin, a lição está bem estudada, vai tudo correr de feição. Inclusive, parte da lição baseou-se no exemplo português. Não é só no campo das privatizações que aprendemos com Portugal, pois o exemplo da comunicação social deles é, para mim, uma fonte de inspiração extraordinária.

O Parlamento, materializando o direito constitucional que lhe assiste, decide: 1. Não acatar o disparate de Ieltsin, pois o mesmo equivalia à autodissolução; 2. Analisa, como lhe compete, a medida de Ieltsin e, de acordo com a lei, demite-o; 3. Elege um Presidente interino até à realização de eleições, de acordo com a lei. O Tribunal Constitucional declara ilegal a decisão de Ieltsin e tenta chegar a um compromisso. Ieltsin cerca o parlamento com três cordões policiais, corta ao Parlamento a água, electricidade, telefones. Começam as ameaças. É proibido o contacto com os parlamentares. É instituída a censura, apesar de Ieltsin ter em todos os órgãos de comunicação social, exceptuando dois jornais e uma rádio, um controlo total. Ao mesmo tempo aumentam os protestos populares contra a decisão de Ieltsin. Sobre o apoio popular a Ieltsin um silêncio inquietante. Nada nos chegou. Vários confrontos são observados entre populares e a polícia que cerca o Parlamento. Até que, o número de pessoas descontentes aumenta e, no dia 3 de Outubro, vários milhares – desarmados – ultrapassam as barreiras policiais, apoderam-se de armas dos militares e tentam ajudar aqueles que, estando dentro da lei, são «desenhados» como «miseráveis», «maus» dinossauros, que, por serem isso, estão cercados. Milhares de populares concentram-se no mesmo local de Agosto de 91. Tal como em Agosto de 91, populares tomaram algumas posições estratégicas. A diferença, na forma como tomaram essas posições foi só uma. Em 91 não houve ordens do outro poder para matar e agora houve! E depois? Depois o exército massacra, ao estilo feudal mas com armas de hoje, primeiro populares, depois o Parlamento. os crimes não ficam por aqui. Ieltsin começa a «caça às bruxas», impõe a censura, fecha jornais, ilegaliza sem qualquer fundamento 16 partidos legalmente instituídos. E a lista terá continuidade...

**A segunda.** Os comentários dos «líderes» ocidentais recordaram-me uma cena em que perguntavam aos adeptos de

que é para toda a gente saber: quem não defender a sociedade onde impera a pobreza, a desigualdade social, a sociedade que tem como base a exploração – não é democrata. O apoio a Ieltsin é um apoio clubista, incondicional. Que lição tirar? Cavaco, o PSD, como partido que representa os interesses do grande capital, na relação entre capitalistas e trabalhadores portugueses, usará o mesmo critério, atijando cães e apontando espingardas àqueles que de facto criam a riqueza do país – os trabalhadores.

**A terceira.** Não quero meter todos os jornalistas no mesmo saco, mas, salvo algumas excepções, a cobertura dos acontecimentos na Rússia, constitui uma ofensa à inteligência dos portugueses, aliás no seguimento da cobertura oficiosa dos acontecimentos da política interna portuguesa. Para a generalidade da comunicação social portuguesa tanto faz dizer: o poder dos «mass media» ou os «mass media» do poder. O servilismo, o clubismo capitalista fanático revelou-se em toda a sua extensão. Alguma coisa vai mal. Ou há jornalistas que não podem dizer, escrever o que de facto vêem, querem, ou, então, há jornalistas que deturpam a verdade dos factos. Há jornalistas a mais, daqueles que confundem «facto» com opinião. De facto, na comunicação social em geral, e, particularmente na RTP1, não nos dão notícias, impingem-nos, massiva e repetidamente opiniões. Há uma perfeita simbiose entre poder político e comunicação social, há sintonia, condição necessária para criar opinião pública favorável à manutenção do poder do capital.

Sobre os factos da Rússia. Primeiro, transformaram a mentira em verdade, a ilegalidade em legalidade. Para Carlos Fino, por exemplo, é suficiente dizer que, no Parlamento, com Rutskoi e Kashbulatov à cabeça, estão comunistas, para ele legitimar a ilegitimidade de Ieltsin, para ele quase solicitar o ataque com armas pesadas ao Parlamento. Sim senhor, deve ter muita influência no Kremlin, pois Ieltsin cumpriu as instruções. Judite de Sousa e V. J. Silva alinham pelo mesmo diapasão: Rutskoi e Kashbulatov representam o regresso ao comunismo. Como a memória é curta. Os anticomunistas, «democratas» de ontem, são transformados agora em «ortodoxos» comunistas, «conservadores» e, o mais importante, em não-democratas. De facto, em Agosto de 91, aqueles que agora lhes pensam «chamar» nomes feios, afirmavam, que os «maiores» democratas da Rússia eram, depois de Ieltsin, evidentemente, Rutskoi e Kashbulatov, pois foram eles, segundo os mesmos, que venceram a então tentativa de golpe «comunista». Então em que é que ficamos?

autoproclamado comité de salvação nacional. Com espanto, a RTP1, tempos depois, «informava» os portugueses que o Presidente democraticamente eleito da Geórgia era Chevardnaze. Bom, podia ter sido uma jogada de antecipação, até para demonstrar os profundos conhecimentos sobre a região. Logo de seguida, Chevardnaze, com o apoio do Ocidente, tornou-se mesmo Presidente.

\*  
\* \*

Vivi durante dez anos na então URSS, onde tive condições que o meu país não me deu para estudar. Daí que tenha relações afectivas muito profundas com aqueles povos, caracterizados na imprensa portuguesa como bárbaros, sempre sujeitos a reduções incríveis, a divisões entre «bons» e «maus», onde o que conta não é a verdade, mas «argumentar» de forma a servir da melhor maneira os interesses do capital português e internacional.

Condenam, ofendem permanentemente aquele povo só pelo facto dele ter sido o primeiro a tentar, nesta longa caminhada da história, outro caminho que acabasse com o capitalismo, com a exploração do homem pelo homem. O tempo veio a demonstrar que aquele modelo de socialismo não conseguiu, na sua globalidade, constituir alternativa ao capitalismo. Mas aquilo que os povos da ex-URSS construíram, a história ainda vai julgar devidamente.

Os ideólogos do capitalismo, políticos e jornalistas incluídos, querem forçar o povo russo, assim como aqueles que genericamente defendem o socialismo como alternativa ao capitalismo, a terem vergonha do passado, nomeadamente os russos a recusarem a sua história desde 1917. Falam como se estivessem em condições de dar lições de «moral». Mas não têm, nem moral, nem condições. Que exemplo pode dar um

## EM FOCO

sistema que permite regimes fascistas como os de Hitler e Salazar, o regime ditatorial da Indonésia, um regime que condena à fome e à miséria milhões de seres humanos, de crianças, que não garante uma vida minimamente digna a milhões de pessoas, que permite a corrupção como norma de vida, o clientelismo como forma de sustento político, os contratos a prazo e o trabalho precário, que apoia golpes de Estado ditatoriais, sangrentos como o de Ieltsin, em nome da economia de mercado=capitalismo? No que aos comunistas portugueses e ao seu partido, o PCP, toca, só temos razões para nos orgulharmos do passado.

Esta é certamente uma das razões que me leva a escrever. Que estas páginas não sejam interpretadas como uma identificação ideológica com os líderes do Parlamento, que ninguém venha dizer que eu concordo com aqueles que vêem no posicionamento de Ruskoi e Kashbulatov a restauração do «comunismo». Por um lado, o regime que vigorou na URSS é impossível de reconstituir. A história não se repete. De qualquer forma, devo dizer que o «mau» regime em que vivi na URSS não era pior do que o «bom» regime capitalista que temos em Portugal. Por outro lado, ninguém de boa-fé pode dizer que esses homens que defenderam o Parlamento e que se opuseram ao golpe de Estado de Ieltsin tivessem um projecto de regime. O seu posicionamento é apenas um só acto de resistência à ilegalidade. Em relação ao Parlamento, o que ouvimos dizer aos líderes políticos do capital e aos jornalistas que lhe dão cobertura, é que o Parlamento obstruía as

cado o estado de coisas na Rússia, o mesmo fazendo, antes da exoneração, ao Vice-Presidente Ruskoi, retirando-lhe a viatura e a segurança. Incrível mas verdadeiro.

Qualquer análise de boa-fé conclui que o Parlamento nunca saiu dos limites da sua intervenção constitucional. Durante algum tempo, Ieltsin e os «especialistas das questões russas» apresentaram o Parlamento russo como exemplo de independência, imparcialidade e repartição democrática do poder. Diziam: aqui os assuntos são apresentados, discutidos e votados segundo as regras das maiorias. Até que vieram os canhões que o destruíram. Acontece que não foi o Parlamento que alterou o seu comportamento. O «mal» residiu no facto de muitas das suas decisões contrariarem a vontade de Ieltsin e do Ocidente. A «ilegalidade» do Parlamento russo está aí mesmo, em tomar decisões contrárias a Ieltsin. Recordando mais uma vez que o artigo do JN, podemos ler que Ieltsin não quer chegar a um compromisso razoável, concluindo o autor: Daí o perigo de que Ieltsin «decrete seus próprios termos constitucionais, para criar um Parlamento subserviente que possa dissolver quando desejar».

Que me perdoem alguns jornalistas portugueses honestos, mas não vi fazer frontalmente perguntas como Tim Russert, da rede NBC dos EUA, fez a um líder político do seu país: «Até quando vamos tolerar as acções antidemocráticas de Boris Ieltsin?»

Que me perdoem os jornalistas honestos, mas não vi informar o nosso povo que, do lado do Parlamento, não havia tropas, que, contrariamente aos que repetidamente afirmavam que tropas leais ao Parlamento fizeram isto e aquilo, na verdade eram civis desarmados, que aos poucos se foram apoderando de algumas armas.

O primeiro grupo de razões já foi referido – a ilegalidade da ditadura de Ieltsin. O segundo grupo de razões – as dificuldades de vida dos cidadãos, comprovadas aos níveis de rendimentos, de consumo, de desemprego e outros que vários organismos oficiais e não oficiais do Ocidente vão publicando. Um terceiro grupo de razões – a instauração na Rússia, em paralelo com a ditadura, do capitalismo selvagem, assim classificado por muitos daqueles que defendem o próprio capitalismo. Um quarto grupo de razões tem a ver com a constatação elementar de que o ditador Ieltsin concluiu o processo que transformou uma grande potência, respeitada e considerada internacionalmente, num país fraco e à deriva. Um quinto grupo de questões que derivam do facto de grandes sectores da população se sentirem feridas no seu «orgulho nacional», por razões atrás referidas e também pelo facto de verem o poder russo a mendigar internacionalmente, a receber instruções no exterior, a hipotecar o desenvolvimento independente do país.

São estas, partes destas e, certamente outras razões que explicam que homens como Ruskoi e Kashbulatov se tenham oposto, tão fortemente a Ieltsin. Quem diz estes homens, diz milhares e milhões de outros homens que, estando ontem com Ieltsin, hoje se lhe opõem.

**Concluindo.**

**Quem deu o golpe de Estado? – Ieltsin.**

**Quem instaurou uma ditadura? – Ieltsin.**

**Quem é o responsável pelo sangue derramado? – Ieltsin.**

**Quem é que apoiou Ieltsin, a sua ditadura? – O Ocidente, desde Clinton a Cavaco passando pelo PS e PSD.**

**É mentira que Ruskoi e Kashbulatov sejam comunistas.**

**É mentira que Ruskoi e Kashbulatov tenham dado um golpe de Estado.**

**É mentira que tropas leais ao Parlamento russo tivessem iniciado os confrontos armados, tendo até legitimidade constitucional para o fazer.**

**É mentira que o Ocidente, Cavaco e companhia apoiaram as forças democráticas russas.**

**É mentira que Ieltsin seja o «presidente da democracia».**

Como podemos então entender que nas TV «portuguesas», rádios e jornais se diga exactamente o contrário?

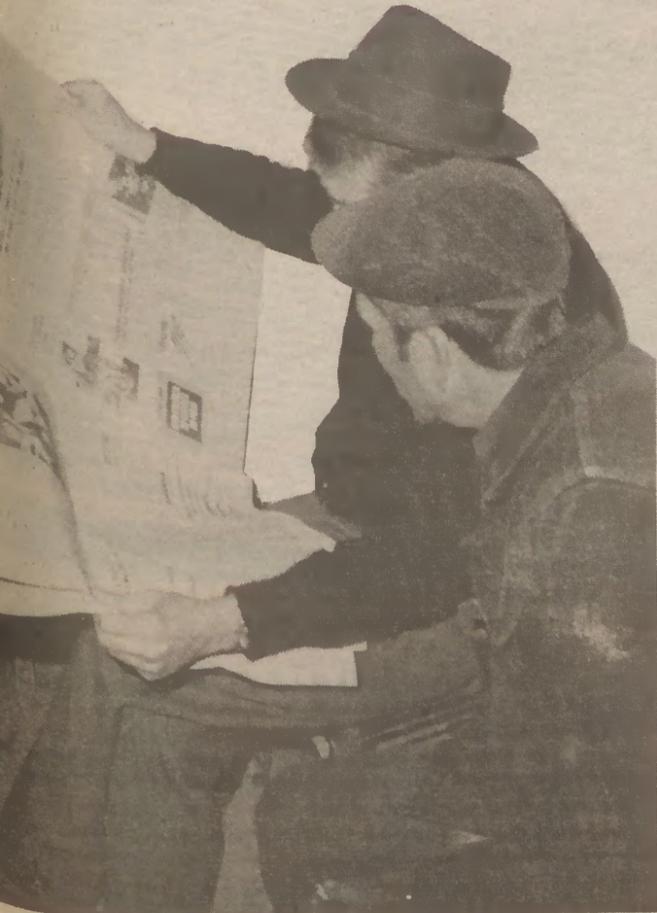
Os órgãos de comunicação social constituem um meio poderoso de manipulação das consciências e estão quase todos nas mãos do grande capital, quer directamente, quer por controlo governativo das entidades públicas, e tudo funciona para defender o capital. Significativa é também a tentativa de envolver o PCP em tudo o que vai acontecendo na Rússia. O PCP é sempre culpado, por ter ou por não ter apoiado. E não é de mais lembrar o comportamento dos partidos políticos portugueses mais conhecidos da nossa praça em Agosto de 1991, quando unanimemente condenaram a chamada tentativa de golpe. Curioso referir que até ao momento não conseguiram comprovar essa tentativa de golpe, nomeadamente pelo interessante facto de que os acusados viraram acusadores, quando dizem que quem deu o golpe foi, na época, Gorbachov, Ieltsin e companhia ao não implementarem as decisões que o povo mandatou em referendo sobre a manutenção da URSS e do seu cariz socialista.

Significativo também o facto dos clientes diários da comunicação social portuguesa na época dos últimos congressos do PCP e do célebre Agosto/91 – Barros Moura, J. L. Judas e mais um ou outro, não virem agora a terreno defender a legalidade, a coerência de princípios. Curioso também o facto da então aliada RTP não se ter lembrado deles. Ah, já me esquecia que estão muito ocupados em defender essa coerência nas listas do PS para as autarquias. Como a memória é curta e a coerência pesada.

Como estamos mal! Que grande treta: a liberdade de imprensa e de opinião e de expressão, o «jogo» democrático, a coerência, a independência da comunicação social, a justiça, a legalidade.

Viana do Castelo, 93/X/08

■ J. Costa Dias



reformas e que, por isso era o último bastião comunista. Um jornalista da RTP1 vai mais longe. Repetidamente afirma: «era como se, depois do 25 de Abril em Portugal, tivesse continuado a existir a Assembleia Nacional». Nada mais baixo e mentiroso. No Jornal de Notícias, do Porto (de 93/10/04), é reproduzido um artigo do «New York Times» onde se lê: «Ieltsin... é mais um Pinochet». «O actual apoio incondicional do Ocidente a Ieltsin corre o risco de encorajá-lo a uma aventura perigosa para a paz e a democracia, na certeza de que os fins justificam os meios». E ainda: «o Presidente russo tem-se mostrado incapaz de tolerar a oposição legislativa». Contrariando o que tem sido divulgado em Portugal, no Jornal de Notícias afirma-se que o autor do artigo referido «contesta a afirmação de que o Parlamento resiste às reformas devido às suas origens comunistas, lembrando ter sido eleito em 1990, sem reserva de cadeiras para o PCUS. A princípio, continua o artigo, o Parlamento, «deu a Ieltsin tudo o que quis. Kashbulatov foi o braço direito dele no desafio ao golpe de Agosto de 1991. E os oponentes de Ieltsin não são mais nem menos comunistas do que ele próprio, ex-apparatshik do mais alto escalão».

A história dos últimos meses da Rússia é a história da instauração de um regime ditatorial, personificado em Ieltsin. Recordemos as proibições de manifestações da oposição, a repressão, nomeadamente o 1.º de Maio sangrento em que Ieltsin usou as armas contra trabalhadores desarmados. Recordemos o controlo absoluto dos órgãos de comunicação social e, mais recentemente, a exoneração por Ieltsin do Vice-Presidente da Rússia – Ruskoi, quando para tal não tinha poderes. Ruskoi foi eleito no mesmo acto eleitoral em que Ieltsin o foi, sendo escolhido para Vice-Presidente pelo próprio Ieltsin. Poderíamos recordar outros episódios incríveis, como, por exemplo, o não conceder visto da saída da Rússia a Gorbachov, o retirar ao ex-Presidente soviético a viatura oficial que lhe estava atribuída, depois deste ter criti-

A sair  
brevemente

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

NESTE  
NÚMERO 3 CADERNOS  
O REFORÇO  
DO PARTIDO  
AS ELEIÇÕES  
AUTÁRQUICAS  
CADERNO  
SAÚDE

## Por um bom resultado nas eleições autárquicas





# Os Estados Unidos intensificam a instrumentalização da ONU

■ Miguel Urbano Rodrigues

A instrumentalização das Nações Unidas pelos EUA assumiu, desde a Guerra do Golfo, um carácter tão transparente que começa a ser criticada pela própria imprensa norte-americana. Neste artigo, chama-se a atenção para aspectos importantes dessa estratégia imperial, tomando como referências o discurso de Bill Clinton nas Nações Unidas e o fracasso da intervenção militar na Somália.

O discurso de Bill Clinton na Assembleia Geral das Nações Unidas foi uma peça oratória decepcionante. Caiu mal no Partido Democrata e foi muito criticado pelos Republicanos. Fora do país desagradou aos defensores do presidente e aumentou as preocupações dos adversários da sua política.

O discurso foi um novelo de contradições. Para melhorar a sua imagem interna — embaciada pela incapacidade de cumprir grandes projectos anunciados na campanha eleitoral —, Clinton pretende demonstrar que não é um político indeciso. E, para fazer prova de firmeza, usa a política externa para dar continuidade às tendências mais agressivas da Administração Bush.

No âmbito dessa estratégia, as Nações Unidas desempenham um papel fundamental como instrumento da nova política imperial dos EUA.

## A domesticação do Conselho de Segurança

Num suplemento especial, o quinzenário mexicano «El Dia Latinoamericano» analisa a decadência das Nações Unidas e chama a atenção para «o lamentável papel que os poderosos estão a fazer desempenhar a outra esperanzosa Organização das Nações Unidas (...) que nasceu para preservar a Paz e hoje, invocando pretextos humanitários, está a promover a guerra em prejuízo dos países pobres».

Não há exagero nessa denúncia.

O fim do socialismo na Europa rompeu a correlação de forças existente no mundo desde o final da guerra da Coreia. A desagregação da URSS e a formação na Rússia de um governo de direita de vocação ditatorial, empenhado numa contra-revolução capitalista, permitiram que os EUA emergissem como a única autêntica grande potência. O sistema bipolar cedeu o lugar ao unipolar.

Foi nesse novo contexto que Washington ensaiou durante a Guerra do Golfo o processo de instrumentalização das Nações Unidas, aperfeiçoando-o posteriormente.

Em primeiro lugar, o Conselho de Segurança, cujas iniciativas de carácter progressista eram, antes, sabotadas pelos EUA, passou a merecer uma atenção prioritária, em prejuízo da Assembleia Geral. Esta, órgão supremo da ONU, foi marginalizada; na prática, tornou-se um simples fórum de desabafos para o Terceiro Mundo.

A experiência do Golfo foi ampliada na Somália. No Corno de África, o Conselho de Segurança não se limitou a dar cobertura a uma intervenção militar no território de um pequeno país. Os capacetes azuis desembarcaram transformados em força de intervenção, com capacidade para impor pela força as decisões do Conselho.

São 15 os membros do CS. Mas na realidade somente conta a opinião dos cinco permanentes, com direito a veto. A Rússia, a Grã-Bretanha e a França limitam-se, porém, a avalizar as posições assumidas pelos EUA. Quanto à China, voltada para os problemas de desenvolvimento, e consciente do seu isolamento, tem adoptado uma atitude distanciada para evitar a confrontação e a ruptura. Desaprova e critica a estratégia intervencionista e agressiva dos EUA, mas não se sente em condições de exercer o direito de veto.

Os dez membros não permanentes, rotativos, comportam-se, na prática, como observadores marginais por falta de mecanismos jurídicos adequados à sustentação das suas ini-

ciativas quando estas são desaprovadas pelo bloco dos quatro.

Da ilegitimidade das decisões ultimamente tomadas é expressiva a forma como a URSS foi substituída como membro permanente pela Rússia. O assunto não chegou sequer a ser submetido à Assembleia Geral. O CS (por sugestão dos EUA) inventou um direito sucessório que não consta da Carta das Nações Unidas. Aliás,

adoptou depois uma atitude oposta quando teve de se pronunciar sobre a permanência na Organização da nova Federação Jugoslava (Sérvia e Montenegro). Os EUA, nesse caso, recusaram a validade da argumentação que eles pró-

mente o novo conceito do «direito de ingerência» defendido pelos EUA e perflhado pelo secretário-geral.

O primeiro teste sobre a aplicação prática do «direito de ingerência» na sua fórmula americana foi a intervenção no Norte do Iraque, supostamente para levar auxílio às populações curdas.

De acordo com a nova doutrina defendida pelos EUA, as Nações Unidas podem intervir militarmente contra estados que violem os direitos humanos e desrespeitem as instituições democráticas. Claro que os juizes das supostas violações serão sempre os membros permanentes do CS, mais especificamente o bloco dos quatro, pois a China condena todas as formas de intervencionismo. Na prática das coisas, Washington procura obter a adesão formal e pública da Rússia, da França e da Grã-Bretanha a uma tese imperial que, se institucionalizada, passaria a legitimar a intervenção armada das potências que dominam o Conselho na política interna de qualquer Estado soberano.

Portugal é um dos poucos países onde quase se não fala — com excepção do PCP — de tão monstruosa tese. Em França, em Itália e na América Latina o assunto tem sido tema de vivos debates e cresce o repúdio a uma estratégia que faz dos EUA o intérprete e o juiz da democracia, das liberdades e dos direitos humanos, convertendo a ONU em instrumento ao serviço do expansionismo político e militar norte-americano.

## A arrogância da embaixadora

Esta hegemonização das Nações Unidas pelos EUA coincide com o regresso à mentalidade do colonialismo clássico e aos seus métodos de actuação. A igualdade jurídica das nações volta a ser negada como nos tempos da Santa Aliança e da Conferência de Berlim que dividiu a África como se fora um bolo.

Numa intervenção recente (que passou despercebida em Portugal), Madeleine Albright, a embaixadora dos EUA na ONU, dirigindo-se à Assembleia Geral, declarou que, na perspectiva do seu governo, o mundo actual abrange quatro categorias de países:

1. A comunidade das nações democráticas (na sua mundividência a definição inclui apenas o Grupo dos 7 e os demais países industrializados).

2. As democracias em formação, ou seja, a Rússia, os antigos estados socialistas da Europa, alguns países da América Latina e da Ásia Oriental e, eventualmente, a China.

3. Os regimes perversos (sic) que não aceitam os valores económicos e políticos impostos pela «comunidade das nações democráticas» (alusão clara a Cuba, ao Vietnam, à Líbia, à Coreia Popular, ao Irão e ao Iraque).

4. Os países que fracassaram (possivelmente a Somália, o Haiti e algumas repúblicas africanas).

Este maniqueísmo parece coisa de fantasia, mas traduz a posição do Departamento de Estado norte-americano. Tal como no século XIX, estados soberanos voltam a ser classificados de maneira rígida em categorias que recebem dos poderosos tratamento muito diferenciado. Esta hierarquização em países de primeira, segunda ou terceira expressa uma mentalidade neocolonial que traz à memória a vigente na época da Pax Britânica.

O conhecido historiador norte-americano Paul Johnson, adepto entusiasta da reactualização da política das canhoeriras, afirma já sem rodeios que no mundo há muitos países sem condições para se autogovernarem. Na sua existência como estados soberanos identifica um absurdo que deveria ser eliminado. Na sua opinião, cabe aos «estados civilizados» tutelar essas sociedades cuja turbulência ameaça a paz mundial...

Disraeli pensava da mesma maneira quando primeiro-ministro da Rainha Vitória.

(Continua no próximo número)



prios haviam utilizado para garantir à Rússia o lugar da URSS no CS.

## O direito de ingerência

A colocação na Secretária-Geral de um homem da sua inteira confiança era outro objectivo, antigo, dos EUA. E também o atingiram com a nomeação de Boutros Ghali. A Agenda para a Paz, redigida e defendida pelo actual secretário-geral da ONU, veio permitir — é um exemplo — que a mais alta organização internacional se associasse oficialmente às teses intervencionistas mais perigosas. É suficiente recordar que o novo conceito de diplomacia preventiva abre a porta a intervenções militares em pequenos países, saudando-as como contribuição para a paz e a chamada nova ordem internacional. Uma interpretação viciosa do Artº 5º da Carta das Nações Unidas está, simultaneamente, a ser utilizada — com o aval de Boutros Ghali — para justificar intervenções militares de tipo colonialista. Inaceitável é igual-

## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Coitado do Liberato!

Alguém, olhando a coisa face a face, achou que, para molusco, não, não havia no Macário, músculo por pouco, que bastasse.

E tanto ao seu bestunto deram trato que foram descobrir o Liberato.

Com as tolices a esmo é fácil concluir que o que esta gente quer é mesmo matar a gente a rir...

## Epitáfio

O Peneda agora acha afinal com certo apego que já vê subir a taxa do nacional-desemprego.

Vê melhor agora? Vê. Por que é que mudou de vista? Está à vista porquê: foi ao oftalmologista...

## Queridos inimigos

— És um safado — pumba!  
— És um desgraçado — zumba!

— Ah, grande rata — zumba!  
— Ah, meu pirata — pumba!

— Vai uma cabeçada — pumba!  
— Vai uma cacetada — zumba!

— Laranja malcheirosa — zumba!  
— Sujo cor-de-rosa — pumba!

Prontos. Nós já lutámos que se veja. Toca agora a beber uma cerveja...

## Retraterres

Se ele, dizendo, diz o que o outro diz e no que o outro pensa se compraz se tem do outro igual motor atrás se ambos atiram a igual perdiz,

se dele ao outro vai um azul de giz se trata o outro como um bom rapaz e se ele não desfaz o que o outro faz mas com ele divide os ses e os SIS,

e se, no principal, nem chus nem bus se tem do olhar do outro a mesma luz se espera, após o outro, a sua vez

para fazer os mesmos rococós que confiança haver-se nesta voz nem sim, nem não e nem, talvez, talvez?

■ IGNOTUS SUM



## A conversão de Lucas

As eleições para o Parlamento Europeu, que se realizam em Junho, já trazem excitadíssimos os pretendentes aos «tachões» de Estrasburgo.

O Barros Moura, por exemplo, pretendente a um lugar na lista do PS, até foi, manifestamente encabulado, à cama da Alexandra.

Lucas Pires, manhosamente, prepara há muito tempo a sua entrada na lista do PSD.

Sabia que isso tinha que passar por uma formal conversão ao cavaquismo e passar por provas públicas. Prestou-as num triste espectáculo, no passado fim-de-semana. Lá renegou o seu antigo partido - o CDS.

Lá recitou, na conhecida oratória do professor Aníbal, que o PSD é o partido «capaz de assegurar a estabilidade e ao mesmo tempo a reforma».

Por fim, com suprema hipocrisia, declarou para os laranjas presentes, que o ouviam como um júri severo: «- Sinto-me muito bem entre vós!» Houve sorrisos. Qual quê: ele sente-se muito bem é com o ordenadão de Estrasburgo, na mansão senhorial que construiu em Ponte de Lima...

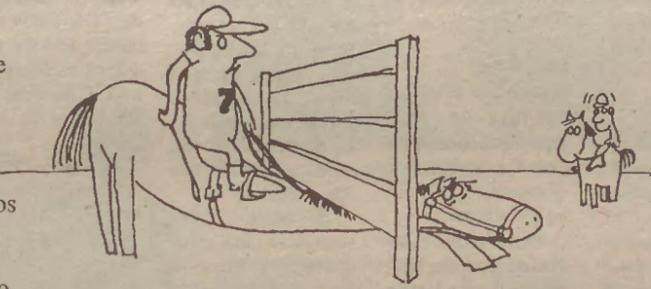


## O resto é conversa

Mas nem só de «eleições europeias» vive a comunicação social, em especial as nossas queridas televisões. É que, primeiro, temos as «autárquicas» já em Dezembro e, como quem não quer a coisa, há que fazer uns jeitos. Com transferência de luxo, da RTP para a SIC, a azougada Teresa Guilherme parece ver-se agora mais liberta do

espartilho que, pelos vistos (santa ingenuidade!), talvez julgasse ser o «serviço público». No programinha que depressa inventou, agora menos exclusivamente feminino, ela convida pessoas que muito têm a dizer aos portugueses, no campo da moda, da cartomância ou dos institutos de beleza para homens, que sei eu... - mundanices mais ou menos insólitas ou secretas reveladas com todo o ar de urgente actualidade. Mas, continuando o eterno feminino a ter o seu lugar imprescindível, às vezes até dá jeito fazer uma perninha na política. O outro dia, por exemplo, esteve lá a deputada Edite Estrela em relação à qual a Teresinha

entendeu por bem prodigalizar as mais simpáticas referências, o que é justo e só lhe fica bem. Só que aos mais distraídos, alheados da profundidade da conversa, aquilo arriscou-se a cheirar a encomenda, já que a apresentadora, desfazendo-se em cumprimentos, ainda teve tempo para lamentar não viver em Sintra - o que é uma pena, pois assim poderia votar (como disse) na simpática Edite! Não faz mal, Teresa, para dar uma lição aos mal-intencionados, pode ser que ainda se lembre, até Dezembro, de convidar para o programa o Nicolau Breyner e, então, confrangida, lamentar não viver, afinal, em Serpa...

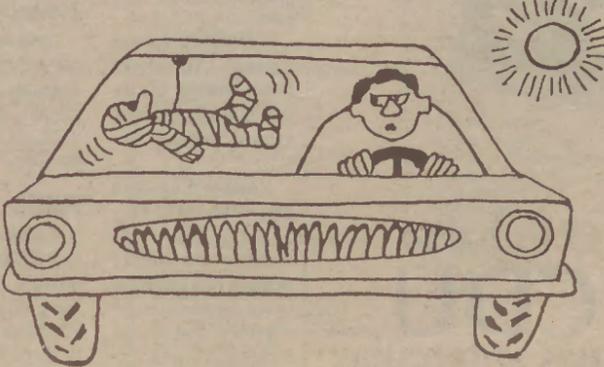


## Carrasco e gato-pingado

O ministro Mira Amaral, com aquele ar de «play-boy» decadente, foi a Paços de Ferreira chorar lágrimas de crocodilo junto dos industriais do mobiliário, contra os «atentados» da comunicação social à indústria portuguesa. É a suprema pouca-vergonha, esta tentativa de atribuir aos jornalistas que usam a palavra «crise» as culpas pela real e profunda crise da indústria portuguesa, que é fundamentalmente da responsabilidade do Governo. Mira Amaral, há mais de

seis anos à frente da pasta da indústria, é um dos homens da falsa «modernização industrial» que tem servido para eliminar pequenas e médias empresas, para desmembrar empresas públicas, para justificar privatizações escandalosas, para acelerar as concentrações de capitais, para submeter ao controlo do estrangeiro empresas e sectores estratégicos.

Só nos faltava esta de vermos o carrasco a querer disfarçar-se de gato-pingado...



## frases da Semana

“Sempre acreditei que enveredar pela retórica anticomunista primária não seria, a prazo, suficiente para organizar o imaginário colectivo dos polacos.”

☞ (Adam Michnik, fundador do “Solidariedade” - «Expresso-Internacional», 23.10.93)

“(...) a próxima manifestação do CDS/PP irá ser à porta da RTP para correr de lá com a cambada de comunistas, socialistas e sociais-democratas que continuam a mandar neste país.”

☞ (Manuel Monteiro, CDS, em Vila Real, citado em «Expresso», 23.10.93)

“O pacto por um fio”

☞ (título - «Expresso», 23.10.93)

“Mas a UGT também pode ganhar, e muito, ao assinar o acordo, se... a estratégia dos seus sindicalistas for a que parece que é. É que não me venham com tretas. Hoje, reafirmar sem equívocos a independência da UGT, é assinar o acordo, porque isso é que vai contra a corrente e contra as pressões. E as pressões que merecem esse nome são sempre as que estão mais próximas, dentro, ao lado, em cima. As óbvias. E é contra o óbvio que se reafirma a diferença.”

☞ (Pacheco Pereira - «Expresso», 23.10.93)

“O primeiro-ministro deste país tem que ser respeitado e não pode ser achincalhado de forma vergonhosa e patética.”

☞ (Torres Couto, na Comissão de Inquérito da A.R. - «Jornal da Noite», SIC, 19.10.93)

“Descobri um talento inquietante.”

☞ (Ricardo Carriço, actor da telenovela “Verão Quente” - «TV Guia», 20.10.93)

“Acertei na minha profissão.»

☞ (Alexandre Veiga, idem - idem)

“Para o desenvolvimento das políticas que estão a ser levadas a cabo, Lisboa-94 causa-me algum transtorno, porque não é o melhor ambiente para alicerçar políticas estruturais.”

☞ (Pedro Santana Lopes - «Público», 24.10.93)

“Sou um homem imprevisível.”

☞ (Idem)

“Estou preparado para me demitir a qualquer momento.”

☞ (Eduard Chevardnaze - «Expresso», 23.10.93)

# COMÍCIO FESTA



6ª Feira - 5 NOV - 21.30 H.  
PAV. DESPORTOS

**CARLOS CARVALHAS**  
**ÁLVARO CUNHAL**

**CDU é de Confiança!**

## CASCAIS

Reuniões de candidatos da CDU das respectivas freguesias em Carcavelos (hoje, quinta-feira, às 20.30 no CT de Sasseiros), Cascais (sexta-feira, às 21.00, no CT de Cascais), Parede (sábado, às 15.00, no CT, antecedido de um almoço-convívio), S. Domingos de Rana (sábado, às 21.00, no CT de Tires) e Estoril (domingo, às 15.00, no CT de Cascais).

## CORUCHE

Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia de Santana do Mato. Festa com actuação do rancho folclórico "Os Camponeses" de Santana do Mato e do artista coruchense Crespo. No salão da Associação Recreativa e Cultural, sábado às 17.00.

Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia de Branca.

Festa com actuação do rancho folclórico de Foros da Branca, do artista coruchense Crespo e de José Fortunato. No salão da Centro Social, sábado, às 21.30.

## FARO

Plenário regional de activistas e candidatos da CDU: domingo, 31, a partir das 10.30. Estará presente o Secretário Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

## FELGUEIRAS

Apresentação pública dos candidatos da CDU à CM, AM e freguesias do concelho, com a participação de Luís Sá. Jantar-convívio. Sábado, a partir das 20.00, na Escola Preparatória D. Manuel de Faria e Sousa.

## IDANHA-A-NOVA

Magusto CDU, com a participação dos candidatos às autarquias do concelho.

Domingo, 31, às 14.00, junto à Escola Secundária.

## ÍLHAVO

Apresentação pública dos candidatos CDU aos órgãos autárquicos do concelho: sexta-feira, dia 29, às 20.00, no restaurante "Foquim" (Rua José Estevão), com a participação de Luís Sá.

## LISBOA

Plenário da célula da CML, com a participação do camarada José Casanova: hoje, quinta-feira, às 19.00, no CT Vitória.

Plenário do Sector Ocidental de Empresas, com a participação do camarada António Abreu: no CT de Alcântara, hoje, quinta-feira, às 17.30.

Reunião de militantes do PCP sócios da Casa do Alentejo: hoje, quinta-feira, às 19.00, no CT Vitória. Reunião da célula

do STSRA: hoje, quinta-feira, às 18.30, no CT Vitória.

Olivais - Reunião de candidatos do PCP na lista da Coligação Com Lisboa à freguesia dos Olivais: hoje, quinta-feira, às 21.30, no CT de Olivais.

Reunião da célula da Gulbenkian: hoje, quinta-feira, às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

Reunião e almoço-convívio de militantes do PCP na freguesia de Olivais: no Centro de Trabalho dos Olivais, segunda-feira, dia 1, das 10.00 às 17.00.

Santo Estevão - Reunião de candidatos militantes do PCP na Coligação Com Lisboa da freguesia de Santo Estevão: amanhã, sexta-feira, às 21.00, no CT de Santo Estevão.

Almoço-convívio promovido pela célula do Metropolitano de Lisboa: sábado, dia 30, às 13.00, no Centro de Trabalho da Av. António Serpa.

Plenário mensal do Sector de Serviços: hoje, quinta-feira, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Reunião com Pequenos e Médios Empresários, promovida pelo Organismo da DORL para as PME's: sexta-feira, dia 29, às 21.00. Participa o camarada Agostinho Lopes.

## LOURES

Bucelas - Encontro com Reformados, promovido pela CDU, com a participação de Severiano Falcão e Paulo Piteira: hoje, quinta-feira, às 15.00, no Centro de Dia dos Reformados.

Bobadela - Jantar-convívio para apresentação pública do Programa Eleitoral da CDU para o concelho de Loures, com a participação de Luís Sá e de Demétrio Alves e outros candidatos. No Clube Recreativo Bobadelense, hoje, às 20.00.

Olival Basto - Encontro com Reformados, no Centro de Dia, com a participação de Severiano Falcão e Francisco Pereira: sexta-feira, dia 19, às 17.00.

S. João da Talha - Apresentação pública dos candidatos da CDU à freguesia, com a participação de Joaquim Guerreiro e Demétrio Alves: no Sport Clube Sanjoanense, sexta-feira, às 21.30.

Odivelas - Visita dos candidatos Fernanda Mateus e Francisco Pereira a locais da freguesia: sábado, a partir das 9.00.

Póvoa de Santo Adrião - Arménio Figueiredo visita locais da freguesia: sábado, a partir das 9.30.

Santo António dos Cavaleiros - Almoço-convívio, com apresentação pública dos candidatos à freguesia: no CSAC-Clube de Santo Ant. dos Cavaleiros, com a participação de João Reza

# Agenda

e Francisco Pereira: sábado, às 13.00.

Zambujal - Apresentação pública dos candidatos à freguesia, com a presença de Joaquim Frija e Duarte Nuno: sábado às 21.30, no Salão dos Bombeiros; Encontro de Severiano Falcão e Paulo Piteira com Reformados: no Centro de Dia, do Zambujal, terça-feira, às 15.00.

Santa Iria da Azóia - Encontro de Severiano Falcão e Paulo Piteira com Reformados: no Centro de Dia, do Zambujal, terça-feira, às 17.00.

Moscavide - Encontro de Severiano Falcão e Manuel Veiga com Reformados: no Centro de Dia: quarta-feira às 15.00.

Prior Velho - Encontro de Severiano Falcão e Herberto Goulart com Reformados: no Centro de Dia: quinta-feira, dia 4, às 15.00.

Bobadela - Encontro de Severiano Falcão e Herberto Goulart com Reformados: no Centro de Dia: quinta-feira, dia 4, às 17.00.

## OEIRAS

Barcarena - Plenário dos candidatos da CDU e dos militantes do PCP residentes na freguesia: no CT de Tercena, sexta-feira, dia 29, às 21.00.

Queijas - Plenário dos candidatos à freguesia: sexta-feira, dia 29, às 21.30, no CT.

Carnaxide - Plenário dos candidatos à freguesia: sexta-feira, dia 29, às 21.00.

Cruz Quebrada/Dafundo - Plenário dos candidatos e de militantes do PCP residentes na freguesia: sexta-feira, dia 29, às 21.00, no CT de Algés.

## PALMELA

Contactos de Carlos Sousa, Vítor Borrego e candidatos aos órgãos das respectivas freguesias, com a população de Pinhal Novo - sábado, dia 30; de Poceirão e Marateca - domingo, dia 31.

## PORTALEGRE

Fronteira - Apresentação pública dos candidatos da CDU, com a participação do camarada Joaquim Miranda: sábado, dia 30, às 21.00, na Casa do Povo de Fronteira.

Avis - Apresentação pública dos candidatos da CDU: sábado, às 20.30, no Salão da Junta de Freguesia de Avis.

## PORTO

Sessão pública de apresentação dos candidatos às Juntas de Freguesia da Zona Histórica (Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória), com a participação de Luís Sá e de

Ilda Figueiredo, candidata à presidência da Câmara Municipal do Porto. Na Casa da Cultura de Miragaia, sábado, dia 30, às 17.00.

Apresentação pública dos Candidatos Jovens da CDU/Porto: jantar-convívio na Junta de Freguesia do Bonfim, sexta-feira, às 19.00, com a participação de Carlos Carvalhas.

## SEXAL

Inauguração da sede concelhia da CDU (R. Gen. Humberto Delgado, nº 1-B, ao Fogueteiro): sexta-feira, dia 29, às 19.00, com a participação dos candidatos da CDU no concelho.

## SINTRA

Contactos de Lino Paulo e outros candidatos com as populações e trabalhadores de empresas do concelho: hoje, quinta-feira, na Zona Industrial de Albarraque, na Estação de Mem Martins (às 17.30 e às 19.30), junto dos Comerciantes de Mem Martins; amanhã na Zona Industrial da Bela Vista, no Cacém, às 12.00; sábado, nas Feiras de Queluz e Agualva/Cacém (de manhã) e no Largo de Belas (às 15.00); terça-feira na Idanha (Belas), junto à paragem das camionetas.

Queluz - reunião de candidatos da CDU da freguesia: na Associação dos Bombeiros de Queluz, hoje, às 21.30.

Belas - Plenário de militantes do PCP sobre as eleições autárquicas: na sala polivalente da URPIB, sábado às 15.00.

S. João das Lampas - Plenário de militantes do PCP: hoje, quinta-feira, às 21.30.

## TORRES VEDRAS

Apresentação dos candidatos da CDU às autarquias do concelho: no restaurante "Oásis", sábado, às 19.30, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

## VILA FRANCA DE XIRA

Alverca - Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia: no Auditório do Centro Comercial Scala, sexta-feira, dia 29, às 21.00, com a participação de José António Carmo, Daniel Branco e José Casanova.

Café-Concerto promovido pela Juventude CDU, que divulgará as propostas da CDU aos jovens do concelho. Participam músicos e outros artistas de Alverca. Sábado, a partir das 21.00, no Salão da Misericórdia.



**CARLOS CARVALHAS**

Secretário-Geral do PCP

**em iniciativas da CDU**

## Distrito de SANTARÉM

Quinta-feira, 28 de Outubro

### Santarém

Visita à zona histórica da cidade - 11h00  
Almoço de Candidatos e apoiantes da CDU no rest. "O Marialva" - 13h00

### Alcanena

Visita à MARSIPEL, contacto com os seus trabalhadores - 16h00

Inauguração da sede concelhia da CDU - 18h00

Jantar da CDU no rest. "Malgueira" em Minde. Apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho de Alcanena - 20h30

## Distrito do PORTO

Sexta e sábado, 28 e 29 de Outubro

### Porto

Jantar volante com a Juventude CDU na JF do Bonfim - sexta-feira, às 19h00

### Vila Nova de Gaia

Sessão-convívio no Auditório da Assembleia Municipal. Apresentação dos candidatos concelhios da CDU - sexta-feira, às 21h30

### Penafiel

Jantar de candidatos e activistas da CDU, na Escola Secundária - sábado, às 19h30

### Baião

Comício-festa junto à escola Secundária - sábado, às 21.30

## PESO DA RÉGUA

Sábado, dia 30

Visita à Casa do Douro - às 11h00  
Almoço de confraternização no restaurante "Muxima" - às 12h30  
Encontro de candidatos CDU da Região do Douro, na escola do Salgueiral - às 14h30. No mesmo local, às 12h30, almoço de confraternização.

## FARO

Plenário Regional de candidatos e activistas da CDU no Algarve  
A partir das 15h00, no Hotel Eva



**hoje**

depois do Telejornal  
RTP-1

**Tempo de Antena**

**PCP**



O trabalho  
**CDU**  
nas autarquias

Televisão

Quinta, 28

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Supermercado Americano
14.25 O Viajante no Tempo
15.15 Que Faria Você no Meu Lugar?
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Agora, Escolha!
18.20 Caderno Diário
18.25 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.15 Você é Excepcional

Sexta, 29

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crônicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.35 Viajante no Tempo
15.25 O Caminho da Força
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Agora, Escolha!
18.20 Caderno Diário
18.25 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP / Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Nico d'Obra
22.15 Billy Bathgate
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 30

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Magia
13.00 Notícias
13.15 Parlamento
13.55 Clube Disney
15.30 Itinerário de uma Vida
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Beverly Hill's 90210
18.35 Clube Paraíso
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Maria Elisa Entrevista...
21.00 Despedida de Solteiro
22.10 Parabéns
23.50 Uma Mulher Chamada Jackie
00.50 A Dama de Branco
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 31

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 A Família Twist
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.05 Marés Vivas
15.10 Em Marcha
(ver «Filmes na TV»)
18.55 Dinossauros
19.15 Câmara do Cándido
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Despedida de Solteiro
22.15 Os Bonecos da Bola
22.45 Papillon
00.25 Clips e Spots

Segunda, 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Vida Animal
14.25 O Viajante no Tempo
15.25 O Regresso de um Estranho
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Agora, Escolha!
18.20 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 O Dono do Mundo
21.40 Os Inocentes
22.10 Concurso "Entre Famílias"
23.15 Querido John
23.50 24 Horas

Terça, 2

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Q.E.D.
14.25 O Viajante no Tempo
15.30 Safari Americano
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Agora, Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Cuidado com as Imitações
22.15 Você Decide
23.20 Repórteres
00.25 24 Horas

Quarta, 3

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.05 Flash Moda
14.30 O Viajante no Tempo
15.20 Todo o Ouro do Mundo
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Agora, Escolha!
18.10 Roda da Sorte
18.55 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.35 Sozinhos em Casa
22.15 Vamos Jogar no Totobola
22.30 Atraíçoados
(ver «Filmes na TV»)
00.50 24 Horas



Principal Suspeito: ao sábado à noite, no Canal 1, para quem gosta de "policiais"

- 08.00 Caminhos
08.25 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 Tarzan e a Expedição Perdida
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Tauromaquia
14.00 A Família Chisholms
14.30 Pé Grande e os Amigos
15.00 Errie Indiana
16.00 TV2 Desporto
22.15 Desenhos Animados
22.25 Bailado: «Clássicos de Kirov - Passado e Presente» (1ª parte)
23.40 Principal Suspeito
00.35 A Maoista
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Dra. Quinn
14.30 Notícias
14.30 A Revolta dos Gladiadores
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Raven
17.35 Grandes Planos
18.05 Portugal Radical
18.40 Melrose

- 08.00 À Mão de Semear
08.25 Crime, Disse Ela
09.20 Regiões
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Forum Musical
12.40 Realce
13.10 Gente Remota
14.05 Musical: «Apollo Theatre Hall of Fame» (2ª parte)
15.00 TV2 Desporto
22.45 Desenhos Animados
23.00 Ideias com História
24.00 Chama Fatal
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.20 National Geographic
14.20 Notícias
14.40 Duas Semanas Noutra Cidade
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Tarzan
17.20 O Santo
18.20 Labirinto
18.50 Os Imortais
19.20 Cosby Show
19.50 Retrato de Mulher
20.45 Jornal da Noite
21.30 O Padrinho
(ver «Filmes na TV»)
01.05 Último Jornal
01.30 MTV



A Dança: prestes a findar uma série notável. Hoje, na TV2, à hora das telenovelas

- 19.20 Benny Hill
19.50 Retrato de Mulher
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Repórter da Meia-Noite
23.00 Água na Boca
23.50 Último Jornal
00.15 Diários Eróticos
00.45 Cara Chapada
01.15 Boxe
02.15 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Os Bastidores do Espectáculo
11.30 Momentos de Glória
13.00 Desporto - Contra-Ataque
14.30 Lágrimas (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Para Além da Aventura do Posedon
(ver «Filmes na TV»)
21.55 Rosa Baiana
23.25 Ponto Final
23.45 56 Entre Amigas
(ver «Filmes na TV»)



Querido John, uma série de humor veterana, no final de cada segunda-feira, na TV2

- 16.00 Colombo e a Idade das Descobertas
16.55 Liceu Degrassi
17.25 Temas e Teimas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Magazine: "Cinema"
20.20 Coisas de Homens
21.10 Desenhos Animados
21.30 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Remate
23.30 Ouvir e Falar
00.20 Piazza Navona

- 12.05 Longa Metragem: "O Quarto Rei Mago"
13.25 Moda Valentino
14.10 Longa Metragem
16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
23.30 Amor e Guerra
00.00 A Bolsa e a Vida
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Internacional Sic
01.10 MTV

- 12.15 Missa
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.15 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lássie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.50 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Morrer de Amor
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Ponto Final
23.55 Prova dos Nove
00.25 Telemotor
00.55 Hunter

- 17.15 Temas e Teimas
18.20 Vamp
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Magazine: "Ecologia/Ciência"
20.30 Os Trintões
21.05 Desenhos Animados
21.20 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.15 Remate
23.30 Tramas de Seda
00.20 Rotações

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.05 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
23.30 Amor e Guerra
00.00 A Bolsa e a Vida
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Internacional Sic
01.10 MTV

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lássie
16.55 Animação
17.00 Futebol: CSKA--Benfica
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Morrer de Amor
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Ponto Final
23.55 Prova dos Nove
00.25 Telemotor
00.55 Hunter

- 16.50 Liceu Degrassi
17.30 Temas e Teimas
18.10 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Magazine: "Ver Artes"
20.30 A Igreja em Portugal
21.35 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Remate
23.50 A Ponte de Brooklin

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Gregory Peck: Homenagem do "American Film Institut"
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Hoovers vs. Kennedys
01.40 MTV

- 12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lássie
16.55 Animação
17.00 Futebol: CSKA--Benfica
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Queridos Inimigos
23.10 Sirenes
24.00 Ponto Final
00.20 Quarta e Fundo
00.50 Hunter

- 23.30 Vietnam
00.30 24 Horas

- 00.05 24 Horas
00.45 Entre Duas Mulheres
(ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Cape Rebel
15.05 Ponto por Ponto
16.00 Força Bruta
16.55 Liceu Degrassi
17.25 Jogo de Damas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Magazine "Viver com Saúde"
20.30 A Dança
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.25 Serões na Província
00.25 O Vigilante da Estrada

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.30 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Cape Rebel
15.05 Ponto por Ponto
15.35 O Mundo Animal
16.25 Liceu Degrassi
17.00 Jogo de Damas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Outras Margens
19.50 A Bruma da Memória
20.25 Artes e Letras: «Henryk Gorecki»
21.20 Desenhos Animados
21.40 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.30 Sexualidades
00.05 Irmãos
01.05 A Prisão
(ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.10 Casos de Polícia
23.10 Corações em Chamas
23.45 Último Jornal
00.10 Os Donos da Bola
00.20 Hoovers vs. Kennedys
01.20 MTV

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Na Cama Com...
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
00.10 Os Guerrilheiros da Sombra
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lássie
17.00 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
18.00 Quem Sai aos Seus
18.25 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.25 Animação
21.40 Irmãos de Sangue
22.30 Uma Promessa a Cumprir
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ponto Final
00.50 Hunter

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lássie
17.00 Animação
17.30 A Casa do Tio Carlos
18.00 Quem Sai aos Seus
18.30 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Céus de África
22.10 Artur Albarran
23.40 Ponto Final
24.00 O Casal Perfeito
(ver «Filmes na TV»)

## Filmes na TV

### QUINTA, 28

#### Que Faria Você no Meu Lugar?

«Julie pot-de Colle» (Fr./1977). Real.: Philippe de Broca. Int.: Marlène Jobert, Jean-Claude Brialy, Christian Alers. Cor, 84 min. *Comédia*. (15.20, Canal 1)

#### Uma Promessa a Cumprir

«A Promise to Keep» (EUA/1985). Real.: Rod Holcomb. Int.: Dana Delany, William Russ, Adam Arkin, Frances Fisher. Cor, 91 min. *Drama*. (22.30, Quatro)

### SEXTA, 29

#### A Caminho da Força

«Along the Great Divide» (EUA/1950). Real.: Raoul Walsh. Int.: Kirk Douglas, Virginia Mayo, John Agar, Walter Brennan. P/B, 84 min. *Ver Destaque*. (15.25, Canal 1)

#### Billy Bathgate

«Billy Bathgate» (EUA/1991). Real.: Robert Benton. Int.: Dustin Hoffman, Nicole Kidman, Loren Dean, Bruce Willis, Steven Hill. Cor, 104 min. *Ver Destaque*. (22.15, Canal 1)

#### O Casal Perfeito

«A Perfect Couple» (EUA/1979). Real.: Robert Altman. Int.: Paul Doodley, Marta Heflin, Titos Vandis, Belita Moreno, Henry Gibson. Cor, 107 min. *Ver Destaque*. (00.00, Quatro)

#### Entre Duas Mulheres

«Mado» (Fr./1976). Real.: Claude Sautet. Int.: Michel Piccoli, Ottavia Piccolo, Jacques Dutronc, Charles Denner. Cor, 120 min. *Ver Destaque*. (00.45, Canal 1)

#### Os Guerrilheiros da Sombra

«A Prayer for the Dying» (Gr.Br./1987). Real.: Mike Hodges. Int.: Mickey Rourke, Bob Haskins, Alan Bates. Cor, 107 min. *Melodrama de Acção*. (01.00, SIC)

#### A Prisão

«Falganse» (Suécia/1949). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Doris Svedlung, Birger Malmsten, Eva Henning, Hasse Ekman. P/B, 78 min. *Ver Destaque*. (01.05, TV 2)

### SÁBADO, 30

#### Tarzan e a Expedição Perdida

«Tarzan and the Lost Safari» (Gr.Br./1956). Real.: Bruce Humberstone. Int.: Gordon Scott, Robert Beatty, Yolande Donlan. Cor, 80 min. *Aventuras*. (12.10, TV 2)

#### A Revolta dos Gladiadores

«La Rivolta dei Gladiatori» (It./1958). Real.: Vittorio Cottafavi. Int.: Ettore Mani, Georges Marchal, Gianna Maria Canale, Mara Cruz. Cor, 90 min. *Ver Destaque*. (14.40, SIC)

#### Itinerário de Uma Vida

«Itinéraire d'un Enfant Gâté» (Fr./1988). Real.: Claude Lelouch. Int.: Jean-Paul Belmondo, Richard Anconina, Daniel Gélin. Cor, 120 min. *Comédia Sentimental*. (15.30, Canal 1)

#### Para Além da Aventura do Poseidon

«Beyond the Poseidon Adventure» (EUA/1979). Real.: Irwin Allen. Int.: Michael Caine, Sally Field, Telly Savalas, Peter Boyle. Cor, 110 min. *Catástrofe*. (20.05, Quatro)

#### Só Entre Amigas

«Just Between Friends» (EUA/1986). Real.: Allan Burns. Int.: Ted Danson, Mary Tyler Moore, Christine Lahti, Sam Waterson. Cor, 106 min. *Melodrama*. (23.45, Quatro)

#### A Maoísta

«La Chinoise» (Fr./1967). Real.: Jean-Luc Godard. Int.: Anne Wiazemsky, Jean-Pierre Léaud, Michel Séminski, Juliet Berto. Cor, 91 min. *Ver Destaque*. (00.35, TV 2)

#### A Dama de Branco

«Lady in White» (EUA/1988). Real.: Frank LaLoggia. Int.: Lukas Haas, Len Cariou, Alex Rocco, Katherine Helmond, Jason Presson. Cor, 109 min. *Ver Destaque*. (00.50, Canal 1)

### DOMINGO, 31

#### Dois Semanas Noutra Cidade

«Two Weeks in Another Town» (EUA/1962). Real.: Vincent Minnelli. Int.: Kirk Douglas, Cyd Charisse, Edward G. Robinson, George Hamilton, Claire Trevor. Cor, 107 min. *Ver Destaque*. (14.40, SIC)

#### Em Marcha

«Up in Arms» (EUA/1944). Real.: Elliott Nugent. Int.: Danny Kaye, Dinah Shore, Dana Andrews, Constance Dowling. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (15.10, Canal 1)

#### Clube Paraíso

«Club Paradise» (EUA/1986). Real.: Harold Ramis. Int.: Robin Williams, Peter O' Toole, Rick Moranis, Jimmy Cliff. Cor, 95 min. *Comédia*. (20.05, Quatro)

#### O Padrinho

«The Godfather» (EUA/1972). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: Marlon Brando, Al Pacino, James Caan, Richard Castellano, John Cazale, Diane Keaton, Talia Shire, Robert Duvall, Sterling Hayden, John Marley, Richard Conte. P/B, 175 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

#### Papillon

«Papillon» (EUA/1973). Real.: Franklin J. Schaffner. Int.: Steve McQueen, Dustin Hoffman, Victor Jory, Don Gordon. Cor, 144 min. *Ver Destaque*. (23.45, Canal 1)

#### Chama Fatal

«Le Feu Follet» (Fr./It./1963). Real.: Louis Malle. Int.: Maurice Ronet, Léna Skerla, Yvonne Clech, Hubert Deschamps. P/B, 83 min. *Ver Destaque*. (24.00, TV 2)

### SEGUNDA, 1

#### O Regresso de um Estranho

«A Stranger Came Home» / «The Unholy Four» (Gr.Br./1954). Real.: Terence Fisher. Int.: Paulette Goddard, William Sylvester, Patrick Holt. P/B, 77 min. *Drama Policial*. (15.30, Canal 1)

#### O Padrinho II

«Godfather II» (EUA/1974). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: Al Pacino, Robert Duvall, Diane Keaton, Robert De Niro, John Cazale, Talia Shire, Lee Strasberg, Danny Aiello, Roger Corman, James Caan. Cor, 200 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

### TERÇA, 2

#### Safari Africano

«African Safari» (EUA/1969). Real.: Ronald E. Shanin. Cor, 91 min. *Documentário*. (15.30, Canal 1)

#### Morrer de Amor

«Everybody's All-American» (EUA/1988). Real.: Taylor Hackford. Int.: Jessica Lange, Dennis Quaid, Timothy Hutton, John Goodman. Cor, 127 min. *Ver Destaque*. (21.40, Quatro)

### QUARTA, 3

#### Todo o Oiro do Mundo

«Tout l'Or du Monde» (Fr./1961). Real.: René Clair. Int.: Bourvil, Annie Fratellini, Philippe Noiret, Alfred Adam, Claude Rich. P/B, 85 min. *Ver Destaque*. (15.15, Canal 1)

#### Atraíçoados

«Betrayed» (EUA/1988). Real.: Costa-Gravas. Int.: Debra Winger, Tom Berenger, John Heard, Betsy Blair, John Mahoney. Cor, 122 min. *Ver Destaque*. (22.30, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## — Por isto e por aquilo... —

### A Caminho da Força (Sexta, 15.25, Canal 1)

Realizado por um cineasta de vulto, cujas obras têm sido raras nos nossos televisores (basta dizer-se que, nos últimos dois anos, apenas um seu *peplum* menor - *Ester e o Rei* - nos foi mostrado em Março deste ano pela SIC), *A Caminho da Força* é um *western* notável de Raoul Walsh, desenrolando-se em cenários naturais absolutamente espectaculares, que nos conta a história de um crime, só descoberto por puro acaso - quando tudo estava encaminhado para o julgamento e incriminação de um outro suspeito - e que foi cometido por um homem sobre o seu irmão. Nunca mais visto entre nós após a sua estreia tardia (atraso motivado por problemas com a censura então vigente) este filme - que, na linha tão original dos *westerns* realizados por Walsh, insere elementos do *filme negro* - pode e deve ser agora descoberto pelos espectadores, para além de constituir uma suplementar curiosidade: a de ter sido o primeiro, no género, a ser interpretado por Kirk Douglas.

### Billy Bathgate (Sexta, 22.15, Canal 1)

O argumento deste *filme negro* (que, com outros notáveis parceiros, de que se destacam *História de Gangsters*, dos irmãos Cohen, e *Tudo Bons Rapazes*, de Scorsese, revisitaram o género no início da década de 90) parte da adaptação de um romance de E. L. Doctorow que evoca a lendária trajetória de Dutch Schultz, um jovem que fielmente acompanhou a sinistra carreira de Billy Bathgate, um tenebroso *gangster*, bem como as suas aventuras amorosas com Drew Preston, uma bela jovem com a qual se envolveu após o assassinato do marido. Os desempenhos do consagrado Dustin Hoffman e da jovem revelação Nicole Kidman são alguns dos evidentes atractivos do filme, mas a fotografia de Nestor Almendros, contribuindo para a fabulosa reconstituição de época, não pode ficar sem referência.

### O Casal Perfeito (Sexta, 00.00, Quatro)

A inclusão deste filme dos finais dos anos 70 no sucinto ciclo que a Quatro dedicou a Robert Altman vem contribuir timidamente para que o espectador acabe por formar uma impressão relativamente mais favorável da sua obra - irregular, mas assinalável. Como em *Um Casamento*, transmitido na semana passada, estamos mais uma vez perante uma certa visão cínica e corrosiva, por parte do realizador, das personagens que constrói no filme - um empresário já meio entrado na idade e uma jovem cantora *rock*, ambos procurando juntar os seus destinos a partir de um serviço de «tele-encontro» - mas as peripécias que rodeiam esta explosiva e improbabíllima ligação amorosa transformam o filme numa agradável comédia romântica que, não sendo ainda do que de melhor Altman nos deixou, se vê com algum agrado.

### Entre Duas Mulheres (Sexta, 00.45, Canal 1)

A excelente criação de Michel Piccoli, no papel de um promotor imobiliário que tem de enveredar pela chantagem e pelos golpes baixos para se conseguir safar das garras de um especulador homem de negócios que pretendia aproveitar-se da sua iminente falência, é um dos elementos-chave para a concretização, com êxito, deste filme de Claude Sautet - o qual, através do jogo entre personagens de impressionante realismo e credibilidade, constrói uma denúncia impiedosa dos anos de crise, corrupção e escândalos que constituíram a governação da direita, na França de Giscard d'Estaing. A não perder.

### A Prisão (Sexta, 01.05, TV 2)

Como se tratasse da abertura de uma «ópera», com os seus vários temas principais a serem apresentados e a entrecruzar-se, no estabelecimento de uma atmosfera que vai tomando conta do espectador, também Bergman inclui, neste filme, um longo pré-genérico que nos situa perante os indícios de um enredo que, com mais delongas, irá de seguida progressivamente apaixonar-nos. *A Prisão* é a primeira grande obra a dar-nos uma impressão já mais real do talento do grande realizador sueco, ao contar-nos, pela primeira vez numa linguagem cinematográfica assumida e pessoal (rica em movimentos de câmara e em processos de construção, que inovam os dispositivos narrativos), várias histórias que se cruzam no espaço e no tempo. Como a TV2 insiste neste horário verdadeiramente impróprio e escandaloso, aconselha-se aos espectadores menos cinéfilos o indispensável uso do videogravador.

### A Revolta dos Gladiadores (Sábado, 14.40, SIC)

Entre os vários espécimes do ciclo sobre o *peplum* italiano, que a SIC transmite há já algumas semanas, esta *Revolta dos Gladiadores* é um dos mais interessantes, já porque é realizado por um dos seus mais destacados especialistas - Vittorio Cottafavi -, já porque tem todos os condimentos espectaculares que despertaram a curiosidade sobre este ramo menor do cinema de aventuras históricas. Ou melhor «históricas», uma vez que as liberdades e incongruências que o filme se permite, neste domínio, são mais do que muitas - o que, aliás com razão, nunca preocupou os amantes do género. Aqui, o cônsul romano Marcus Numidius tem de haver-se com uma revolta chefiada pelo gladiador Asclepius. Mas, atenção: qualquer semelhança com *Spartacus*, de Kubrick, é pura coincidência...

### A Maoísta (Sábado, 00.35, TV 2)

Antecedendo imediatamente *Week-End* - e seguindo-se a obras como *Pedro Louco*, *Masculino-Feminino* ou *Dois Ou Três Coisas Que Eu Sei Dela* - o filme *A Maoísta* (La Chinoise) pertence a um dos períodos cinematograficamente mais férteis e decisivos da extensa e polémica obra de Jean-Luc Godard, esse realizador de origem suíça que foi figura de primeira grandeza no movimento da *nouvelle-vague* francesa. De certo modo premonitório do *Maio de 68*, em França (porque já prenhe de todos os *tiques* e *linguajares* radicais que caracterizaram em grande medida a influente superfície dessa poderosa movimentação de carácter social, cultural e político), *A Maoísta* representa, hoje - mesmo que, porventura, envelhecido - o involuntário retrato da *doença infantil* que caracterizou largas camadas da intelectualidade «esquerdista» da época, como primeiro passo de uma «longa marcha» que, em muitos casos, viria a conduzir protagonistas de todos os «radicalismos» à futura antecâmara das «viragens políticas» mais surpreendentes. Um fascinante fartote!...

### A Dama de Branco (Sábado, 00.50, Canal 1)

Contrastando, de certo modo, com os exemplares primários que, em particular no domínio do *horror* e do *terror*, o Canal 1 pas-

sou a acolher nas últimas «grelhas», para preencher o final das noites de sábado, *A Dama de Branco* (diz quem viu) parece destacar-se por alguma qualidade que rodeia a construção multifacetada do seu argumento, aliás da autoria do próprio realizador Frank LaLoggia. Na realidade, trata-se de um *thriller* cuja história assenta nas recordações de um escritor especialista em contos fantásticos, que volta a mergulhar nos calafrios provocados pelos crimes, fantasmas e dramas familiares que povoaram a sua infância.

### Dois Semanas Noutra Cidade

(Domingo, 14.40, SIC)

Sabe-se o tipo de filmes que (com uma ou outra excepção) costumam marcar a rubrica *Chiado Terrasse*. Mas é difícil de aceitar que a SIC, depois de ter para aí desterrado nos últimos tempos «piroseiras» como *Liberace*, *Sangue Toureiro* ou *O Amor Tem Destas Coisas* - determinando, assim, os limites de um espaço de programação com características e público bem definidos - venha agora incluir nele uma obra de Vincent Minnelli que, mesmo não sendo das mais absolutamente entusiasmantes na carreira do realizador, nada tem a ver, como é óbvio, com aqueles lamentáveis produtos. Com acção localizada em Roma, o espectador assiste ao desenvolvimento de uma história que - aproveitando o mecanismo do *filme-dentro-do-filme* (no caso, *The Bad and the Beautiful*, do mesmo Minnelli e com o mesmo Kirk Douglas) - dissecas as complexas relações entre os vários membros de uma equipa que roda um filme.

### Em Marcha (Domingo, 15.10, Canal 1)

Típica comédia musical (bem programada para uma tarde de domingo) que ficou a assinalar a estreia no cinema de Danny Kaye, aqui na pele de um hipocondríaco que assenta praça no exercício... Boas canções e bons números musicais, sobretudo aqueles protagonizados por Dinah Shore.



Marlon Brando, o Vito Corleone do primeiro «O Padrinho», de Francis Ford Coppola

### O Padrinho (Domingo, 21.30, SIC)

É fora de dúvida que este filme de Coppola representou, no período em que foi realizado, um dos exemplos mais marcantes do regresso em força aos processos de narração do cinema clássico norte-americano e, mais ainda, do ressurgimento dos géneros - regresso e ressurgimento que, em termos de rentabilidade económica (e ideológica), foram friamente determinados e calculados pelos grandes estúdios para fazer face à crescente e inquietante afirmação estética de obras que, pela originalidade da sua construção formal e pelo radical inconformismo do seu conteúdo temático, haviam marcado nos anos 60 uma clara ruptura com o *establishment* de Hollywood. Independentemente da constatação deste facto objectivo, é também fora de dúvida que *O Padrinho* e as suas sequelas (pela primeira vez equiparando-se todas elas, em qualidade, peso e individualidade, à sua matriz), avultam na obra de Francis Ford Coppola, e no género em que estruturalmente se filiam, como das suas obras mais maduras, impressionantes e sedutoras. E isto, não tanto pela temática, que é já clássica, do *filme negro* (o «subir na vida» do mundo escuro de todos os pequenos negócios e traficâncias; o «exercício do poder», a «hierarquização» e os «códigos de honra» no seio das famílias mafiosas, com os seus particulares esquemas de «fidelidade» e de «sucessão»; a «normalidade» da superioridade do homem sobre a exclusão da mulher; a «naturalidade» dos ajustes de contas entre bandos rivais), mas, sobretudo, pela fabulosa mestria com que o realizador nos dá, na encenação e montagem, os sinais audiovisuais dessa temática - seja na rigorosa composição



Dustin Hoffman e Steve McQueen

dos planos (ocupando geralmente o seu centro a figura inabalável do «chefe»), seja na escala e iluminação dos mesmos (*grandes, próximos e americanos*, nas cenas rodadas em interiores, que representam a segurança e o recato de um «ambiente» que se domina; ou *médios e gerais*, nas cenas rodadas em exteriores, que representam o «ambiente» inseguro do mundo hostil), seja na brutal e impressionante «montagem paralela» entre as cenas da *matança* e do *baptismo*. Com interpretações antológicas de **Marlon Brando** ou **Al Pacino** e uma fotografia e uma partitura (respectivamente de **Gordon Willis** e **Nino Rota**) absolutamente insuperáveis, *O Padrinho* é, neste domingo, uma oferta irrecusável.

**Papillon** (Domingo, 23.45, Canal 1)

Segundo filme com **Dusty Hoffman** exibido esta semana, *Papillon* é uma adaptação de **Dalton Trumbo** do romance homónimo de **Henri Charrière** que se debruça sobre as peripécias vividas por um prisioneiro da Ilha do Diabo nas suas sucessivas e frustradas tentativas de fuga. Interpretado, no principal papel, por **Steve McQueen**, o filme nem sempre agarra o espectador (por se ressentir, de certo modo, da sua longa duração), tendo sido realizado apenas com irregular eficácia por um especialista no cinema de acção - **Franklin Schaffner**.



**Kirk Douglas**, intérprete principal ao lado de um grande «secundário» (**Walter Brennan**), em «*A Caminho da Força*», de **Raoul Walsh**

**Chama Fatal** (Domingo, 24.00, TV 2)

O realizador francês **Louis Malle** regressa esta semana de novo à TV2, desta vez em um dos melhores filmes da sua carreira no qual ele acompanha o percurso de um homem desesperado que, saído de uma cura de desintoxicação numa clínica de Paris, vagueia ao sabor de encontros fortuitos percorrendo o percurso para a data-limite que friamente estabelecera para pôr termo à vida. Um filme duro e angustiante, brilhantemente interpretado por **Maurice Ronet**, e fabulosamente fotografado no espaço fechado de um quarto ou na penumbra da noite parisiense.

**O Padrinho II** (Segunda, 21.30, SIC)

Tudo o que foi dito a propósito de *O Padrinho* se aplica textualmente a *O Padrinho II* - em que assistimos à consolidação do poder de **Michael Corleone** (**Al Pacino**). A somar a isto tudo temos (ainda!) a forma habilmente encontrada por **Coppola** para, num filme rodeado de menos óvia violência, pela primeira vez nos contar em *flash-back* a história da ascensão de seu pai, **Vito Corleone**, desta vez magistralmente personificado por **Robert De Niro** - o que ajuda a estabelecer um curioso contraste entre as personalidades tão diversas dos dois «padrinhos». E atenção ao terceiro vértice do triângulo: o sempre fabuloso **Robert Duvall**!

**Morrer de Amor** (Terça, 21.40, Quatro)

Realizado com alguma sensibilidade por **Taylor Hackford** e bem interpretado por **Dennis Quaid**, **Jessica Lange** e **Timothy Hutton**, *Morrer de Amor* é um filme relativamente interessante cuja história nasce do encontro que reúne, passados 25 anos, um antigo ídolo do futebol americano (retirado por motivo da sua decadência física), a sua mulher (que é, agora, a principal fonte de sustento do casal) e um jovem e fiel ex-chefe de fila do clube de fã do futebolista - um encontro em que se revivem, dramaticamente, alguns momentos do passado.

**Todo o Ouro do Mundo**

(Quarta, 15.15, Canal 1)

Não é pelas melhores razões que aqui se fala deste filme realizado por **René Clair**, um mestre do cinema francês e mundial, senhor de uma fabulosa obra cinematográfica. É que, precisamente, o destaque destina-se a avisar o espectador confiante para o lamentável equívoco que constituiu este *espalhanço* do grande realizador, na tentativa de encenar uma sátira sobre os conflitos trazidos entre proprietários e usufrutuários de uma fonte de água. Um filme para esquecer.

**Atraíçoados** (Quarta, 22.30, Canal 1)

Salvo honrosas exceções, equívocos frequentes são também os às vezes cometidos por um realizador especialista no cinema político - **Costa Gravas** - quer quando acerta em cheio na direita, quer quando pretende errar o alvo, à esquerda. Aqui, é aquela o objectivo preferencial, que o realizador denuncia através da história em que uma agente do FBI, desenvolvendo a investigação sobre um crime num terreno tradicionalmente conservador e reaccionário



en em «*Papillon*», de **Franklin Schaffner**

rio do interior norte-americano, o Middle West agrícola, se apaixonou por um fazendeiro, só mais tarde descobrindo que ele pertence a uma organização de extrema-direita, responsável pelo crime-tendo que o abater. Mas *Atraíçoados* é, apesar de tudo, um filme menor apenas salvo pela excelente interpretação de **Debra Winger**.

**Cinema**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Na Linha de Fogo	-	★★★	★★★
<b>B</b> Parque Jurássico	★★★	-	★★★★
<b>C</b> O Piano	-	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** - Real. Wolfgang Petersen - Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Monumental/2 (13.00, 15.15, 17.30, 19.45, 22.15, 00.30); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00 - Lisboa)
- B** - Real. Steven Spielberg - Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (12.00, 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Fonte Nova/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Monumental/Cine Teatro (11.30, 14.15, 16.45, 19.15, 22.00, 00.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/2 (13.45, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa
- C** - Real. Jane Champion - King Triplex/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa

**Teatro**

**CASA DA COMÉDIA**

Lisboa, Rua de S. Francisco Borja, 24 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A DAMA PÉ-DE-CABRA**, adaptação de uma narrativa de Alexandre Herculano, encenação de José Ramalho, pelo grupo Marionetas de Lisboa.

**COMUNA**

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PERDIÇÃO**, de Hélia Correia, encenação de João Mota.

**ESTAÇÃO FERRVIÁRIA DE ENTRECAMPOS**

Lisboa. De 4ª a sáb., às 21.24. **GENTE SINGULAR**, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de João Brites (*reservas pelo tel. 3953290 - Teatro O Bando*).

**PALÁCIO RIBAMAR**

Algés, Palácio Anjos. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA - OS NOIVOS E OS CONVIDADOS**, de Bertolt Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo, Grupo de Teatro.

**TEATRO MARIA MATOS**

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497017. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **SABINA FREIRE**, de Manuel Teixeira Gomes, encena-

ção de Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

**TEATRO MIRITA CASIMIRO**

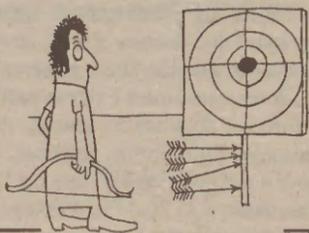
Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS BIOMBOS**, de Genet, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

**TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ**

Lisboa, R. António Maria Cardoso (Sala Estúdio). Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. **ENQUANTO SE ESTÁ À ESPERA DE GODOT**, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

**TIL**

Lisboa, R. Leão de Oliveira, nº 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e fer. às 16.00. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, de H. C. Anderson, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.



**Tempo**

Aumento da nebulosidade e possibilidade de aguaceiros.

**PALAVRAS CRUZADAS**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

**HORIZONTAIS:** 1 — Nome do avaro de Molière; quando é a força criou-o o autor atrás citado. 2 — Narcótico extraído das papoilas; nesse lugar; evocar. 3 — Corrente de água natural; nome de mulher; sereia. 4 — Carta de maior valor do baralho; medida de uma superfície; ruínas. 5 — Ligas; ilha açoriana; estão nas costas. 6 — Ordem Militar; calcaram. 7 — Pertenciam; capital da Nigéria; portanto. 8 — Pedras preciosas azuis; palácio. 9 — Arreia; períodos de tempo; prior. 10 — Agora; ilha do mar Egeu para onde foi mandado por sua mãe Tetis, Aquiles, para o subtrair à morte; crença. 11 — Políria; vontade de dormir; epidemia. 12 — Efeminado; germe; arraia. 13 — Cicatrizara; mulheres que encantam.

**VERTICAIS:** 1 — Este livro é de orações; óbolos. 2 — Boi sagrado para os egípcios; atmosfera; estéril. 3 — Abundância (fig.); frutos da videira; gostar muito. 4 — Poeira; encorajam; patroa. 5 — Parecenças; pôr ferraduras. 6 — É um príncipe o futuro soberano inglês; rio que banha Leiria; nome de mulher. 7 — Ópera de Verdi; casais. 8 — Amuletos. 9 — Rentes; filtram. 10 — Espaço de tempo; andavas; resíduo de combustão. 11 — Desviar-se; virginal. 12 — Sofrimento; coelho pequeno; letra grega. 13 — Levantem; rapariga; ilha no mar da Irlanda. 14 — Plantas de haste oca nos entrenós; satélite de Júpiter; fadista. 15 — Filho do Agomemnon vingou a morte do pai matando a mãe; formosas.

**SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR**

**HORIZONTAIS:** 1 — Domingo; feriado. 2 — Arem; adiam; dias. 3 — Redor; evo; todos. 4 — Além; Pisa. 5 — el; anel; Lena; a.D.. 6 — Jaz; ocarina; clã. 7 — Açor; acusa; leis. 8 — Óleo; aia; leva. 9 — Ágil; tino. 10 — If. ares; peça; Bi. 11 — Mós; ovarina; sob. 12 — Omar; ébano; meta; 13 — Remessa; Orestes.

**VERTICAIS:** 1 — Dardeja; Timor. 2 — Ore; laço; fome. 3 — Meda; Zola; Sam. 4 — Imola; rega; ré. 5 — Reno; oiro. 6 — Ga.; Meca; leves. 7 — Ode; laca; Sabá. 8 — Ivo; reis; Ra. 9 — FAO; lisa; pino. 10 — Em; pena; tenor. 11 — Tina; liça. 12 — Idosa; Lena; ms..13 — Aída; cevo; Set; 14 — Dão; alia; bote. 15 — Ossadas; ribas.

**XADREZ**

CDXXXIV - 28 de Outubro de 1993  
PROPOSIÇÃO N.º 1993X085  
Por: WOLFGANG PAULY  
Revue Suisse d'Échecs, Jan., 1920

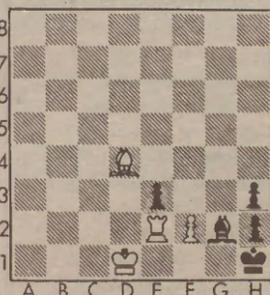
Pr.: [6]: Ps.d5, d7, g2, g5-Bh1-Rg3  
Br.: [6]: Ps.d2, d4, f3-Cg7-Bg4-Rg1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X086  
Por: VLADIMIR ALIEKS ANDROVICH KOROLIKOV  
1.º e 2.º Prémios  
Roter Sportintern, 1931

Pr.: [5]: Ps. e3,h2,h3-Bg2-Rh1  
Br.: [3]: Pf2-Bd4-Té2-Rd1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXIV

N.º 1993X085 [W.P.]: 1. Cf5+, Rf4; 2. C67, Rg3 [Sc: 2. .... d6; 3. Cg6+, Rg3; 4. Cf8 veja-se solução]; 3. Cg6, d6; 4. Cf8, Rf4/Rh4; 5. C66 (+), Rg3; 6. Cg7, Rf4; 7. Cf5++

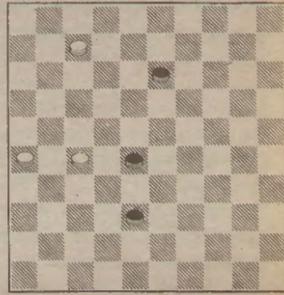
N.º 1993X086 [V.A.K.]: 1. T61+, Bf1; 2. T7B+, Rg2; 3. R621, h1-D; 4. T.D, P:P; 5. Tf1, h2; 6. T:P+, Rh3; 7. Tf3+, Rg2; 8. B65, h1-D; 9. Tg3+, Rh2; 10. Rf2, D64; 11. T63+ e ganha.

A. de M.M.

**DAMAS**

CDXXXIV - 28 de Outubro de 1993  
PROPOSIÇÃO N.º 1993D085  
Por: GEORGES POST  
Trésor des Miniaturistes Français, 1979

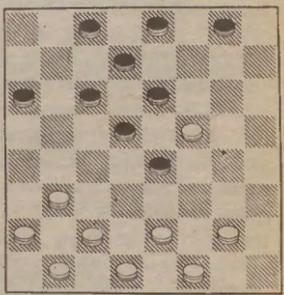
Pr.: [3]: 13-28-38  
Br.: [3]: 7-26-27



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D086  
GOLPE N.º 4293  
Por: JACOBUCCI  
Trattato Teorico-Pratico del Giuoco di Dama, Roma, 1937

1. 10-14, 23-19; 2. 14:23, 28:19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 11-14, 21-18; 6. 14:21, 25:18; 7. 10-13, 18-14; 8. 13-18, 22:13; 9. 9:18, 26-22: DIAGRAMA.



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXIV

N.º 1993D085 [G.P.]: 1. 27-22, (28x17); 2. 7-2=D, (13-18); 3. 2-7, (18-22); 4. 7-16, (38-42); 5. 16-27, (22x31); 6. 26x18+

N.º 1993X086 [J.]: 10. 12-15, 19:12; 11. 18:15, 22:13; 12. 6-10, 13:6; 13. 3:28+

10. ...., 22:13; 11. 15:22, 27:18; 12. 6-10, 13:6; 15. 3:28+

A. de M.M.

# a talhe de FOICE Terso à noite

Há pessoas que se anunciam com uma convicção contagiante. Miguel Sousa Tavares é um desses talentos, agora em exibição na SIC. Durante toda a semana que passou, lá esteve ele outra vez, dando-se mesmo à performance de acertar na mosca: prometeu-nos a avaliação do Poder Local mais os seus bons e maus autarcas, "os que defendem as populações e os que mudam de partido como de clube de futebol". Anteontem, assentámos arraiais frente à televisão do Miguel e ele sentou-nos à frente dois exemplares prometedores: um, que serviu num mandato e se cansou; outro, que serviu num partido e se mudou. O primeiro chama-se César Oliveira, é do PS e fartou-se de estar à frente da Câmara de Oliveira do Hospital, pelo que regressou à vida de cidadão de base; o outro chama-se Carolino Tapadelhos, foi uma eternidade presidente da Câmara de Castelo de Vide e fartou-se de representar o PS, pelo que ingressou no PSD como cidadão de topo, pelo menos na próxima candidatura à autarquia local.

Assim apetrechado com um autarca desistente e outro errante, Miguel meteu os jornalísticos ombros à tarefa de analisar o Poder Local, de separar os bons dos maus autarcas. A coadjuvã-lo lá estavam Pacheco Pereira e António Barreto, como sempre nem bons nem maus, simplesmente inevitáveis.

O embate começou e em breve se estava numa roda de amigos, tu cá tu lá autarquias, "concordo contigo, mas...", "penso que tens razão, só que é preciso ver...", e a gente lá ia vendo. César Oliveira, sempre dado à produção teórica, desengasgou com facilidade algumas novidades, tais como a necessidade de formar autarcas (ele próprio patrocinara um curso nesse sentido, que, infelizmente, só teve como solitário aluno o ministro Valente de Oliveira), ou a asserção de que "todos os aparelhos partidários são estalinistas, desde o PCP ao CDS", o que, registou-se, não perturbou minimamente a cordialidade do sarau. Quanto a Carolino Tapadelhos, desengasgou com igual facilidade a alusão à sua qualidade de vira-casacas, esclarecendo a mudança de partido com a necessidade "de uma visão mais estratégica do Poder Local", explicação que se tornaria preciosa quando se soube, mais adiante, que tal visão já está a dar os seus frutos nesta deprimida região do Alto Alentejo com a construção de um - certamente estratégico - campo de golfe no vizinho Concelho de Marvão.

Mas havia a promessa da separação dos autarcas em bons e maus, pelo que Miguel se sentiu na obrigação de aludir "ao que se diz" sobre a corrupção. Foi remédio santo: a amena discordância transformou-se em acalorada confluência, com todos - Oliveiras e Pereiras, Barretos e Tapadelhos - a demonstrarem que são mais as vozes que as nozes, que "é impossível gerir autarquias sem cometer pequenas irregularidades impostas pela burocracia", isto, claro, sem negar que "pode haver casos...". E há. O Miguel até os apontou, embrulhando-os nos cento e tal inquéritos que, actualmente, pendem sobre outras tantas autarquias (importaria saber quais e porquê...), e prometeu abordá-los na segunda parte. Esqueceu-se de o fazer, um homem não se pode lembrar de tudo.

Aliás, o Miguel não se lembrou de quase nada - nem do que tinha prometido. A amnésia foi de tal ordem que se esqueceu da CDU, uma força política que administra um terço do território nacional e a maioria das Câmaras da mais importante zona autárquica do País, a Área Metropolitana de Lisboa. O esquecimento é tanto mais estranho quanto se sabe, pela irrecusabilidade dos factos, que a energia e a criatividade do Poder Local sempre tiveram nos comunistas e seus aliados protagonistas determinantes, quer se fale de infra-estruturas ou de equipamentos, de PDM's ou de cultura, de comunicações ou qualidade de vida. Todavia, foram ignorados na sabatina, a par de questões tão vitais para o Poder Local como o estrangulamento financeiro imposto pelo Governo, ou tão decisivas para as populações como a criação de um quotidiano digno que o Poder Local lhes trouxe. Mas o Miguel, que nunca precisou do Poder Local para conhecer os benefícios da civilização, só lhe fareja corrupções que, ainda por cima, não averigua. Como se a corrupção verdadeiramente significativa neste País fosse a que Miguel persegue nas autarquias... Miguel é um puro. Um terso. À noite. Um inesperado jovem animaria o final do programa reivindicando-se do MIJA (Movimento Independente dos Jovens Autarcas). Miguel tropeçou na sigla e engasgou-se. O caso não era para menos: a coisa podia querer dizer "Movimento Independente do Jornalismo Autista".

■ HC

## Repressão contra ASPP condenada por João Amaral

"Actos de cariz autoritário, que mostram a incapacidade de aceitar a vida democrática e o exercício de direitos", assim classificou o deputado comunista João Amaral a escadela repressiva que o Governo desenvolve contra o associativismo e o sindicalismo na Polícia. Foi numa intervenção recentemente proferida na Assembleia da República, com o parlamentar do PCP a considerar "verdadeiros processos políticos", "sem fundamento legal", os processos movidos contra três dirigentes da ASPP (os subchefes Carreira e Maria Goreti e o guarda Alberto Torres) e a situar o processo subsequente de reformulação dos mesmos num quadro que não hesitou em apelar de "espezinhamento grotesco do Estado de direito e do regime de garantias e direitos dos cidadãos".

Para João Amaral, estes actos revelam que o "Governo não se conforma com a existência de associações representativas dos agentes policiais e com a acção que elas exercem de forma responsável e sem nenhuma tutela", evidenciando simul-

taneamente a sua "inaceitável e retrógrada concepção do que é e deve fazer a Polícia".

"Querem calar a Associação também por isso, para que isso não seja discutido", alertou João Amaral, antes de concluir que a chamada "reforma" Dias Loureiro "foi um monumental fracasso", razão pela qual, defende, "é essa reforma que é preciso deitar fora, não quem justamente a criticou, por pôr em questão a segurança dos portugueses".



Os polícias vão promover, no próximo dia 23 de Novembro, um encontro nacional, num contexto de solidariedade com José Carreira

## Onde estão os milhões para as barracas e o Alqueva?

A Comunidade Europeia não atribuiu verbas para a construção de habitação social em Portugal, ao contrário do que o Governo anunciou, pois segundo o Comissário Bruce Millan, em resposta a uma pergunta escrita endereçada pelo eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, «os alojamentos, em si mesmos, não são elegíveis para os Fundos Estruturais» estando, isso sim, a ser estudado, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), um capítulo respeitante a renovação urbana que contém acções relativas à renovação das zonas ocupadas por bairros de lata, à reabilitação das zonas degradadas e às infra-estruturas ligadas à EXPO 98. «A Comissão examina actualmente o plano acima referido. A correspondente

decisão definitiva será tomada nos próximos seis meses, no âmbito da parceria prevista pela legislação relativa aos Fundos Estruturais», diz a resposta do Comissário Europeu, o que parece desmentir os anunciados 310 milhões de contos que o Governo disse que teria, desde já, para «acabar com as barracas».

Millan confirma, por outro lado, que na entrega do PDR, em Julho de 1993, está incluído um pedido de co-financiamento para a construção da Barragem do Alqueva, mas não confirma estarem atribuídos subsídios no valor de 290 milhões de contos, pois, tal como no caso da «renovação urbana», faltam ainda seis meses para se tomar uma decisão definitiva sobre estas matérias.

## CNA promove colóquio europeu sobre vinho

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) vai promover em Lisboa, a 6 e 7 de Novembro, um colóquio europeu sobre a reforma da Organização Comum de Mercado (OCM) vitivinícola e as suas repercussões sobre os vitivinicultores do sul da Europa, segundo anúncio feito na terça-feira por aquela Confederação.

«Debater séria e aprofundadamente não só as orientações e propostas já avançadas pela Comissão Europeia tendo em vista a projectada reforma da OCM Vitivinícola mas, também, a presente situação e as perspectivas da Vitivinicultura Nacional» são os objectivos do colóquio que vai contar com a presença de representantes do movimento associativo - adegas cooperativas - eurodeputados e deputados na Assembleia da República, bem como representantes do Ministério da Agricultura e das Instâncias Comunitárias. A CNA salienta a «já grande participação» de organizações congéneres do Sul da Europa.

## ADP recusa comemorações oficiais

A Associação Portuguesa de Deficientes tornou pública a sua recusa em participar este ano nas comemorações oficiais do Dia Internacional do Deficiente, posição justi-

ficada com base na ideia de que "nada há a festejar", dadas as mais recentes iniciativas oficiais que, em sua opinião, "têm lesado ainda mais" os cidadãos portadores de deficiência.

É que se o dia 3 de Dezembro deve ser um dia de reflexão sobre a situação das pessoas deficientes e uma chamada de atenção para a "gravidade da sua situação e de protesto pelas discriminações e marginalizações", ele também poder ser - e é aqui que reside o fundamental do alerta da APE - "um dia para todas as demagogias oficiais, para todos os discursos, sem conteúdo prático".

"A ênfase de todas as comemorações" deve ser "o respeito pelos direitos humanos e não caridade", conclui a APE, que garante empreender as suas próprias comemorações sob o signo da "atitude reivindicativa e de protesto".

## Trabalhadores-estudantes reúnem em Coimbra

A Direcção da Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes (FNATES) vai reunir no próximo sábado em Coimbra para analisar, entre outros assuntos, as formas de incremento de uma campanha nacional que decorre sob os lemas «Não ao insucesso escolar, sim à reforma» e «Trabalhadores-estudantes exigem participação na reforma», decidida na reunião de Setembro passado. Entre outras medidas, a FNATES quer a melhoria do Estatuto do Trabalhador-Estudante (Lei 26/81) e a revogação de normas que violam a Lei e são uma intromissão administrativa nas relações laborais trabalhador/entidade empregadora.

A revogação do despacho sobre os Planos Curriculares do Ensino Recorrente e

Unidades Capitalizáveis é igualmente exigida pela FNATES, que considera deverem ser primeiro criadas condições nos estabelecimentos de ensino para a sua implementação e sejam assegurados os materiais escolares e didácticos adequados.

A luta contra as propinas e a denúncia já feita de estarem alguns estabelecimentos de ensino a incluir no cálculo do rendimento, para efeitos de isenção de propinas, o abono e o subsídio de alimentação, são alguns pontos que poderão de novo ser levantados nesta reunião, assim como a exigência de participação da Federação em todos os assuntos que digam respeito aos trabalhadores-estudantes, como é o caso das fases e medidas de implementação da Reforma Educativa.